

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXII, nº 65, Setembro - Dezembro/2009

65

Brasil - França



TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cuti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia. Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrini anos)

Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)

Dulce Baptista Tourinho (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Libero)

Giralda Seyferth (Museu. Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Gebara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Principe (CSEI/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (JFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Róvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPA)

Odair da Cruz Paiva (UNESP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Vasco Pereira, 55

Bairro Liberdade

01514-030 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11)3208.6227

cemso@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Capa - Luiza Nasser

Design Capa - Raquel Venturini

Capa - Raquel de Moura Peres Venturini

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11)4815.4331

SUMÁRIO

Apresentação:

Migrações e interculturalidade no Brasil e na França..... 5

Sidnei Marco Dornelas

Migrações internacionais e políticas migratórias:

França e Brasil..... 7

Rossana Rocha Reis (entrevista)

Entre a Igreja do Brasil e da França:

uma experiência com os portugueses em Paris 13

Sidnei Marco Dornelas

Casamento misto & migração: a união com um estrangeiro

como estratégia para ganhar os países centrais..... 33

Marina Alves Amorim

Capital social e os fluxos migratórios internacionais de brasileiros.... 47

Wilson Fusco

Notas sobre fundadores e povoamento no Brasil: os casos do
sertão pernambucano e do norte-matogrossense..... 59

Ana Claudia Marques

Migrações em áreas de agronegócio 71

Moacir Palmeira

Beatriz M. A. de Heredia

Presença cultural francesa no Brasil..... 89

Marcio Rodrigues Pereira

Resenhas 101

Migrações e Interculturalidade no Brasil e na França

“A história das relações franco-brasileiras é rica de trocas e de migrações mútuas. São testemunhas desses intercâmbios as múltiplas produções culturais e as migrações de brasileiros para a França em diferentes épocas e sob conjunturas políticas mais ou menos difíceis, ou aquelas de franceses que partiram para o Brasil em busca de novos horizontes, sem esquecer os intelectuais cujos nomes se associam a este país, como Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel ou Roger Bastide. Atualmente, como um país “emergente” que vem conhecendo grandes transformações sociais e econômicas após os anos 1980 e o fim da ditadura, o Brasil continua sendo um país de imigração, mas se tornou também um país de emigração. O contexto francês é totalmente diferente, ressaltando-se, sobretudo, os atritos em torno de questões sobre a imigração clandestina e os debates relativos às chamadas *banlieues*. O ano da França no Brasil em 2009 se oferece como uma oportunidade para se fazer um quadro numa perspectiva comparativa das pesquisas relativas às migrações e à interculturalidade nos dois países. Esse dossiê deveria permitir o questionamento sobre como, nos diferentes domínios de pesquisa relativos a esses temas, os métodos e os resultados podem se influenciar reciprocamente e esclarecer os parâmetros ou as dimensões explicativas das realidades dessas duas sociedades que se construíram a partir de modelos históricos muito diferentes. Essas múltiplas influências entrelaçadas passam, sem dúvida, por diversas modalidades de colaboração entre pesquisadores e se traduzem por “deslocamentos” teóricos e metodológicos que seria conveniente tornar explícitos. Os artigos propostos deverão, na medida do possível, favorecer essa aproximação comparativa, ao tratar da situação de um ou dos dois países...”

Dessa forma, Abdelhafid Hammouche, em nome da revista francesa **Hommes & Migrations**, lançava a proposta de um número cuja temática reuniria diversos trabalhos sobre migrações, por ocasião do ano da França no Brasil. Considerando o número e qualidade de trabalhos apresentados, a revista **Travessia** recebeu o convite para uma parceria e lançamento de um número, simultaneamente, com alguns artigos enviados à publicação francesa e outros disponibilizados pela nossa revista, que pudessem traçar um olhar sobre as migrações e a interculturalidade. No centro estava a busca de uma nova percepção sobre o fenômeno migratório na atualidade, cuja importância é indiscutível para a França e para o Brasil, como também a visão do migrante sobre os intercâmbios culturais entre os dois, e em cada um dos países.

Os textos que aqui apresentamos são o resultado desta iniciativa. Os dois primeiros trazem interpretações brasileiras sobre o fenômeno das migrações na França e no Brasil. A entrevista de Rossana Rocha Reis apresenta um quadro sucinto das relações entre a questão das migrações internacionais e as políticas públicas adotadas no Brasil

e na França, e em que perspectiva se coloca a luta pelos direitos fundamentais dos migrantes. O artigo de Sidnei Marco Dornelas, entrelaçando relato de experiência e análise da inserção dos imigrantes portugueses nas comunidades católicas na França, traz à tona as relações entre os migrantes e o espaço cada vez mais pluralizado da Igreja Católica.

Na onda da emigração de brasileiros ao exterior, dois artigos analisam, sob perspectivas diferentes, o modo de sua inserção em países como Estados Unidos, Japão e França. Wilson Fusco, a partir de seus estudos sobre as redes de migrantes, entre suas cidades de origem (Governador Valadares, Maringá e Criciúma), no Brasil, e seus destinos no exterior, analisa a utilização do capital social como estratégia de inserção das comunidades brasileiras. Marina Alves Amorim, por meio de entrevistas, estuda também a inserção de brasileiras em países da Europa através da estratégia da união com um estrangeiro, em uma pesquisa realizada na cidade de Rennes, na França.

No tópico das migrações e formação de nossas cidades, como questionamento do processo de migração interna no Brasil, são analisadas as transformações das regiões do interior do Mato Grosso e a sua expansão urbana. Dois artigos tratam desse tema. Ana Claudia Marques faz um ensaio comparativo entre a fundação de cidades no sertão de Pernambuco e na expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso, mostrando suas similaridades, mas, sobretudo, suas distinções e o que se destaca no momento atual de formação do Brasil contemporâneo. Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, também a partir de suas pesquisas no Mato Grosso, estudam a influência do agronegócio na formação da sociedade de fronteira, em que se distinguem identidades diferentes dos migrantes, segundo o modo de inserção na estrutura econômica que vem se montando nessa região do país.

Por fim, um último artigo, de Marcio Rodrigues Pereira, traz um levantamento e um comentário sobre a presença cultural francesa no Brasil, demonstrando que, mesmo sem um movimento migratório significativo para o nosso país, os franceses tiveram aqui uma influência marcante na nossa formação cultural. A propósito, na seção de resenhas, é feita uma apreciação do livro lançado neste ano, pela UNESP, sobre a presença francesa no Brasil ao longo do século XIX e início do século XX, *Franceses no Brasil*. Uma última resenha faz um comentário sobre o lançamento do CEM, em coedição com a Loyola, do livro *Pastoral do Migrante: relações e mediações*.

Gostaríamos de agradecer a oportunidade que nos foi oferecida pela revista francesa **Hommes & Migrations** para a publicação deste dossiê “França-Brasil”. Os artigos que publicamos, somados aos que foram lançados na França, constituem uma contribuição e uma referência importantes para a análise da condição vivida pelos migrantes no mundo atual, na França e no Brasil.

Sidnei Marco Dornelas

Migrações Internacionais e Políticas Migratórias: França e Brasil

Entrevista com Rossana Rocha Reis*

Travessia: Você estudou como se articulam as políticas de nacionalidade e as políticas para migrações na França nas últimas décadas do século XX. Poderia expor brevemente como isso se dava?

Rossana: As políticas de migração e nacionalidade se articulam em todos os países do mundo. Em primeiro lugar, para se definir quem é o imigrante, é preciso se definir quem é o nacional. Além disso, o Estado tem que definir se quer que o imigrante se torne nacional ou não, que tipo de imigrante pode se tornar nacional, e quais são os critérios adequados para esse processo. Contudo, é importante ter em mente que a resposta a esta pergunta quase nunca é definitiva; ela muda através da história, seja pela influência da migração continuada, ou por conta de mudanças no contexto social, político, econômico e cultural. No caso da França em particular, apesar da relutância em reconhecer-se como um país de imigração, a história mostra que a entrada e saída de pessoas são uma realidade constante, sendo motivada seja pelos conflitos, seja pelo crescimento econômico, seja pela fragilidade demográfica; e que a definição dos requisitos para adquirir a nacionalidade francesa variaram significativamente. Em termos específicos da relação entre nacionalidade e migração, o que é interessante destacar é que no início do século XX, o fato de ser estrangeiro era considerado por muitos um privilégio, pois desobrigava o indivíduo de servir o exército. É somente na medida em que a relação entre nacionalidade e direitos se consolida, e o Estado de bem-estar francês estabelece-se, que a nacionalidade passa a ser vista como um privilégio.

* Rossana R. Reis é Pós-doutoranda no David Rockefeller Center of Latin American Studies, em Harvard. Professora do Departamento de Ciência Política da USP. Pesquisadora do CEDEC. Autora do livro “Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos”, ed. Hucitec.

Travessia: A França é um país crescentemente multicultural, mas possui um presidente que ficou conhecido por suas posições anti-imigrantes. Nesse contexto, como se articula hoje nacionalidade e políticas migratórias?

Rossana: *Depende do sentido que nós atribuirmos à ideia de multicultural. Podemos dizer que a França é um país multicultural de fato, entre outras coisas, em função do seu histórico de país de imigração. Da perspectiva política, no entanto, o multiculturalismo tem muito pouco apelo no país. Na década de 1980, alguns movimentos como o SOS Racisme chegaram a flertar com a ideologia do multiculturalismo; no entanto, o tema da diferença foi rapidamente encampado por uma extrema direita xenófoba, que argumentava, grosso modo, que os estrangeiros deveriam viver sua diferença no seu próprio país, e que a França deveria ter o direito de preservar a sua própria identidade cultural. Por outro lado, a esquerda tradicional, fortemente identificada com o ideal republicano, também não via com bons olhos a perspectiva do direito à diferença, pois a enxergava como antitética em relação, por exemplo, à ideia de laicidade da República. Aos poucos, os partidários do multiculturalismo na França, como o próprio SOS Racisme, foram se aproximando do republicanismo, e o discurso xenófobo, próprio à extrema direita, foi aos poucos se tornando hegemônico na sociedade francesa, de modo que, infelizmente, a posição expressa pelo presidente francês nos dias de hoje está longe de ser minoritária e reflete um pensamento amplamente difundido na sociedade que associa a imigração com todos os males da sociedade francesa contemporânea, como o aumento do desemprego e da criminalidade.*

Travessia: Muito recentemente, a Diretiva do Retorno aprovada em âmbito da CEE e a *Misura de Sicurezza* pelo governo italiano têm apontado para um recrudescimento das políticas de rechaço dos imigrantes na Europa. Em que medida esse quadro compromete as possibilidades da construção de um espaço comum de convivência política, nacional e europeu?

Rossana: *A Diretiva do Retorno e a Misura de Sicurezza são políticas que representam, até o momento, o ponto alto de um processo que vem se desenrolando na Europa Ocidental desde meados da década de 1980, de estigmatização da imigração e do imigrante; de sua associação com a insegurança, o desemprego e o crime. Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países da região iniciaram um processo de atração da mão-de-obra necessária para a reconstrução desses países, e foram buscar indivíduos nos países mais ao sul da Europa, como Portugal, Espanha, Itália e, posteriormente, fora do Continente, na Argélia, na Turquia, entre outros. Em meados da década de 1970, a crise econômica que atingiu a Europa Ocidental levou às tentativas de interromper os fluxos migratórios, ao mesmo*

tempo em que os migrantes já estabelecidos começaram a reivindicar os mesmos direitos civis, econômicos e sociais que os trabalhadores nativos. Nesse contexto, houve um recrudescimento do racismo e da xenofobia, que em princípio, alimentaram partidos pequenos de extrema direita. Nos últimos anos, no entanto, mesmo quando esses pequenos partidos não foram eleitoralmente bem-sucedidos, suas propostas, que eram marginais, foram incorporadas por atores políticos e sociais importantes, e acabou definindo a agenda europeia de migração, assim como a agenda doméstica de países como a Itália, prejudicando sensivelmente a perspectiva da Europa como um espaço político regido pela ideia de direitos humanos, o que tem consequências potencialmente nefastas não apenas para os chamados extracomunitários, mas também para os europeus.

Travessia: O Brasil é caracterizado hoje por um histórico recente de fortes migrações internas, um recentíssimo fluxo emigratório para países como Estados Unidos, Japão, Portugal, Grã-Bretanha e outros países europeus, além de um crescente fluxo imigratório vindo de países latino-americanos. Tendo presente esse contexto, como se apresentam as políticas do Estado brasileiro para as migrações?

Rossana: Felizmente, parece que recentemente o Brasil se conscientizou da importância de adotar uma política de imigração mais generosa, e mais afim com a perspectiva de que todos os seres humanos devem ser iguais em direitos, independente da nacionalidade. A recente experiência do Brasil como país de emigrantes tem muito a ver com esse processo. Não é possível reivindicar direitos para os emigrantes brasileiros, se a postura do Brasil em relação aos seus próprios imigrantes não for pautada pelo respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, os recentes pronunciamentos do presidente Lula com relação ao desrespeito aos imigrantes de países pobres em países ricos, só podem vir a ter peso político se o Estado brasileiro for bem-sucedido em executar uma política de integração adequada em relação aos seus imigrantes. Isso não se dá apenas através da mudança legislativa, embora ela seja sem dúvida nenhuma fundamental, mas também através do cuidado com a implementação de políticas públicas nos diferentes setores do Estado.

Travessia: Os imigrantes brasileiros, por um lado, vêm se organizando progressivamente nos diferentes países em que se encontram, mas por outro, encontram mais dificuldades para entrar e permanecer nos países considerados desenvolvidos. Qual a situação da comunidade brasileira no exterior frente aos diferentes Estados em que se encontram?

Rossana: Ao que parece, existe uma proliferação e organização cada vez mais intensa das comunidades brasileiras no exterior. Considerando o contexto de recrudescimento de atitudes anti-imigração e anti-imigrantes em vários locais onde essas comunidades estão estabelecidas, essa organização

é cada vez mais importante. De um lado, afirmando sua presença nas sociedades de destino, e exigindo o respeito aos seus direitos lá; e de outro lado, pressionando o governo brasileiro a reconhecer a importância e os direitos dos brasileiros no exterior.

Travessia: Cresce entre os movimentos sociais que lutam pelos direitos dos imigrantes a reivindicação pela chamada “cidadania universal”, ou “além fronteiras”, a qual está sendo considerada seriamente mesmo por vários organismos internacionais. Quais as dificuldades políticas e sociais a serem superadas, e que condições seriam necessárias para que ela se efetive?

Rossana: *Inúmeros progressos foram feitos ao longo dos últimos cinquenta anos em termos de uma jurisprudência internacional dos direitos humanos, que legitime a demanda do indivíduo por direitos, independentemente de sua nacionalidade. Também a legislação doméstica, assim como o poder Judiciário, em diversos países receptores de imigrantes, tem reconhecido direitos civis, econômicos e sociais aos imigrantes. Contudo, o Direito Internacional atualmente existente consagra o direito soberano de cada Estado em decidir quem pode ou não atravessar suas fronteiras e nele se estabelecer. O fato de os estrangeiros gozarem de um maior número de direitos hoje do que há cinquenta anos não modifica essa situação. De um modo geral, o estrangeiro continua numa situação precária em relação ao cidadão. Nas palavras do historiador Roger Brubaker (tradução minha):*

“Somente os cidadãos gozam de um direito incondicional de permanência e residência no território, e podem planejar suas vidas de acordo com esses direitos. A entrada e a residência de não-cidadãos nunca são incondicionais. Alguns não-cidadãos, os que entraram clandestinamente, por exemplo, ou pessoas no final do seu período de residência legal, não têm esses direitos. Mas mesmo não-cidadãos privilegiados, aqueles aceitos formalmente como imigrantes ou colonos, continuam residentes probatórios, suscetíveis à exclusão ou deportação em certas circunstâncias” (BRUBAKER, 1992, p. 24).

Nesse contexto, a demanda por uma cidadania universal, ou “além-fronteiras” é muito importante e, em certo sentido, profundamente subversiva da ordem internacional vigente. É importante, contudo, ter clareza quanto aos objetivos buscados. Não se pode correr o risco de trocar direitos reconhecidos por um slogan. É preciso refletir sobre a possibilidade de existência de uma cidadania desvinculada do Estado, e quais suas consequências para o indivíduo.

Travessia: A temática dos Direitos Humanos vem sendo constantemente relacionada ao contexto da globalização e seus fluxos de população: refugiados, expatriados, tráfico de seres humanos, prisões arbi-

trárias, etc. Como, em nível nacional e internacional, e através de que organismos é possível defender os direitos fundamentais desses grupos frente ao poder do crime organizado, de um lado, e do arbítrio do Estado-Nação, de outro?

Rossana: É extremamente positivo que pensemos nessas questões a partir de um critério de direitos humanos, na medida em que a linguagem dos direitos humanos nos permite defender um mínimo denominador comum para políticas domésticas, internacionais e transnacionais, tendo como horizonte o princípio da dignidade humana. O reconhecimento dos direitos humanos nas legislações, tanto no plano doméstico como internacional é por isso mesmo, muito importante. Para a defesa dos direitos desses grupos fragilizados, no entanto, o fundamental é a capacidade de organização política desses próprios grupos, e seus aliados na sociedade, pressionando, nos países de origem e de destino, os Estados, que são, ainda hoje, as únicas organizações com capacidade para garantir os direitos humanos dos indivíduos.

Travessia: Em nível internacional, como podemos pensar uma representação política de todos os imigrantes, ou povos em deslocamento, para além do paradigma político do Estado-Nação?

Rossana: A articulação dos grupos imigrantes e dos povos em deslocamentos em redes é muito importante, seja pela capacidade para dar visibilidade ao tema do deslocamento humano, iluminando as diversas circunstâncias, muitas vezes precárias, que envolvem o deslocamento dos indivíduos pelo planeta; seja para conferir legitimidade às suas reivindicações, com base na ideia de direitos humanos, tanto no plano de organizações internacionais como no plano dos Estados nacionais. A migração no mundo contemporâneo possui uma forte dimensão transnacional, e as organizações imigrantes poderiam se beneficiar bastante dessa característica na formação de uma articulação política capaz de transitar entre fronteiras e atrair apoio para sua causa.

BRUBAKER, Roger. *Citizenship and nationhood in France and Germany*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

Entre a Igreja do Brasil e da França

Uma experiência com os portugueses em Paris

*Sidnei Marco Dornelas**

Neste trabalho pretendemos fazer uma reflexão que possa unir as lições de uma experiência de pastoral e de pesquisa sociológica junto aos imigrantes portugueses inseridos em comunidades católicas na França, à nova realidade que experimentamos atualmente com os imigrantes na Igreja Católica numa grande cidade como São Paulo. Em comum, está a mesma inserção inquieta junto aos imigrantes que procuram seu espaço de atuação e expressão no interior da Igreja, e uma mesma Igreja que, em épocas e países diferentes (mas não tão diferentes assim) procura dialogar com a experiência de fé desses imigrantes. A realidade comum é a de um espaço eclesial heterogêneo e desigual, social e culturalmente, em que, se de um lado existem limites e tensões, de outro se percebe um anseio em se criar novas modalidades de mediação em meio à pluralidade de usos desse mesmo espaço e de linguagens em que nele se exprime uma mesma fé.

Um padre e estudante brasileiro entre os portugueses de Paris

Como membro da Congregação dos Missionários de São Carlos, conhecidos como Scalabrinianos, cuja finalidade é o cuidado dos imigrantes, recebi uma destinação missionária para a França em 1988, para uma formação acadêmica que fornecesse um conhecimento mais aprofundado sobre os imigrantes, em

** Sidnei Marco Dornelas é Sociólogo, Missionário Scalabriniano e Diretor do Centro de Estudos Migratórios/CEM.*

vista da atuação nos Centros de Estudos da Congregação, e também para alguma forma de inserção pastoral junto aos imigrantes naquele país¹. Formado nos estudos teológicos durante os anos 1980, na linha da Teologia da Libertação, e experimentando uma viva experiência pastoral junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na periferia de São Paulo, ansiava, além dos estudos sociológicos aprofundados sobre a realidade da migração na França, também por uma inserção pastoral junto aos imigrantes portugueses residentes na região parisiense. Minha consciência estava então marcada pelo paradigma que unia a teoria social e teológico-pastoral à ação concreta e engajada junto aos imigrantes, em busca de sua plena realização humana e religiosa, tanto social, como cultural e política.

O contato com a questão migratória na França, no plano social e político, mas também no âmbito da Igreja Católica, rapidamente chamou minha atenção para um tema onipresente nos discursos de seus representantes públicos: a questão da integração dos imigrantes na sociedade francesa. No ambiente eclesial, refletindo todo o debate que se fazia pela mídia e nos meios acadêmicos e políticos, existia um discurso que reiterava a necessidade dos imigrantes se integrarem ao ambiente e ao modo de se viver a fé católica na França. Nesse sentido, outro aspecto desse discurso, igualmente insistente, era a necessidade de se fazer evoluir as práticas religiosas dos imigrantes, sobretudo as de origem rural, consideradas rústicas, no sentido de uma prática mais consciente, sistemática, coerente e que se integrasse à prática pastoral francesa. Esse discurso se fazia presente com muita força entre os próprios padres e agentes de pastoral, franceses e portugueses, que estavam mais próximos dos imigrantes portugueses e eram oriundos da Ação Católica Operária. Considerados dos mais abertos socialmente, possuíam um fé elaborada no confronto com as ciências humanas, com as questões políticas mais candentes da sociedade francesa e se colocavam à “esquerda” no espectro social, político e eclesial da sociedade. Afeitos a reuniões de preparação das atividades pastorais, imbuídos de um discurso sistemático e racional, o que gerava toda uma ação programática em busca do reforço da incidência da fé em todos os âmbitos da vida humana, também desejavam comunidades portuguesas na França em que se refletisse essa concepção de Igreja mais consciente e atuante socialmente².

O meu contato com as comunidades portuguesas mostrou, porém, que a realidade era mais complexa. Estive atuando pastoralmente em Paris entre os anos de 1989 e 1992, ao mesmo tempo em que prosseguia meus estudos de sociologia. Nesse período pude perceber com nitidez como eram distintas as rotinas e práticas religiosas e pastorais das comunidades paroquiais francesas e aquelas dos imigrantes portugueses. Enquanto a Igreja francesa possuía uma programação detalhada que se estendia ao longo da semana em várias reuniões, e tinha uma previsão sistemática para o ano todo, os portugueses concentravam praticamente toda sua atuação em torno da missa e da catequese em língua

portuguesa aos domingos. Eram raros outros tipos de atividades ou grupos, como os vários tipos de movimentos leigos da Igreja francesa, a exemplo daqueles ligados à Ação Católica. Enquanto a Igreja local procurava estar aberta para as várias dimensões da vida social francesa e mundial, as comunidades portuguesas buscavam, principalmente, preservar suas tradições, sua língua, os espaços de convivência entre seus pares. Se por acaso, a comunidade católica portuguesa estivesse unida a uma associação civil de imigrantes, esse caráter de preservação de sua identidade nacional, linguística, cultural e religiosa tendia a se acentuar. Talvez por isso, um dos maiores anseios dos padres que acompanhavam essas comunidades era que elas pudessem “evoluir”, para sair de seu isolamento e particularismo, em vista de uma integração maior com o todo da Igreja do país em que se inseriam, no caso a França.

O meu sentimento, entretanto, brasileiro entre franceses e portugueses, provindo de uma experiência inovadora e diferenciada em relação a ambos interlocutores, era a de ser duplamente estrangeiro e duplamente implicado. Embora a Igreja renovada no Brasil tivesse recebido muita influência da aplicação dos métodos oriundos da Ação Católica, não conseguia partilhar o racionalismo e certo purismo exagerado dos agentes de pastoral franceses, que viam a piedade popular portuguesa como “atraso” (particularmente o culto à Nossa Senhora de Fátima) e empecilho para sua integração na Igreja francesa. Sentia também sobre mim, por parte dos padres e leigos franceses, uma pressão implícita e constante para que os portugueses se comportassem, ou “evoluíssem” para uma prática religiosa similar à francesa. Por outro lado, os imigrantes portugueses sempre esperavam que o seu capelão se colocasse a serviço de suas tradições e costumes, defendesse seu modo de pensar e atuar junto aos responsáveis da Igreja francesa. Se os portugueses eram considerados extremamente ordeiros e disciplinados no uso do espaço cedido pela Igreja na França, em troca eles praticamente evitavam qualquer tipo de assimilação ao modo de praticar a fé dos franceses. Como seu capelão, constrangia-me o fato de ter que defender o que mal compreendia e não me sensibilizava. Afinal, as tradições portuguesas que se refletiam nas suas práticas, além de serem alheias ao diálogo com o ambiente em que se encontravam, também não faziam parte da perspectiva de prática pastoral engajada socialmente na qual fui formado. Frequentemente sentia-me usado pelos portugueses para realizar práticas sociais e religiosas das quais não percebia claramente o sentido e que fugiam ao meu propósito como agente de pastoral. Esse desconforto se agravava pela minha própria condição de deslocamento, como estrangeiro na França, em que os paradigmas de minha formação pareciam inúteis nesse novo contexto.

Foi vivenciando essa experiência ao longo de todo esse período que perseverei num projeto pensado ainda no início de minha estadia na França: a de

fazer uma pesquisa sobre a participação dos leigos portugueses na Igreja francesa, em que a proposta de integração dentro do espaço eclesial francês pudesse ser aferida na prática. Os paradoxos em que me encontrava na minha própria prática pastoral me obrigaram, como exigem os procedimentos metodológicos de distanciamento e de “rigor científico”, a me deslocar para fora da cidade de Paris. Fui fazer o trabalho de campo requerido, entrevistas com um grupo de leigos portugueses, líderes ativos em comunidades católicas, na região de Champigny, a leste da região parisiense. Com esse distanciamento, haveria a possibilidade de fazer ressaltar a condição de pesquisador, e explorar as representações que os portugueses se fazem sobre esse espaço social específico em que eles se inserem, com sua própria conotação cultural: a religião católica, e como por ela agenciam as suas práticas religiosas. Para além dos discursos científicos, políticos, midiáticos ou mesmo pastorais sobre a integração dos imigrantes, o que se buscou foi poder ouvir a sua palavra genuína, livre dos condicionamentos do relacionamento com um agente de pastoral.

Entre os imigrantes entrevistados, em função deste artigo, escolhi três que acredito expressarem bem os diferentes níveis da problemática do relacionamento e das mediações vividas por eles no interior do espaço eclesial francês. Sabendo que iam receber um estudante brasileiro para entrevistá-los sobre sua participação numa comunidade católica portuguesa, cada um reagiu da maneira que melhor lhe parecia para impressionar o visitante estrangeiro (nem francês, nem português, nem padre)³. Lourenço, por exemplo, fez questão de mostrar sua grande casa e realizar a entrevista numa sala ampla, como que para mostrar que por seu trabalho e com suas mãos, como viria a frisar durante seu depoimento, ele conseguira se estabelecer e se fazer respeitar na França. Bernarda, por sua vez, preparou um grande jantar para receber o entrevistador, em pleno dia de semana, com vários pratos sobrepostos, da mesma maneira que recebe as visitas solenes aos domingos. No entanto, o caso mais curioso foi o de Maria, uma liderança de comunidade considerada como um exemplo de imigrante bem integrada à Igreja francesa, e que trabalha ativamente por essa integração do conjunto das comunidades portuguesas.

Maria me recebe na sua cozinha, onde ela prepara o café e um bolo típico de sua região em Portugal, e em torno desse bolo com café, ela vai me explicando o ritual das “desfolhadas” à época da colheita do milho. Mas, quando começo os procedimentos para a entrevista, retirando meu gravador e fita K7, e pedindo sua permissão para utilizá-los, ela, como o índio nambikwara de Lévi-Strauss, imita minhas atitudes: enquanto retiro da bolsa meu caderno de anotações e meu gravador, ela também vai buscar o seu gravador, a sua fita K7, seu caderno e caneta (LÉVI-STRAUSS, 1984). Assim como eu, ela grava também toda a entrevista, e vai rabiscando algo numa folha branca enquanto fala comigo. À época me

perguntava o que poderiam significar esses gestos para a imigrante portuguesa, e esses utensílios para reunião, ou então que tipo de enfrentamento ela identificava naquela entrevista diante do desconhecido brasileiro. Hoje, retomando sua entrevista, considerando o prestígio que alcançou junto aos padres e à Igreja local, e conhecendo melhor o que significa a condição social em que se encontram os imigrantes de qualquer nacionalidade em qualquer país, penso que ela procurava viver de forma mais consciente a situação de mediação a que se sentia chamada, tentando encontrar seu lugar entre os portugueses aos quais continuava ligada, bem como entre os franceses, que valorizavam sua integração por seu saber acumulado, pela habilidade em se comunicar, pelo domínio do espaço público. Como o índio nambikwara frente ao etnólogo Lévi-Strauss, ela queria falar comigo de igual para igual.

Os imigrantes portugueses no espaço eclesial francês

Entre os entrevistados podemos distinguir, basicamente, dois tipos de discurso e posicionamento no interior do espaço eclesial francês. Existem os “conservadores”, aqui representados por Lourenço e Bernarda, que procuram preservar a tradição tal qual receberam em Portugal, e nesse sentido falam em nome da massa dos imigrantes portugueses, um “nós” do qual se julgam parte integrante, frente aos leigos e padres franceses. Nesse sentido, guardam certa distância dos padres, uma posição de cautela, atentos ao cotidiano de sua comunidade, à manutenção dos rituais, dos referenciais religiosos, num discurso emocional, cheio de circunlocuções, alusões e peripécias. São particularmente apegados ao culto de Nossa Senhora de Fátima, como o grande ponto de identificação e união dos imigrantes portugueses na França. Porém, existe também um grupo minoritário muito atuante, que compõe o tipo dos “militantes”, como é o caso de Maria, frequentadores assíduos de reuniões e programações formativas da Igreja francesa. Possuem uma consciência muito clara e objetiva de seu engajamento católico e de sua atuação pastoral. Esses leigos partilham com os agentes de pastoral franceses, padres e leigos, uma concepção dinâmica e planejada da pastoral, como ação disciplinada em busca de fins bem definidos. Distanciam-se, assim, do restante dos portugueses no interior da comunidade, na medida em que buscam também uma progressiva integração no conjunto da comunidade francesa, como uma evolução de consciência e de participação coletiva.

O cruzamento desses dois tipos de discurso por esses depoentes nos permitirá perceber alguns elementos importantes para a temática das mediações no interior do espaço eclesial, hoje ainda mais plural e diferenciado.

A condição social dos imigrantes

Lourenço, depois de falar da importância da família para ele, ao ouvir a minha pergunta sobre se havia já participado das missas francesas, começou a lembrar um tempo ainda anterior, em que não havia família sua na França. Recordou a sua condição comum com outros trabalhadores imigrantes, quando habitava em *bidonvilles* (favelas) na *banlieue* parisiense durante os anos 1960 e 1970:

... era solteiro nesse período, quando a gente morava em barracas, *dans le chantier*, dentro do trabalho. Barracas para quatro pessoas, um embaixo, outro encima, um embaixo, outro encima, a mesa no meio para a gente comer. No sábado, a comida era tudo junto, jogamos as cartas, fazemos fogueiras, assamos castanhas... pronto, vivíamos, vivíamos como homens... e valores desse tempo que hoje não sei se “fazerão” (...) o que eu quero dizer com isso, é que vivemos numa solidariedade entre trabalhadores, homens de diferentes nacionalidades, portugueses, espanhóis, italianos, poloneses, muitos poloneses também, tudo em barracas! E íamos de uma barraca para outra... um ‘tava a comer chouriço, já se comia uma trincada de chouriço ali, outro estava a assar sardinhas, comia-se uma sardinha ali (...) tudo isso, mas rica em amizade, no coração dos povos... eu morei com “algerianos” na minha barraca, eles nunca me roubaram nadinha... me comeram nadinha do que era meu, *jamais, jamais*... e isso é uma grande lição (...) Tenho dois rapazes e uma rapariga e eles têm uma vida completamente diferente... é o que o mais velho me diz sempre... ‘como é que tu queres que eu depois seja... se não me falta nada’...⁴.

A memória dos tempos iniciais da imigração, quando não tinha ainda uma família estabelecida na França, mas também não havia uma comunidade portuguesa organizada, retoma a condição comum de todos os imigrantes, o trabalho com seus valores associados: solidariedade, lealdade, abnegação, perseverança. O tema da integração aí não parece associado a qualquer tipo de nacionalidade, mas retoma uma busca comum por uma vida melhor, com valores que hoje parecem perdidos, na medida em que Lourenço encontra dificuldades para transmiti-los para seus filhos, que não viveram esse período. Deslocamento de vivências geracionais, que se acumulam a outras formas de deslocamento, entre o país das origens (a zona rural portuguesa) e o país de inserção (a *banlieue* parisiense urbanizada).

Aqueles que viveram a travessia da migração sabem bem que sua identidade encontra-se dividida entre o país de emigração e aquele de imigração. Maria mostra uma consciência clara dessa condição, quando afirma que a “nacionalidade

emigrante não existe, a nacionalidade emigrante fica na fronteira, e quando entramos na França, entramos com um pé emigrante, e quando entramos em Portugal, entramos com o pé emigrante...” (DORNELAS, 1998). Maria percebe muito bem que seus filhos nascidos na França vivenciam esse paradoxo com muito mais intensidade, na medida em que, sendo apenas indiretamente associados ao projeto migratório de seus pais, ainda assim são vistos como portugueses, apesar de terem nascido e se educado na França. Ela tenta explicar como procura lidar com essa situação:

...há uma expressão um pouco vulgar que diz *‘qui avoir le cul entre deux chaises c’est pas très confortable’*...⁵. É essa a dificuldade de muitos jovens. E porque os pais se sentem totalmente portugueses, não pensam na França senão para o trabalho, criam um nível de vida em que os filhos não sabem o que pensar. Não estão aqui, nem estão lá embaixo, não se sabe se acaba aqui ou se faz aqui os estudos ou lá embaixo... Bom! Eu não quis forçar os meus filhos. Uma vez que fui eu que os plantei em França, é a eles de escolher qual a nacionalidade que querem.

É essa condição social do imigrante na França, quando começou a formar sua família, criar seus filhos e se estabelecer no país de recepção, que levou os imigrantes portugueses a se organizarem em associações e comunidades católicas no interior das Igrejas francesas. Justamente porque, para além da finalidade do trabalho, surgiam os dilemas da educação de uma nova geração, buscaram criar as estruturas associativas que pudessem ajudar a preservar seus valores culturais e religiosos originais. Paradoxalmente, é no interior desses espaços proporcionados para o funcionamento dessas estruturas, amparadas por instituições como a Igreja Católica, que as questões sobre a integração no país de recepção, ou sobre as modalidades de inserção e mediação que estariam dispostos a mobilizar, vão se colocar de fato para os imigrantes.

As comunidades católicas portuguesas

O que os portugueses buscavam nessas comunidades é claramente exposto no depoimento de Bernarda. No único dia da semana em que os imigrantes se dão folga, nos domingos, eles buscam a comunidade católica portuguesa para reencontrar os referenciais culturais e religiosos que resgatem sua identidade como portugueses. Buscam também os meios que permitirão que seus filhos se mantenham portugueses, através de uma educação religiosa que nenhuma família pode se furtar de transmitir. Isso se dá pela conjugação da missa e da catequese em língua portuguesa. Bernarda explica o modo como se dá o encontro entre os portugueses aos domingos:

Houve aquele início de catequese em português, para os portugueses continuarem a viver um bocadinho a sua fé que viviam lá embaixo. Porque não só a missa, porque a catequese faz tanto como a missa ou mais. Porque não é que eles aprendam muito, muito... porque não é a mesma coisa a catequese que era antigamente: aprender pai-nosso, ave-maria, credo, tudo isso. Bom, mas é uma maneira da gente viver, e então os pais vêm à missa e ao mesmo tempo vêm à catequese. Vêm à catequese e ao mesmo tempo vêm à missa, pois se não fosse a catequese não tínhamos a missa, e assim, uma vez que vêm com os filhos à catequese, vêm à missa e a gente dá a impressão que estamos em Portugal!

No entanto, esses eventos religiosos, tão importantes para os portugueses, não ocorrem num território neutro. De um lado, o encontro entre os imigrantes e suas famílias implica numa organização que se choca com a expectativa privada de cada família, com as idiossincrasias de cada catequista, com a limitação de tempo para realizar toda a programação que a comunidade se permite. Embora existam inúmeras tensões, Bernarda se julga particularmente chamada a fazer seus compatriotas relembrares os valores originais em que se formaram, e que correm o risco de se perderem sob a árdua e obsessiva rotina de trabalho:

...a catequese dou-lhe tanto ou mais valor porque... dar às crianças o que nós sabemos, mas atrás disso, os pais também vão aprendendo alguma coisa com as crianças. Porque, você sabe que muitos pais vivem tão agarrados só ao trabalho, só ao trabalho que... não é a mesma coisa que viveram antigamente, muitas vezes custa-lhes a aceitar certas coisas... Bom! Mas, a coisa das reuniões, que eles têm muitas vezes, eu gosto muito que eles venham às reuniões, porque nas reuniões eles acabam por lembrar coisas que eles...

Por outro lado, esse espaço não é neutro também porque se insere necessariamente no interior da Igreja francesa. O clero e os leigos franceses, quando se mostram tolerantes e mesmo receptivos à presença de uma comunidade portuguesa no interior de suas paróquias, também nutrem suas expectativas sobre ela, e desejam que possa se integrar ao seu quadro de ação pastoral comum. Várias iniciativas formativas para o laicato católico têm procurado associar lideranças leigas portuguesas, no sentido dessa integração, sobretudo no âmbito da liturgia da missa e da catequese. Maria, remanescente da militância da Ação Católica ainda em Portugal, mostrou-se mais sensível e apta a essas iniciativas de capacitação formativa. Munida dessa formação, no seu engajamento como catequista procura fazer com que a estruturação da catequese portuguesa possa confluir para a estruturação da catequese francesa. Curiosamente, participando na mesma área

pastoral de Bernarda, possui uma visão bastante distinta da finalidade que espera obter da formação das catequistas e das crianças:

Esse trabalho começou em português, separado dos franceses, hoje temos grupos de franceses dentro de nosso trabalho português. Quer dizer que, para fazer uma integração lenta, sem que as pessoas “barafussem”, nem sejam rejeitadas... No tempo em que eu fui responsável, organizei uns grupos para funcionar só com oito crianças, que foram aceitas dentro da coordenação portuguesa... pra trabalhar com os grupos franceses, com a catequista portuguesa a dar a catequese, com o livro que normalmente... livro CE2⁶, que normalmente é trabalhado em casa com os pais. Tem apenas uma celebração ao fim de cada mês na paróquia com os pais, mas a catequese feita pelos pais em casa durante a semana, para que nós... (este é o sistema francês?) este é o sistema francês...

Este sistema francês de catequese, que Maria vem se esforçando para que seja progressivamente adotado também pela comunidade portuguesa, possui um objetivo explícito de integrar as crianças e suas famílias no interior da comunidade paroquial francesa. Não busca fazer a recordação das tradições que os imigrantes portugueses trouxeram de sua terra de origem, mas, diferentemente, tem por objetivo a inserção de todos, franceses e portugueses, num mesmo roteiro de aprendizado da fé. O fato de ser feito em grupos pequenos, nas casas, misturando crianças portuguesas e francesas, utilizando-se de um livro francês, que acompanha o ciclo escolar das crianças, demonstra outra dinâmica que desconhece a condição migrante dessas famílias. Nesse sentido, todo o trabalho formativo e a rotina de reuniões, com sua dinâmica de reflexão e ação, disciplinado a partir do ponto de vista da sociedade de acolhida, tem se mostrado uma prova de particular dificuldade para esses imigrantes, lideranças nessas comunidades portuguesas.

Do ponto de vista da preparação da liturgia da missa, Lourenço, ao explicar a pouca disponibilidade dos portugueses na organização das atividades da comunidade, arrisca duas explicações. De um lado, existe a dificuldade em se expressar em público, e usa o exemplo do medo que possuem em se aproximar do microfone para se fazer uma leitura durante a missa. Seriam várias as razões, como o medo de se comprometer, de sair de seu âmbito privado, ou simplesmente o fato de as pessoas comentarem sua incapacidade para ler. Por fim, ele aponta como principal explicação a sua condição social como imigrantes, que os qualifica para o trabalho braçal, mas que os impede de se aproximar de um microfone: “São pessoas que vêm de meios portugueses desfavoráveis, da província, que cresceram com aquela... com um bocadinho... pode-se dizer atrasados... Não é a palavra, mas, pronto! Naquele ambiente não desenvolvido. P’ra falar no micro a pessoa tem que ser um bocadinho desenvolvida... não deve gaguejar...”. Por outro lado, Lourenço aponta a dificuldade que os portugueses têm em trabalhar em grupo e aceitar “a

palavra de d'uns e d'outros". Os imigrantes, do ponto de vista de Lourenço, por sua origem rural e pelo sistema tradicional em que foram educados, não foram preparados para discutir coletivamente suas decisões, ponderar opiniões diferentes das suas, e discordar sem tomar as opiniões contrárias como enfrentamentos pessoais, ou lidar com o exercício da autoridade de forma não autoritária:

Há que saber comunicar, há que saber baixar um bocadinho, é isso que não aceitam. Há muita malta aí que não aceita. É difícil de estar em grupo, e de falar, e de dizer que não estamos aqui para aplicar uma lei... juntos fazemos qualquer coisa de concreto. E isto há pessoas que não querem, são teimosas, são ditatoriais (...) e ninguém quer, ninguém quer este posto... não é um posto, é uma... mas eles estão um bocadinho perdidos, se eu não estou aqui (...) são pessoas que ajudam, mas pronto! é tal problema de... vimos de meios, vimos de regiões, onde a cultura... fomos pouco ensinados a essas coisas...

O aprendizado sobre como agir numa reunião, sobre como ouvir diferentes opiniões e saber como decidir conjuntamente, sem gerar atritos pessoais e ao mesmo tempo zelar pela unidade de toda comunidade portuguesa, parece ser também a preocupação mais corriqueira de Bernarda. Ela fala em boa vontade, coragem e paciência para exprimir os requisitos necessários para ajudar a comunidade se manter, como verdadeiros traços vocacionais:

Na verdade, na vida do imigrante, tanto no trabalho p'ra ganhar o pão, como na vida religiosa, é preciso ter muita paciência e coragem para avançar. Porque não é com facilidade que as coisas chegam a um bom consenso. E, sobretudo quando a gente trabalha com várias pessoas de... de várias opiniões, de várias... (ela suspira) raças, e tudo mais... Digo-lhe francamente que é preciso ter coração bom e forte p'ra poder avançar sempre na boa união, porque não é fácil com isso também não...

Esse aprendizado para saber trabalhar em grupo, nas reuniões, acontece não só entre portugueses, mas também com os padres e leigos franceses, como parece indicar Bernarda. Reunir-se com pessoas tão diferentes, de outros estratos sociais, de outro tipo de linguagem, de outra educação, de outras "raças", parece ser um desafio que se coloca em outro patamar, demandando outro tipo de atitude. Ao que parece, demandaria também outras formas de mediação.

O confronto com os franceses

A proposta de integração das comunidades portuguesas à paróquia francesa, quando é feita, demanda um exercício de participação conjunta em reuniões

de reflexão e formação, preparação na celebração de eventos especiais, na busca de uma consonância na dinâmica catequética. Os portugueses participam abnegadamente, com receio e cautela, desses momentos de encontro. Maria, consciente das dificuldades dos outros imigrantes em participar de reuniões com leigos franceses, procura sempre acompanhá-los. Ela explica em que consistem essas dificuldades:

Sentem a dificuldade de não serem aceitos, porque não é fácil. Eu, como tenho certa relação, tenho a sorte de ser bem aceita talvez na comunidade, tanto francesa como portuguesa, não tenho dificuldade. Sinto-me bem, como é hoje. Falo com eles, sou estimada por todos, mas não é nada fácil estar numa reunião com os franceses (por que?) Porque eles são... É preciso ver que quando nos encontramos numa reunião com os franceses, eu sou a única *femme de ménage* que lá está, sou a única que fez três anos de escola (os outros fizeram mais de três anos de escola?) Em França, três anos de escola não existe (riso...) Eles têm outra formação: uns são responsáveis sociais, outros são professores, são empregados de escritório, outros... têm boas situações, têm um vocabulário difícil, que não é o vocabulário que ouvi aqui, que aprendi o meu francês aqui de boca e de ouvido. Não tive estudo de francês e não é fácil de assimilar certas palavras que costumam chamar que *c'est du jargon... la langue de bois, par exemple...*(riso...) que utilizam palavras difíceis, um vocabulário que não é nada fácil de assimilar. Quando me encontro numa reunião onde estão vinte franceses e eu sozinha, portuguesa, ou mais outro, sinto-me muito pequenina...⁷.

A lucidez de Maria ao analisar o contexto social em que se realizam as reuniões pastorais, confrontando diferentes condições sociais, tem eco nos depoimentos dos outros leigos portugueses. Eles exprimem toda uma atitude de cautela como se estivessem num meio hostil, em que se sentem vistos como estranhos e rebaixados, por sua condição de classe e por sua nacionalidade estrangeira. Espontaneamente, eles sabem que não se pode falar em verdadeira integração sem que se considerem esses diferentes mundos e imaginários em que se movem, mesmo participando de um mesmo espaço eclesial. Bernarda parece sempre preparada para um ambiente de tensão, procura se resguardar, falando o necessário e quando percebe que há uma ocasião propícia para tal. No mais, age simplesmente como quem é chamada a trabalhar:

...eu sou uma pessoa muito humilde, que eu vou, mas fico assim... não eu a mandar, nem eu a propor certas coisas. Às vezes dizem-me, “isto que está bem”, e eu, “está bem, está”, e depois digo também alguma coisinha. Mas, eu primeiro vejo o ambiente, como aquilo está a passar, vejo

a maneira que as pessoas, como as pessoas são, e como as pessoas estão. Porque se eu vejo má vontade, eu então fico-me em mim, vejo, ouço, e não digo grandes coisas, faço o que me dizem.

(...)

(Parece que a relação com os franceses não é muito fácil, precisa ir com cautela...) Claro, evidentemente, a gente... e mais, sobretudo quando é nos primeiros tempos, que não conhece as pessoas. Mas, mesmo porque, como eu não sei falar assim muito, muito correto o francês, estou sempre com aquela timidez. Sinto dentro o que hei de dizer, em português ou coisa, mas em francês, 'tá a gente sempre com aquela timidez. Como estamos num país estrangeiro, ou como estamos no país deles, não quero impor, não quero eu forçá-los a fazer coisas que eles talvez não tenham vontade.

Isso não significa que os portugueses em geral não tenham uma atitude amistosa para com os franceses, e vice-versa. Tanto Bernarda como Lourenço enfatizam que são bem aceitos, e no interior do espaço eclesial existem mesmo várias expressões de amizade. No entanto, neste trecho do depoimento de Bernarda ressoa o que Lourenço constantemente afirma: que os portugueses são um povo que “sabe qual é o seu lugar”. Nos lugares e momentos em que se deveriam instaurar situações de igualdade, como nos espaços celebrativos, ou nas reuniões pastorais, em que a dinâmica de integração deveria ser mais visível, as situações de conflito latente se tornam mais perceptíveis, como demonstra mais uma vez Bernarda:

Há sempre o que fazer, mas na verdade você sabe que onde há muita gente, uns olham as pessoas diferentes dos outros. Porque eu vejo lá nessas reuniões de francês, você sabe, há gente de muitas qualidades, há muita gente que pensa diferente, não é?! e uns que podem estar bem de acordo com isso, mas há outros que não estão... por vezes fala-se na frente, bom, mas há coisa será que às vezes pois anda a falar por trás...

Os conflitos latentes que os portugueses observam quando estão em meio aos franceses, parecem se tornar mais visíveis quando entra em jogo a manifestação da devoção a Nossa Senhora de Fátima. Os eventos em que se realiza o seu culto têm a capacidade de mobilizar emocionalmente a totalidade da comunidade portuguesa. Várias pessoas se propõem a ajudar, existe um grande investimento afetivo e material por parte de todos, e suas celebrações atraem a grande massa dos imigrantes. Os leigos e padres franceses toleram esses eventos, mas os encaram como uma manifestação supersticiosa, provinda de meios rurais

atrasados, pouco esclarecidos daquilo que seria o verdadeiro sentido da fé cristã. No limite, chega a ser desprezada como uma manifestação pagã disfarçada de cristianismo. É o que deixa transparecer Maria, no final de seu depoimento. Como outros depoentes, não colocou em primeiro plano, diante do estrangeiro que a entrevistava, essa devoção como uma característica marcante da expressão de fé entre portugueses. Quando lhe pergunto, sua primeira reação foi um estridente riso irônico. Falando em tom neutro sobre essa festa, diz que também já trabalhou nela, e procura deixar claro que o seu fim é diferente daquilo que seria o propósito da comunidade, mas que “não estorva”. No que ela “estorva”?

Estorvar para mim é no sentido de se ver a pessoa que vai rezar à Nossa Senhora como sendo um deus, sendo que é uma grande devoção, que a imagem de Nossa Senhora para mim fala muito, que é a mãe de Jesus, mas não venero como um deus (...) a expressão da fé popular é maravilhosa, porque se vê Maria... reúne à volta dela milhares de milhares de portugueses, que se liga a Maria para ir a Cristo, é extraordinário... Mas, na minha maneira de ver hoje, porque desenvolvi, não era essa a minha maneira de ver em Portugal... a minha fé evoluiu de uma outra maneira em França..

Assim é que Maria continua devota de Nossa Senhora, mas, como ela diz, não lhe dá “a praça de Jesus Cristo”. Porém, existem de fato momentos em que o culto e a imagem de Nossa Senhora de Fátima estorva os franceses, e parece ser por outras razões. Lourenço relata um incidente que ocorreu em sua comunidade e que levou a um confronto aberto entre os imigrantes portugueses e leigos franceses. Aconteceu no dia seguinte à festa organizada pela comunidade portuguesa:

Então fazemos a festa p’ra Senhora como se fosse... como se fizéssemos a procissão (foram vocês mesmo que decidiram não fazer a procissão?) Foi, fomos nós que decidimos porque uma vez nós deixamos lá a imagem de Nossa Senhora, que ‘tava linda, linda, em cima de uma mesa. Era domingo de manhã, e dissemos, ‘vamos deixar a imagem e tudo isso p’ros franceses, porque há missa dos franceses às onze e um quarto’. E deixamo-la, e à tarde viríamos buscá-la. E aquilo deu barraca, deu barraca (os franceses não gostaram?) Não gostaram, não são todos os franceses, mas... ninguém nos disse nada naquela manhã. Foi depois numa reunião com os franceses, a *communauté* cristã, *dialogue*, “reflexo”... e tudo isso. E é aí que os franceses... eles queriam impor não sei o que, que eu não queria, e eu disse uma palavra assim um bocadinho... que a gente não estava disposto a fazer tudo o que eles queriam e quando eles queriam (...) e então aí eles balançaram: *‘Ecoutez, et quand vous nous imposez*

votre vierge, ah, votre Fatima dans nos eglises, vous croyez qu'on veut l'accepter?' ... 'Ah bon! On vous impose notre Fatima? D'accord, on ne vous imposera plus notre Fatima, notre Fatima ira avec nous, quand on aura fini notre fête, elle ira avec nous'⁸!

O mal-estar criado por esse confronto aberto, em que houve uma clara demarcação de território, significando a quem realmente pertencia aquele espaço, produziu um imediato refluxo da comunidade portuguesa. Paradoxalmente, aconteceu justamente numa dessas reuniões proporcionadas pela paróquia francesa para a “*communauté*”, o “*dialogue*”, a reflexão (que desajeitadamente Lourenço chama de “reflexo”). Nesse confronto, em torno da imagem de Nossa Senhora de Fátima, em vez da cautela e da timidez, os imigrantes reafirmaram sua identidade original e preferiram retornar simbolicamente ao seu espaço próprio, quase privado. A partir de então, por iniciativa do padre responsável pelos portugueses, procurou-se fazer uma lenta reaproximação. Numa das festas seguintes de Nossa Senhora de Fátima, foi feita uma dramatização com crianças representando a aparição aos três pastorinhos⁹. Cada casal português deveria convidar um casal francês para também participar da festa e acompanhar a dramatização. Lourenço relembra aquele momento carregado de emoção:

Aquilo passou muito bem. Via-se na serenidade da igreja, que estava cheia, cheia... E eu no fim disse aos franceses: ‘*nous avons voulu par cette présentation vous faire vivre ce que les portugais ont vécu il y a une cinquantaine d'années et que continue au Portugal. C'est encore comme ça. Et du fait, à Fatima 'ont' un extérieure, 'ont' une grandiosité, énorme...*’ E penso que um dia... ‘*peut-être que l'année prochaine, on fera la même chose*’. Isso foi esse ano, e no fim fomos comer e beber juntos¹⁰.

A reconciliação desejada se deu no espaço em que os imigrantes portugueses se permitiram dramatizar um dos referenciais religiosos e culturais fundamentais para sua identificação social. Dessa vez, não foram os portugueses que foram, cautelosamente, participar de uma reunião francesa, mas foram esses que foram convidados a participar de um evento que tornava público o modo como os portugueses, na sua fé, se representavam a si próprios. Outra forma de integração foi possível, passando por meios, por uma ocasião, por mediações que os próprios imigrantes proporcionaram. Se a mediação deve levar em conta os referenciais culturais, também não deve desconsiderar questões como os diferentes campos de atuação, o uso da força e da autoridade, o modo como os migrantes se veem a si próprios, sua condição social peculiar, a estruturação própria com que cada comunidade imigrante se insere no espaço eclesial.

A Pastoral dos Migrantes numa Igreja cada vez mais plural

Essa experiência que vivi na França ainda pode ser útil na busca de respostas a questões atuais referentes à participação de inúmeros grupos migrantes dentro do espaço da Igreja. A situação em que me encontro em São Paulo, por exemplo, num contexto intenso de intercâmbios culturais latino-americanos, embora periférico ao fenômeno mais amplo da globalização, coloca questões similares àquelas abordadas sobre a integração na Igreja francesa¹¹. Hoje, pode-se perceber com mais clareza como esse tema não pode ser associado de maneira unívoca a um determinado contexto nacional. A crise do Estado-Nação e dos paradigmas ligados à nacionalidade, colocados em cheque pelo crescente fenômeno da mobilidade humana, reflete-se por toda parte nas problemáticas produzidas pela convivência de grupos sociais diversificados no interior do espaço urbano. Nos espaços proporcionados pela Igreja Católica na cidade podemos observar cada vez mais os desafios apresentados pelo contato entre esses diferentes grupos, suas relações contraditórias, e as questões culturais e religiosas que representam frente à autoridade e à proposta pastoral da Igreja.

A questão da “integração” das comunidades católicas de imigrantes, que parecia monopolizar as atenções no princípio dos anos 1990 no interior da Igreja francesa, ganha uma complexidade maior no contexto atual. São diversos os grupos, de migrantes ou não, que surgem com outras propostas de vivência cultural e religiosa, refletindo a multiplicidade de sentidos típica do meio urbano. Em meio a essa pluralidade, nenhuma experiência parece em condições de se apresentar como a hegemônica frente à proposta de “comunhão” doutrinal da Igreja, que procura de alguma maneira abarcar todos os grupos e movimentos. Os termos mais adequados para exprimir essa busca por um meio comum de convivência pastoral num mesmo espaço e numa mesma Igreja parecem ser o “diálogo” e a “mediação”.

Percebe-se essa mudança de perspectiva nas diversas formas como é concebida atualmente a “cultura”. O emprego deste termo ganha um caráter mais polissêmico, refletindo os diferentes lugares sociais, condições de classe e relações dialéticas em que os diferentes grupos se movem e se redefinem mutuamente, numa estratificação social cada vez mais complexa e instável. No meio urbano, sobretudo, as práticas culturais não podem mais ser vistas como inseridas num todo harmônico ou hegemônico, mas estão sujeitas a mudanças constantes num ambiente de intensa mobilidade humana. Carregadas de sentidos voláteis, díspares e ambíguos que se sobrepõem e interagem uns com os outros, as práticas culturais refletem as contradições do meio social em que ocorrem, e estão mais sujeitas às influências cruzadas de diferentes tradições e “discursos”, sob o pano de fundo da ação dos interesses de uma indústria cultural globalizada. Como consequência, mesmo uma terminologia como aquela da “inculturação”, cunhada pelo discurso missionário da Igreja para designar a proposta de uma evangelização autóctone, no respeito à integridade de cada universo cultural, merece ser questionada haja

vista esse novo contexto da mobilidade humana. Mesmo a Igreja deve repensar suas mediações pastorais em meio à intensidade desses intercâmbios culturais, por seu caráter provisório, pela diversidade dos grupos (entre eles os migrantes), pela sua interação constante, pelas questões sociais envolvidas, pelos diferentes significados atribuídos ao uso do espaço no interior dos centros urbanos¹².

Relembrando os paradoxos vividos como padre e estudante entre os imigrantes na sociedade francesa, ao mesmo tempo como agente de pastoral e pesquisador, percebo melhor como as diferentes mediações realizadas atualmente pelos agentes de pastoral podem ganhar diferentes conotações conforme o lugar social em que acontecem. Longe de qualquer neutralidade, a presença do agente de pastoral assume um significado distinto conforme os diferentes sentidos de que sua ação é investida. Mais do que nunca, atuando entre diferentes instâncias sociais e pastorais, dentro da Igreja e na relação com diferentes instituições sociais, mas principalmente no intercâmbio com os grupos migrantes, o agente de pastoral é chamado a tomar consciência de sua condição como agente de mediações. Na verdade, a conjugação de um determinado uso da palavra com a autoridade que lhe é conferida no interior do espaço eclesial, faz com que o agente de pastoral tenha uma relevância única ao representar os migrantes entre os diferentes grupos e instâncias. Por outro lado, no contexto mais amplo da sociedade, variando conforme a situação e os interlocutores sociais com quem se defronta, de toda maneira, o agente de pastoral sempre vai representar a instituição Igreja. Em outras palavras, sua palavra e ação, sua simples presença, estão social e culturalmente determinadas, e as representações que mobiliza estão sempre revestidas de alguma forma de exercício de poder e autoridade. Ao mesmo tempo risco e potencialidade, o agente de pastoral como agente de mediações possui a virtualidade de ajudar na inserção dos migrantes nesses diferentes âmbitos sociais e no interior do espaço eclesial. Isso, na condição que ele possa permitir que a alteridade dos migrantes seja reconhecida nos seus próprios termos, de igual para igual.

A plena consciência do agente de pastoral das contingências de sua condição social é, portanto, o requisito necessário para que ele possa perceber e fazer emergir uma percepção real do significado da condição social do migrante. Pelos depoimentos dos imigrantes portugueses, para além das características de sua nacionalidade, podemos perceber questões comuns a todos os migrantes, qualquer que seja sua nacionalidade ou contexto nacional em que eles se insiram. Os dilemas vividos pelos imigrantes portugueses no que diz respeito ao sentido do trabalho em seu cotidiano, o modo como educar os filhos, como manter seus vínculos de origem, como articular seu imaginário religioso, são similares àqueles vividos por outros migrantes, mesmo atualmente. O que parece significativo é que cada vez mais se percebe que só se pode ter uma real percepção dessa alteridade, a partir da situação de deslocamento em que os migrantes mesmo se encontram. Por isso, a atitude de escutar os migrantes, a abertura de espaços e momentos propícios para que se expressem nos seus próprios termos, parece tão importante. Mais do

que isso, poder perceber a lógica que os move só é possível a partir da brecha, da disjunção entre os diferentes mundos entre os quais se situam. É a partir desse lugar social liminar que buscam incessantemente harmonizar suas tradições originárias com as várias influências dos lugares em que se inserem. Poder estar nesse lugar deslocado e liminar parece ser a condição necessária para que um diálogo consistente possa acontecer. Assim, se o agente de pastoral deve estar consciente de que seu lugar social não é neutro, que ele próprio está submetido às contingências de sua formação e de sua filiação à pastoral da Igreja, também deve saber que sempre irá se encontrar com o migrante como um “outro”, e numa atitude de confiança, proporcionar o serviço da escuta. O diálogo então desejado entre os migrantes e os diversos atores presentes no espaço eclesial, bem como no interior do espaço urbano, deveria partir da escuta e da compreensão dessa alteridade construída no interior dessa condição de deslocamento, de disjunção e de provisoriedade permanente.

Com efeito, a partir da minha convivência com os portugueses e da consciência de minha própria situação de deslocamento na França, poderia dizer que o verdadeiro sentido da participação dos imigrantes no espaço eclesial não estava nem entre os “conservadores”, que buscavam manter as antigas tradições, nem entre os “militantes”, que buscavam uma inserção em igualdade de condições com os franceses. Esse sentido subjaz aos conflitos e embates por eles vividos, como que implicado no “pano de fundo” de uma mesma e partilhada condição social. Todos buscavam por sua participação dar resposta a um mesmo anseio, e por meios diferentes tentavam expressar e construir sua própria concepção de futuro para a comunidade. Hoje, no espaço cada vez mais pluridimensional da Igreja Católica, em que diferentes grupos se abrigam, a ação pastoral ganha formas diversificadas, que se cruzam e se mesclam, mobilizando significados múltiplos e díspares. O anseio comum que move esses grupos os leva a fazer uso dessas diferentes linguagens, refletindo também seus diferentes posicionamentos, que expressam territórios de influência e relações de força latentes, mesmo que um discurso sobre a “comunhão” eclesial mantenha todos sob uma mesma autoridade e fidelidade doutrinal. Submetido a esse jogo de relações contraditórias, que une de maneira dialética diferentes entidades, instâncias e grupos dentro do espaço eclesial, o agente de pastoral é chamado a estar atento à expressão dessa condição submersa dos migrantes, para prestar o serviço da mediação, no sentido de um diálogo em que os próprios migrantes possam alcançar o reconhecimento de sua alteridade.

Os caminhos para isso são diversos e passam por uma constante inovação, podendo dar lugar a divisões e polarizações entre os próprios migrantes, como vimos com os portugueses. No entanto, chama atenção nessa dinâmica a importância atribuída às manifestações da religiosidade popular preservada pelos próprios migrantes. Sendo por si mesmas de caráter sincrético e heteróclito, amalgamam influências diversas e são instrumentalizadas pelos migrantes para reconstruir seus referenciais identitários na sociedade em que se inserem. Elas

oferecem recursos culturais que permitem unir o grupo dos migrantes, propiciam as condições para se organizar coletivamente e se relacionar com outros grupos e instituições sociais. Mesmo o seu relacionamento com outros grupos, movimentos e instâncias ligadas à Igreja tende a ser exterior, a exemplo do que ocorre com outras instituições sociais. Os meios tantas vezes racionalizados e estritos com que os agentes de pastoral se servem para se relacionar com as práticas religiosas populares dos migrantes não permitem que possam ter acesso ao seu imaginário religioso, e, por conseguinte, não ajudam numa verdadeira escuta de sua experiência de vida. O desencontro dessas linguagens religiosas – a do agente de pastoral e a dos migrantes – denuncia um despreparo e uma insensibilidade para se perceber as representações pelas quais os migrantes procuram compreender sua própria condição de vida. É certo que essas mesmas manifestações de religiosidade popular passam por mudanças, sofrem influências imprevistas no ambiente da migração, tornando-se ainda mais sincréticas, o que indica uma busca de respostas pelo imaginário religioso a novas e mais complexas questões com que se defrontam. Porém, essa constatação só torna mais evidente a importância de procurar outras formas de mediação, para permitir que um verdadeiro diálogo aconteça entre a ação pastoral da Igreja e a condição social dos migrantes. No Brasil hoje, tanto como na França há vinte anos, não haverá ação pastoral que possa “integrar” verdadeiramente os migrantes sem a escuta e a disponibilidade para compreender a sua alteridade por eles mesmos.

Notas

1 - A Congregação dos Missionários de São Carlos possui uma rede de Centros de Estudos para as migrações, cuja finalidade é o estudo, assessoria e a conscientização da sociedade e da Igreja sobre a realidade dos migrantes. Os Centros de Estudos fazem parte da Federação dos Centros de Estudos João Batista Scalabrini, que incluem, além do Centro de Estudos Migratórios (CEM) de São Paulo, o Centre d'Informations et d'Etudes sur les Migrations Internationales (CIEMI) de Paris (França), o Centro Studi Emigrazione Roma (CSER) de Roma (Itália), o Center for Migration Studies (CMS) de New York (EUA), o Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA) de Buenos Aires (Argentina) e o Scalabrini Migration Center (SMC) de Manila (Filipinas).

2 - Não era em todas as regiões que esse posicionamento era visível. Dentro da cidade de Paris, em que se abrigavam muitas comunidades católicas portuguesas, e que eram acompanhadas geralmente por padres estudantes portugueses de passagem por Paris, praticamente não se colocavam essas questões. Era no restante da França, particularmente nas cidades periféricas da região parisiense (a “*banlieue*”) que essa visão pastoral era mais sensível, onde justamente atuava um grande número de padres remanescentes da Ação Católica. Essa linha de atuação refletia-se, particularmente, nos documentos do Serviço Nacional da Pastoral dos Migrantes (SNPM), ligada à Conferência Episcopal francesa. Para a visão própria do SNPM, cf. DORNELAS, 1992.

3 - Todo o procedimento metodológico empregado se encontra explicado em DORNELAS, 1992. Não se comunicou aos entrevistados que o pesquisador não era padre. Nem todos os trechos das entrevistas aqui selecionadas foram utilizados na dissertação de mestrado que resultou dessa pesquisa. Na verdade, esse material empírico, em grande parte, encontra-se inédito, pois só agora, através de um novo olhar, pôde revelar sua riqueza para demonstrar a problemática

das mediações sociais e eclesiais em relação aos migrantes no interior do espaço eclesial francês. Parte do conteúdo dessa dissertação se encontra também explicitado em dois artigos publicados no Brasil: DORNELAS 1994; 1998.

4 - Os depoimentos, originalmente em português, possuem várias frases ou expressões em francês, que estão colocadas em itálico. As expressões originalmente incorretas em português, ou que foram afrancesadas, estão entre aspas. As intervenções do entrevistador, ou expressões como riso, tristeza, impaciência, foram colocadas entre parênteses. Aqui, *chantiers* significa o canteiro de obras.

5 - “Ter a bunda entre duas cadeiras não é muito confortável”.

6 - Livro de catequese que acompanha o nível escolar da criança, no caso o CE2 corresponderia, aproximadamente, à 3ª série do Ensino Fundamental. A palavra “barafussem” parece ser um afrancesamento ligado à palavra “barafunda”.

7 - *Femme de ménage* (empregada doméstica); *jargon* (gíria); *langue de bois* (discurso vazio, o “papo furado”).

8 - *Communauté* (comunidade); *dialogue* (diálogo). “Escute, e quando vocês nos impõem a sua virgem, ah, a sua Fátima nas nossas igrejas, vocês acreditam que queremos aceitá-la?... Ah bom! Nós lhes impomos a nossa Fátima? Tudo bem! Não vamos mais impor a nossa Fátima. Nossa Fátima irá conosco. Quando teremos acabado nossa festa, ela irá conosco.”

9 - Representação do relato da aparição de Nossa Senhora às crianças Lúcia, Francisco e Jacinta em 1917, na localidade de Fátima (Portugal), em que ela comunica sua mensagem a toda humanidade.

10 - “Nós quisemos, por meio dessa apresentação, fazer com que vocês vivessem o que os portugueses viveram aproximadamente há cinquenta anos atrás, e que continua em Portugal. É ainda assim. E, de fato, há em Fátima um exterior, uma grandiosidade, enorme...”, “talvez, no próximo ano, faremos a mesma coisa!”

11 - Atuamos, atualmente, na Missão Scalabriniana da Igreja Nossa Senhora da Paz, no centro de São Paulo, conhecida por ser a igreja dos imigrantes. Ela congrega um conjunto de atividades e serviços voltados para a presença dos migrantes na cidade: a Paróquia Territorial, que atende a localidade conhecida como “Glicério”, cuja população é majoritariamente de migrantes nacionais, principalmente do Nordeste; a Paróquia Pessoal dos Italianos de São Paulo, que historicamente estão na origem da fundação da igreja, e ainda hoje têm aí um centro importante de encontro para a coletividade; a Paróquia Pessoal dos Hispano-americanos, com quatro comunidades organizadas (chilena, boliviana, paraguaia e peruana), mas aberta a todos os imigrantes de origem hispana; a Casa do Migrante, uma referência como centro de acolhida para imigrantes e refugiados na cidade; o Centro Pastoral dos Migrantes, cujo atendimento diário presta diversos serviços (jurídico, organização associativa, intermediação de conflitos de trabalho, aconselhamento familiar, psicológico e religioso), além do Centro de Estudos Migratórios, que disponibiliza informações, promove e acompanha pesquisas no campo das migrações, assessora o trabalho pastoral e social junto aos migrantes e, há mais de vinte anos, edita TRAVESSIA – Revista do Migrante.

12 - As considerações teológico-pastorais sobre a pastoral dos migrantes aqui expressas, e questões como a das “mediações”, da “inculturação”, do “diálogo”, entre outras, foram melhor aprofundadas em NASSER & DORNELAS, 2008.

Referências

- DORNELAS, Sidnei Marco. *Laics portugais dans l'Eglise de France: la place de la religion dans la structuration de l'identité culturelle chez les immigrés catholiques portugais em Ile-de-France*. Memoire de Maîtrise en Sciences Sociales. Paris: Institut d'Études Economiques et Sociales – Institut Catholique de Paris, 1992.
- DORNELAS, Sidnei Marco. Os imigrantes portugueses e a devoção de Fátima em Paris. *Travessia – Revista do Migrante*. Ano VII, nº 19, maio-agosto, 1994, p. 23-25.
- DORNELAS, Sidnei Marco. Agenciamento da memória e construção de identidades: o discurso dos imigrantes portugueses engajados nas comunidades católicas da Região Parisiense. In: *Oral History: Challenges for the 21th Century*. Vol. 3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998, p.1705-1714.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. Paris : Librairie Plon, 1955 (ed. poche 1984).
- NASSER, Ana Cristina Arantes; DORNELAS, Sidnei Marco. *Pastoral do Migrante: relações e mediações*. São Paulo: Loyola, 2008.

RESUMO

Neste texto, o autor faz uma releitura de sua experiência na França, como padre e pesquisador, em que ao mesmo tempo trabalhava pastoralmente junto a comunidades católicas de imigrantes portugueses, e realizava uma pesquisa sobre a atuação desses leigos portugueses no interior da Igreja francesa. A análise de vários depoimentos é feita no sentido de se compreender como se dá, atualmente, a inserção dos imigrantes no interior da Igreja Católica, cada vez mais caracterizada pela interculturalidade e pelo pluralismo de várias maneiras de vivenciar a fé.

Palavras-chave: imigrantes portugueses; Igreja; pastoral do migrante.

ABSTRACT

In this article, the author evaluates his experience in French, as priest and scholar and, in the same time, pastoral agent in a Portuguese Catholic Community, as well as researcher on the action of lay Portuguese people in French Church. Analysis of Portuguese testimonies has been done aiming to understand, nowadays, the insertion of migrants into Catholic Church, understood as intercultural and pluralistic space for the several forms to live religious faith.

Keywords: Portuguese immigrants; Church; pastoral of migrants.

Casamento Misto & Migração: A união com um estrangeiro como estratégia para ganhar os países centrais

*Marina Alves Amorim**

Três são os perfis dos estudantes brasileiros na França, propostos por Brito (1991). Do primeiro deles, *“aqueles que vêm tomar fôlego”*, fazem parte os professores das grandes universidades brasileiras liberados dos seus cargos para cumprir uma missão de estudos no exterior. Em contraposição, o segundo perfil, que a autora denomina de *“os apostadores”*, agrupa aqueles para os quais a estadia na França não configura o desdobramento de um projeto consolidado de formação, mas uma oportunidade que não se pode deixar de aproveitar. Esse é o caso, por exemplo, das esposas dos professores universitários que aproveitam a estadia do marido para estudar, começando a traçar uma carreira acadêmica autônoma. Enfim, o terceiro perfil, *“os pássaros migratórios”*, define-se antes pelo desejo de se afastar de um contexto problemático no Brasil, do que pela formação a ser desenvolvida na França, uma vez que a decisão de partir consiste tão somente de uma solução para uma situação de crise. Os estudos no exterior funcionam, então, como uma estratégia para migrar¹.

Os *“brasileiros de Rennes”*², que entrevistamos, muito se assemelham aos *“pássaros migratórios”* de Brito (1991). Quando nos questionamos sobre os reais

* Marina Alves Amorim é Bacharel em história pela FAFICH/UFMG; mestre em educação pela Faculdade de Educação da UFMG (FaE/UFMG); doutoranda em história em fase de conclusão de tese da École Doctorale da UHB (França) e do Departamento de História da FAFICH-UFMG; bolsista no exterior do Programa Colégio Doutoral França-Brasil da CAPES.

motivos que levaram esses indivíduos a mudar do Brasil para a França, concluímos que, de fato, é no ponto de partida e não no lugar de destino que devemos buscar uma resposta. E esta, na maioria absoluta dos casos, também se encontra em um contexto que os empurra para fora, na esteira de um quadro migratório internacional mais amplo. O que distingue uns e outros é apenas a estratégia utilizada ao longo do processo. Enquanto uma parte elege os estudos como caminho para a migração, os nossos entrevistados enxergam no casamento com um estrangeiro uma possibilidade de deixar a terra natal e ganhar os países centrais.

A história de Nádia

Nádia tinha trinta e cinco anos, em abril de 2004, quando conheceu o turista francês com quem passou a dividir a vida na França, quatro meses mais tarde. Era telefonista da Telemar, sendo que o seu salário equivalia a menos de dois salários mínimos, além de alguns prêmios eventuais. Mãe solteira, ela vivia com a mãe, que recebia como pensão outro salário mínimo, e com os dois filhos, uma de dezesseis e um de treze anos, em Olinda, sua cidade natal.

Ao longo de sua entrevista, ela apresenta, muito francamente, as dificuldades financeiras que faziam parte da sua vida cotidiana no Brasil, bem como as restrições e os “malabarismos” que essas dificuldades lhe impunham. Por exemplo, uma de suas preocupações, no momento em que planejava viajar para Natal atrás do turista com quem passara uma noite, era a feira que precisava fazer antes de ir, problema que resolveu pedindo um empréstimo a uma amiga. Além disso, vale dizer que ela não podia arcar com todas as despesas dessa viagem, mas somente com a passagem de ida, e isso porque havia recebido vinte euros de presente (ou como pagamento) do francês. Contava com o “namorado”, que nem mesmo sabia da sua chegada, para pagar o hotel, a alimentação e os passeios. E pensava em voltar para Olinda, no ônibus de turismo alugado pelos estrangeiros. Nádia sentia fome, quando chegou à rodoviária de Recife para tomar a condução em direção a Natal, mas, por falta de dinheiro, contentou-se com um pouco de comida e uma garrafa de água mineral, o suficiente para aguentar o percurso. Tratou também de encontrar com quem dividir um táxi do ponto de chegada em Natal até o hotel onde os franceses se hospedavam na tentativa de minimizar os gastos.

A história de Nádia e do atual companheiro começa em fevereiro de 2004, quando uma amiga lhe anuncia a chegada de um grupo de turistas franceses. A entrevistada insiste em buscar na força do destino uma explicação para o que viria a acontecer, a partir deste momento até setembro de 2004, data da sua emigração para a França. *“Eu disse: ‘é porque tinha que ser!’”* Não questionamos de forma alguma os seus sentimentos pelo companheiro, mas sabemos que mesmo o amor está longe de ser obra do acaso. Conforme alerta Girard (1974), ninguém se casa com qualquer um. Na vida de Nádia, entre fevereiro e setembro de 2004, o que vemos se desenrolar é um projeto, o de se casar com um estrangeiro e, assim, deixar para trás uma vida difícil. Em nossa opinião, a entrevistada é, antes de tudo, senhora do seu destino.

A questão que se coloca, inicialmente, é a escolha de um par, em meio ao grupo de turistas. Escolhido o francês, era preciso seduzi-lo. Em seguida, o encontro sexual fortuito devia ser transformado em uma relação amorosa. Restava, enfim, oficializar a união. Para tanto, Nádia não mediu esforços. Basta dizer que, além de tomar toda a iniciativa no flerte, ela foi capaz de um verdadeiro trabalho de detetive para descobrir em que hotel seu gringo estava hospedado em Natal, última cidade brasileira por ele visitada, e, depois de toda uma história para conseguir uma licença médica e os recursos necessários, ir ao seu encontro sem preveni-lo. Também se desdobrou para financiar uma viagem para a Europa, abrindo mão do emprego de telefonista, deixando no Brasil os dois filhos adolescentes e a mãe idosa. Sem falar que a entrevistada permaneceu em situação ilegal na França, entre setembro de 2004, data da sua chegada ao país, e outubro de 2005, data da conclusão do PACS³, aguardando que seu companheiro se decidisse pelo casamento, ou melhor, ganhando meios para poder negociar com ele a oficialização da união. Também foi obra dela, sobretudo, a alimentação do laço frágil estabelecido com o estrangeiro, pois foi ela quem cuidou de iniciar o contato pela internet, encontrando, inclusive, uma saída para o retorno do primeiro correio eletrônico, ao investir em ligações telefônicas internacionais, apesar dos seus custos elevados não combinarem com um orçamento reduzido.

Não é por acaso que Nádia se agarrou ao turista francês, como se ele fosse, por assim dizer, a sua tábua de salvação. O estrangeiro representava para ela uma possibilidade, diante das dificuldades enfrentadas no Brasil: uma possibilidade de “mudar de vida”, segundo as palavras da própria entrevistada. Ele encarnava, simultaneamente, uma porta de saída, uma porta de entrada e uma ponte, permitindo o acesso a outro mundo, que, em princípio, não tinha nada daquela dura realidade cotidiana. E era essencialmente isso, aliado, é claro, às características físicas, que lhe conferiam ares de príncipe encantado, de bom partido, ou, em outros termos, que lhe valorizava no mercado matrimonial, provocando uma paixão das mais avassaladoras.

Nesse sentido, alguns trechos da fala de Nádia, pinçados aqui e ali, são preciosos:

“Eu joguei uma conversa que eu queria mudar de vida. Que chegou o momento, que meus filhos já estavam grandes, que eu queria jogar... morar na Europa.” “A gente... a gente é brasileira, a gente viveu, a gente sabe como é a vida no Brasil. [...] Eu tenho uma vida, sabe? Legal. Consegui. Desde que eu cheguei aqui [...].”; “Depois que eu cheguei aqui, [...] e comecei a conhecer as coisas, eu fiquei decidida: ‘Eu quero ficar aqui. Se não der certo com ele, eu vou tentar de outra forma’.”; “Mas eu disse: ‘[...] Se não der certo com ele; aí, se ele disser não, eu não te quero, não vai dar certo; aí, sim, eu vou tentar um... [*mariage blanc*; casamento de fachada]’.”; “Aí, a mulher me deu na hora. A segunda senhora. [...] Me deu na hora o *récépissé* [carteira de residente provisória] com direito de trabalhar. [...] Fiquei tão contente, nesse dia! Foi o melhor... foi o dia mais feliz! [...] Foi melhor que o dia do PACS!”.

Mas, afinal, que outro mundo é esse ao qual o turista francês dá acesso? Quando perguntamos a Nádia quais as suas primeiras impressões da França, ao chegar ao país, ela nos respondeu:

[...] realmente, uma coisa que me chocou, [...] aqui, foi os *SDF* [moradores de rua]. Eu não imaginava que na França tinha mendigos na rua, como tem no Brasil, sabe? É uma coisa que me chocou. [...] Porque, para mim, Primeiro Mundo, Europa, era tudo perfeito! Não tinha falha, entendeu? É como passa na *télé* [TV]. [...] Mas, quando eu vi... eu subi na *Place Sante Anne* [Praça Sant'Ana], que eu vi aqueles *SDF* [moradores de rua], eu... eu... me chocou muito. Me chocou muito, porque eu não esperava de encontrar. [...] Então... é... eu pensava o quê? Que, chegando aqui na França, eu não ia ver mendigo na rua, sabe? Eu não ia ver gente catando lixo, sabe? Que não existia... a miséria que eu era acostumada a ver no Brasil... que eu não ia encontrar aqui!⁴.

O outro mundo ao qual o turista francês dá acesso não é simplesmente a França, país de onde é originário. São também os países centrais, que englobam a França, e são concebidos em contraposição ao Brasil, mais especificamente àquele Brasil da entrevistada.

Embora peculiares, as histórias de seis dos sete “*brasileiros de Rennes*”, que entrevistamos (quatro mulheres e três homens)⁵, recontam, em grande medida, a história de Nádia. Todas elas são casos de migração econômica, mediados por um casamento misto. Pertencentes às camadas populares ou à camada média-baixa, esses brasileiros vivenciavam, no momento anterior à migração, situações pouco ou nada confortáveis do ponto de vista da manutenção do lugar que ocupavam na pirâmide social. O romance com o(a) estrangeiro(a) funcionou, então, como uma possível escapatória. E, quanto mais complicado o contexto vivenciado pelo entrevistado, mais desesperadamente ele se agarrou ao projeto de se casar e, dessa maneira, migrar para um país central ou ser autorizado a nele permanecer. Na França de Nádia, não havia espaço para mendigos, para pessoas que catam lixo na rua, para miséria; enfim, para as mazelas sociais que lhe assombravam cotidianamente no Brasil. O outro é reduzido ao mesmo; e o mesmo se revela no outro. Em geral, os “*brasileiros de Rennes*” entrevistados projetavam na França o seu próprio Brasil às avessas, no momento da partida. Tratava-se, para eles, de algo como um Eldorado dos tempos globalizados.

Pelo que foi possível perceber ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o processo de migração econômica de brasileiros para a França, mediado por um casamento misto, parece ser marcado por uma série de traços, a saber:

1. O casal é composto, na maioria das vezes, por uma brasileira e um francês;
2. O(a) brasileiro(a) que compõe o casal costuma possuir traços físicos que indicam uma origem africana ou indígena;
3. Os membros do casal se conhecem, em geral, quando o(a) francês(a) viaja pelo Brasil ou reside no país, ou quando o(a) brasileiro(a) vai visitar um membro da

- sua família na França, que é casado com um(a) francês(a) que conheceu no Brasil;
4. Como os membros do casal geralmente não falam uma mesma língua no momento em que se conhecem, o primeiro contato é basicamente sexual;
 5. Poucos meses costumam separar o primeiro encontro do casal da migração do(a) brasileiro(a) para a França;
 6. Como nem sempre a oficialização da união acontece concomitantemente ao processo migratório, é relativamente comum que o(a) brasileiro(a) permaneça ilegal na França por um certo período;
 7. O(a) brasileiro(a) que se casa não tem problemas graves de adaptação na França, na maioria dos casos, haja vista que passa a usufruir de melhores condições de vida que aquelas que usufruía anteriormente no Brasil;
 8. No momento que antecede a migração, o(a) brasileiro(a) vive uma situação complicada no Brasil que o impulsiona a partir;
 9. O casamento com o(a) francês(a) e a migração para a França são significados como uma solução para os problemas vividos no Brasil;
 10. A França emerge no imaginário, em contraposição à realidade vivida no Brasil, sendo associada com os países centrais;
 11. Mesmo que o casal venha a se divorciar, que o membro francês faleça, ou que o processo de migração se revele extremamente problemático, o(a) brasileiro(a) tende a permanecer na França;
 12. Muitas das brasileiras que se casam com franceses encontram-se fora do mercado matrimonial brasileiro no momento em que ocorre o casamento, seja pela idade mais avançada ou pelo fato de possuírem filhos de outros relacionamentos;
 13. No mercado matrimonial francês, o que agrega valor às brasileiras que se casam com franceses é uma imagem da brasileira; imagem esta que povoa o imaginário francês e encontra eco no Brasil, junto, inclusive, às próprias “brasileiras casadoras”;
 14. Se a brasileira que casa com um francês tem filhos de outros relacionamentos, estes migram para a França, algum tempo depois da mãe, através de um processo de reagrupamento familiar, ou permanecem no Brasil, usufruindo da nova situação de vida da mãe.

“Brasileiros de Rennes”: quem são eles?

No início de fevereiro de 2006, quando vivia em Rennes, fui convidada para participar de um programa da rádio universitária. Iriam fazer uma emissão especial sobre o carnaval do Brasil, e, além de músicas carnavalescas, gostariam de escutar os depoimentos de alguns brasileiros. Conheci, nessa ocasião, Adélia e Nádia, duas senhoras que decidi entrevistar posteriormente. Pernambucanas, elas estavam presentes para falar do carnaval de Recife e Olinda. Mencionaram a existência, em Rennes, de uma associação composta por mulheres brasileiras. Foi assim que descobri a Associação Brasil no Feminino.

Brasil no Feminino é uma associação que reúne mulheres brasileiras ou que falam ou compreendem o português. [...] Nós criamos Brasil no Feminino em 2000, para ajudar na integração das mulheres brasileiras, assim como de suas famílias, na vida cotidiana francesa. Nós temos também o objetivo de promover a cultura brasileira [...]. O desejo de acolher outras brasileiras nasceu da nossa experiência pessoal: quando a gente chega num país estrangeiro, a adaptação não é sempre fácil! [...] As atividades que nós fazemos entre nós ou com franceses nos permitem, por um lado, conhecer melhor o Brasil, transmitir nossa cultura aos nossos filhos, preservar nossa língua, e, por outro lado, aceitar e respeitar as diferenças culturais e trocar com as pessoas do país que nos recebe. (Tradução nossa)⁶.

A Associação Brasil no Feminino congregava, em 2006, quarenta e seis inscritas. Dois anos mais tarde, reunia vinte e seis aderentes e trinta e três simpatizantes, isto é, cinquenta e nove membros no total, sendo que surgiam vinte novos nomes. Dessa maneira, entre 2006 e 2008, sessenta e seis mulheres passaram pela associação. Se excluirmos uma albanesa, uma argelina, uma colombiana, uma francesa, e uma portuguesa, poderemos computar sessenta e uma brasileiras.

Residindo em Rennes, conheci trinta e três dessas sessenta e uma brasileiras. Vinte cinco delas eram casadas com franceses. As demais eram seis estudantes, uma franco-brasileira nascida no Brasil e uma exilada política. Ou seja, as “mulheres casaduras”, por assim dizer, pareciam constituir a maioria absoluta na Associação.

Se considerarmos os sobrenomes das vinte e oito outras brasileiras que não conheci, observamos que quinze delas possuem um sobrenome tipicamente francês, o que é um forte indício de casamento misto⁷. O número de “mulheres casaduras” subiria, então, para quarenta (vinte e cinco brasileiras casadas com franceses, que eu conheci, somadas a quinze brasileiras que possuem um sobrenome tipicamente francês), em um universo composto por sessenta e uma pessoas⁸.

A suspeita de que a Associação Brasil no Feminino agrupava, sobretudo, esposas de franceses, viria a ser confirmada por meio de Adélia, então presidente da entidade:

A grande maioria são casadas ou vivem com franceses, aqui; que é o meu caso, não é? E é o caso da maioria. Senão, estudantes. E tem muitas [estudantes] que vêm, ficam um ano ou dois... aí, conhecem a Associação, ficam na Associação, depois, voltam. É... mas a maioria... a maioria vivem aqui e são casadas com franceses. São poucas... Na verdade, a maioria dos brasileiros, aqui, são mulheres brasileiras casadas com franceses. E são três ou quatro casais onde é o contrário, onde é a mulher que é francesa.

Adélia não só confirmou a minha suspeita, como foi além, afirmando que as tais “mulheres casadouras” eram maioria absoluta também em Rennes. A comunidade brasileira da cidade, portanto, seria composta basicamente por esposas de franceses, e a Associação Brasil no Feminino, na medida em que congrega uma boa parte delas, conformaria seu núcleo duro e constituiria uma chave privilegiada para a sua compreensão.

A propósito, consegui localizar, entre agosto de 2005 e setembro de 2006, apenas quatorze homens brasileiros radicados em Rennes.

O Ano do Brasil na França⁹, transcorrido em 2005, forneceu novos elementos para a compreensão da comunidade brasileira de Rennes. Isso porque trouxe os brasileiros estabelecidos na cidade para a cena pública, como espectadores dos eventos promovidos e também como promotores de eventos.

Em Rennes, ao longo de 2005, houve trinta e nove eventos, no âmbito do Ano do Brasil, sendo onze oficiais e vinte e oito extraoficiais. Quinze deles aconteceram por iniciativa dos brasileiros que vivem na cidade, inclusive de alguns que fizeram parte da programação oficial, sendo que cinco foram realizados por associações (quatro pela Associação Brasil no Feminino); quatro por companhias artísticas dirigidas por brasileiros; três por instituições de ensino superior; dois pelo *Collectif Brésil*, entidade que congrega treze associações, companhias artísticas e Organizações Não-Governamentais (ONGs) de Rennes que trabalham com o Brasil; e, finalmente, o último foi uma iniciativa individual de um imigrante.

A programação do Ano do Brasil reforçou, por um lado, a importância da Associação Brasil no Feminino, responsável por uma quantidade considerável de eventos; e, por outro lado, chamou atenção para a presença de artistas brasileiros em Rennes.

Ao entrevistar Inácio, bailarino que dirigia a Companhia de Dança Ochossi (*sic*) e presidia o *Collectif Brésil*, vivendo já há muitos anos na cidade, foi possível compreender que existia ali uma verdadeira rede de artistas brasileiros:

[...] quando eu fui ao Brasil, eu encontrei a Paula. *Donc* (então), a Paula tinha ideias de ir pros Estados Unidos, “*mas quem sabe eu posso passar na França?*” [...] *Donc* (então), a Paulinha, quando passou, *au lieu de aller (d’aller) aux États-Unis* (ao invés de ir para os Estados Unidos), ela veio direto foi na França. Ficou morando comigo e fizemos coisas juntos. Em 94, aí, eu já ‘tava tão avançado com as coisas do Brasil, ‘tava ‘acontecendo’ tão bem, que eu criei (a) Semana Cultural Brasileira, com a minha associação que chamava França-Brasil, *Échanges Artistiques* (Intercâmbios Artísticos) França-Brasil. Eu criei uma Semana Brasileira, *à Renna* (em Rennes), cultural. Foi em 94, a primeira... 93, a primeira Semana Brasileira, *à Renna* (em Rennes). E, aí, em 94, no ano de 94, eu convidei... discutindo... ta-ta-ti, ta-ta-ta; *donc* (então), a mãe da Paula, que é Irene [...]. A Paula, quando veio a primeira vez, ficou morando comigo, e já arranhou um marido, e já teve um filho, e, *voilà* (eis que), a Paula ficou. E, depois, veio a Irene, que deu interferências.

Não veio a Irene sozinha. Veio a Irene, veio a A., com dança brasileira, e veio outros. A... a Irene veio e acabou ficando também. Casou aqui também, e voltou pro Brasil, ficou dois anos no Brasil, e, depois, voltou e acabou ficando. [...] E... quando... daí a pouco, em 95, veio o A. da Companhia Ladainha, que é um capoeirista... que veio, que morou comigo também um tempo, que, depois, acabou fixando *résidence* (residência) em *Renna* (Rennes). Criou a Companhia Ladainha e faz capoeira pra tudo quanto é lado da *Bretagne* (Bretanha). Mais tarde, veio a A., que é uma paulista que conheceu a Paula na universidade, que tava morando em Paris e que decidi de vir pra *Renna* (Rennes). [...] *donc* (então), a A. veio com o amigo [*ami*: namorado] dela e ficou morando lá em casa. E, como ela era dançarina, então, ela começou a trabalhar comigo. O namorado virou bailarino. Eu eduquei ele na dança; virou bailarino também. Criou-se outra companhia, mais tarde, que se chama Ubí.

Conseguí mapear, em Rennes, quatro companhias de dança – a Companhia Dana, a Companhia Kassen K, a Companhia Ochossi (*sic*) e a Companhia Ubí –, e também duas companhias de capoeira – a Companhia Brasil-Armorique e a Companhia Ladainha – dirigidas por brasileiros, além de duas artistas plásticas brasileiras.

Como é inegável que a comunidade brasileira de Rennes é formada majoritariamente por mulheres casadas com franceses, acredito que ela possui dois eixos: sendo o primeiro, a Associação Brasil no Feminino, e o segundo, justamente esse conjunto de artistas, que, mesmo dividindo-se em várias companhias e mantendo algum diálogo com a Associação Brasil no Feminino, articula-se como um grupo independente; sendo que o que une o grupo não é apenas a arte, mas também o próprio processo migratório, sustentado, muitas vezes, por laços profissionais estabelecidos na terra natal. Assim, não é por acaso que Inácio fala em dois lados: o seu, composto por artistas brasileiros, e o outro, composto por brasileiros que não fazem parte da cena artística da cidade.

A maioria dos quatorze homens brasileiros que localizei em Rennes parece se dividir, por sua vez, entre esses dois eixos, ora compondo o grupo de artistas brasileiros, ora gravitando em torno da Associação Brasil no Feminino. Apenas três se descolam dessa lógica, mantendo pouco ou nenhum contato com brasileiros.

Um traço perpassa todo o processo migratório do Brasil para Rennes. Considerando os vinte e três brasileiros que conheci, que frequentam a universidade na cidade, das quatro que são “*brasileiras de Rennes*” – uma das graduandas, as duas professoras universitárias e a exilada política –, três são esposas de franceses. A Associação Brasil no Feminino é composta majoritariamente por brasileiras casadas com franceses. Das sessenta e uma brasileiras inscritas na entidade entre 2006 e 2008, ao menos quarenta parecem ser “mulheres casaduras” – tanto as vinte e cinco que conheci, como também as quinze que possuem um sobrenome tipicamente francês. Os artistas brasileiros radicados na capital da Bretanha

migraram para a França, geralmente, porque se casaram com um(a) francês(a) ou um(a) europeu(europeia): dos nove localizados, seis possuem esse perfil. Quanto aos quatorze homens brasileiros, dos doze deles que são “*brasileiros de Rennes*”, oito são casados(as) com franceses(as). Se cada pessoa for computada uma única vez, já que algumas delas aparecem em mais de um dos grupos acima, ao menos quarenta e nove “*brasileiros de Rennes*”, de um total de sessenta e um mapeados, possuem uma história de migração mediada por uma união mista; sendo que treze mulheres que fazem parte da Associação Brasil no Feminino não foram consideradas esposas de franceses, embora acredite que grande parte delas o seja, porque desconheço suas histórias pessoais e elas não carregam um indício do matrimônio no sobrenome.

O casamento misto como estratégia de migração

Silva e Blanchette (2005) criticam as análises maniqueístas elaboradas acerca do turismo sexual; análises estas que atribuem um papel de vilão ao turista estrangeiro e um papel de vítima à brasileira envolvida na trama, negando às mulheres um lugar ativo na construção dos seus destinos, impossibilitando a visão da multiplicidade de homens que a categoria turista sexual encerra e terminando por ocultar os nexos entre turismo internacional, sexo e migração, que operam no Brasil. Tomando como ponto de partida uma pesquisa etnográfica realizada na “*Help*”, casa noturna de Copacabana, que faz parte do roteiro do turista em busca de sexo no Rio de Janeiro, os dois estudiosos ampliam o debate sobre o turismo sexual, ao observar como as viagens e mesmo as mudanças para o exterior para se prostituir, namorar ou casar fazem parte da vida cotidiana das profissionais do sexo que trabalham no estabelecimento, e também ao desvelar como as meninas envolvidas nesses deslocamentos compartilham com o parceiro a autoria de suas histórias, não sendo simplesmente vítimas indefesas ou seres passivos traficados.

Na verdade, o casamento misto é utilizado pelas frequentadoras da “*Help*” como estratégia para migrar, conforme destacam Silva e Blanchette (2005). Isso porque, em um momento em que as fronteiras entre os países se tornam cada vez mais difíceis de ser transpostas, sobretudo para os pobres, o marido estrangeiro emerge, para elas, não somente como uma possibilidade de sair do mercado do sexo, mas também de atingir a Europa ou os Estados Unidos, onde, caso o relacionamento fracasse, pensam que poderão, ao menos, ganhar mais pelos “programas”. Longe de ocupar o lugar que muitas pesquisas sobre a temática teimam em lhes atribuir, essas mulheres cultivam, então, essas relações com gringos, lançando mão de artimanhas que visam em última instância à mobilidade internacional e à ascensão social.

Observemos uma conversa travada por um dos antropólogos com uma prostituta e uma funcionária da “*Help*”, ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo:

Funcionária: Você está ótima! Nem parece que está grávida. [...]
Silva: Nossa! Você está grávida?
Prostituta: Sim [...]. Demorei seis meses para pegar aquele americano, mas finalmente consegui. Agora estou esperando ele voltar para os Estados Unidos, para eu ir embora junto.
Silva: Mas ele sabe que o filho é dele? Ele vai assumir?
Prostituta: Lógico! Ele não é nem besta de não assumir! Estou cuidando muito bem do meu americanozinho aqui (diz, alisando a barriga) e vou para os Estados Unidos me casar com o pai dele.
Funcionária: Cuida mesmo, porque você teve uma sorte de ouro (SILVA; BLANCHETTE, 2005, p.271).

Vale dizer que o casamento misto não é uma estratégia para migrar apenas utilizada pelas profissionais do sexo. Meihy (2004), por exemplo, apresenta a história complicada de uma migrante brasileira radicada em Nova Iorque, sendo que, também nesse caso, como veremos através do excerto da entrevista em que ela conta como se deu a sua mudança para os Estados Unidos, o estrangeiro funcionou como um passaporte para o centro do mundo.

[...] A firma foi crescendo e começou a ter contatos mais importantes e até com firmas internacionais... De vez em quando, aparecia um gringo por lá e foi assim que conheci o Mike, um americano que trabalha para uma firma daqui dos Estados Unidos... logo comecei a flertar com ele e acompanhar o cara para baixo e para cima... ele queria alguém para falar português, para praticar, e eu logo pensei: é a minha chance... vou em frente... Fui... o cara ficou ligado em mim e me tratava diferente do resto dos homens brasileiros... Mesmo na firma, comecei a notar que as pessoas começaram a me tratar melhor, pois era vista como uma “namoradinha brasileira” do gringo... o interessante é que nessa época eu estava namorando o Aldo, um cara do time dos pobres, e as coisas iam indo até que bem... ele falava em casar e tudo mais... E eu? Eu queria mais é o americano, que não era feio, era rico e estava a fim de mim... Terminei com o Aldo [...].

Ainda em BH, com o gringo, tudo era bom e eu achava que ia dar certo porque ele gostava de mim – eu achava, né? –, me dava presentes, levava para pizzaria, cinema, motel e tudo mais. “*Tô arrumada!*”, pensei. Foram três meses de muita alegria depois que deixei o Aldo e fiquei só com o Mike. Mudei do apartamento que morava para o hotel dele e vivia uma vida de casada... de casada rica e moderna. Logo ele falou em vir para os Estados Unidos e me levar... era a glória. Imagine, eu pobrona, que nunca tinha saído de Minas, ir, casada, para os Estados Unidos... Mais ou menos casada, né?, porque ele dizia ser separado, com duas filhas... mas isso nem importava. Eu ia para os Estados Unidos: só pensava nisso... Mike parecia apaixonado e até eu estava um pouco balanceada por ele... esqueci rapidinho o Aldo...

O visto não foi problema porque a firma declarou que eu vinha a trabalho, e o Mike arranhou tudo. Pagou passagem, comprei umas roupinhas melhores e tive até festinha de despedida. “*Coisa fina*”, achava: festa no escritório, festa com as amigas... e lá vinha eu “pros States”. “*Eta mineirinha de sorte*”, pensava eu... (MEIHY, 2004, p.197-198).

Não podemos negar que o casamento misto tem um impacto na escrita das histórias de migração pelos sujeitos. Ele facilita o deslocamento internacional de homens e mulheres pertencentes às camadas populares, na medida em que a esposa ou o marido estrangeiro financiam, muitas vezes, as passagens aéreas e os eventuais gastos junto ao serviço de migração, possuem uma infraestrutura no país de destino para acolher os seus parceiros, permitem a legalização da permanência no exterior e, conseqüentemente, o acesso ao mercado formal de empregos e à assistência social. É verdade que os “*brasileiros de Rennes*” costumam exercer funções pouco valorizadas socialmente; ou seja, as mesmas que cabem aos imigrantes brasileiros ilegais em Nova Iorque ou em Portugal - entre as mulheres, por exemplo, é comum trabalhar como babá ou faxineira -, mas eles o fazem em outro contexto. Residindo legalmente na França, têm direito ao salário mínimo em vigor e à seguridade social. Casados com franceses, não são obrigados a residir nas famosas pensões de imigrantes, em que muitos dividem um espaço pequeno e insalubre; e, além disso, têm outra inserção na sociedade de acolhida, por fazerem parte de uma família local.

A pesquisa realizada em Rennes aponta como a união com um estrangeiro vem funcionando como uma porta de saída do Brasil, uma porta de entrada no centro do mundo, ou ainda, uma ponte entre ambos. Muitos brasileiros (em especial, brasileiras) migram porque se casaram. Outros tantos (mais uma vez, brasileiras, sobretudo) encontram no casamento uma possibilidade de viabilizar a migração ou a legalização da permanência no exterior.

Notas

1 - O artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa para o doutoramento. Tal pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Colégio Doutoral França-Brasil, junto à *École Doctorale* da *Université Rennes 2 – Université d’Haute Bretagne (UHB)*, em Cotutela Internacional de Tese com o Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), sob a orientação das Professoras Rita Godet (França) e Thaís Pimentel (Brasil), com o apoio financeiro do *Ministère des Affaires Étrangères* e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 - Denominamos “*brasileiros de Rennes*” os imigrantes brasileiros radicados em Rennes, cidade francesa que é a capital da Região da Bretanha.

3 - O *Pacte Civil de Solidarité*, ou PACS, é um contrato que pode ser estabelecido, na França, por duas pessoas solteiras, do mesmo sexo ou de sexos diferentes, separadas por mais de três graus de parentesco, para organizar sua vida em comum. Ele termina funcionando como uma alternativa ao casamento civil, no momento de oficialização da união de um casal.

4 – Os depoimentos transcritos neste artigo foram extraídos de entrevistas concedidas à autora ao longo dos meses de junho e julho de 2006, para o Projeto de Pesquisa de doutoramento. Rennes, França, Arquivo de Áudio.

5 - Adélia conheceu o marido, enquanto estudava na França. Professora de francês no Brasil, ela havia solicitado ao *Ministère des Affaires Étrangères* (o correspondente francês do nosso Ministério das Relações Exteriores), uma bolsa para prosseguir seus estudos no país, e obtido uma resposta positiva. A entrevistada parecia destinada a ser professora universitária, mas, em função do casamento, abandonou a bolsa de estudos, bem como a vida profissional, e retornou ao Brasil, para onde seu marido pediu para ser enviado em missão de trabalho. Eles só vieram a se estabelecer na França, anos mais tarde, e, mesmo assim, não de forma definitiva. O que parece explicar a trajetória de Adélia não é a mesma lógica que explica as demais, mas sim certa condição feminina que ainda encontra eco na sua geração.

6 – Release para Imprensa de um evento extraoficial do ano do Brasil na França, promovido pelo *Collectif Brésil: À la Découverte du Brésil*.

7 - Alguns poderiam apontar que o sobrenome francês poderia ser um indício também de uma ascendência francesa. Todavia, essa possibilidade parece remota, visto que as dezesseis mulheres possuem apenas um sobrenome, e não pelo menos dois, o que é algo corrente na França, mas muito raro no Brasil.

8 - Vale dizer, no entanto, que o fato de não possuir um sobrenome francês não exclui necessariamente a possibilidade da existência de um casamento misto. Na França, o código civil já permite que a mulher mantenha o seu sobrenome ao se casar, e existe uma alternativa ao casamento, o PACS, que não prevê a mudança de sobrenome. Além do mais, as pessoas podem viver juntas sem oficializar a sua união, e as mulheres podem se separar, retomar o nome de solteira e permanecer no país. Sendo assim, é muito provável que a estimativa apresentada seja inferior ao número real de casos.

9 - O Governo Francês promove temporadas culturais estrangeiras na França, desde 1985, com o objetivo de promover aproximações diplomáticas. Um país é celebrado a cada ano, tendo 2005 sido dedicado ao Brasil.

Referências

- BRITO, Ângela Xavier de. *Construction de l'Espace de Formation Brésilien et Études à l'Étranger : stratégies et « carrière morale » des étudiants brésiliens dans l'université française* (1960-1986). 1991. 503 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Université Paris V, Paris, 1991.
- GIRARD, Alain. *Le Choix du Conjoint: une enquête psycho-sociologique en France*. Paris: PUF, 1974. 204p.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Brasil Fora de Si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola, 2004. 384p.
- SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus. Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, jul.-dez., 2005, p.249-280.

RESUMO

O artigo explora a associação entre casamento misto e migração, a partir de entrevistas realizadas com oito imigrantes brasileiros radicados em Rennes (França), com destaque para uma delas, e do próprio retrato da comunidade brasileira da cidade, basicamente composta por brasileiros (brasileiras, em especial) casados com franceses. A união com o estrangeiro emerge como um facilitador do deslocamento internacional de pessoas pertencentes às camadas sociais mais baixas, além de estratégia utilizada por essas pessoas para migrar aos países centrais.

Palavras-chave: migração; casamento misto; Brasil-França.

ABSTRACT

The article explores the connection between mixed marriage and migration, by using interviews with eight Brazilians immigrants settled in Rennes (France), especially one of them, and the typical likeness of the community Brazilians in Rennes, which is basically composed of Brazilians (especially Brazilian women) married to French men. The union with the foreigners emerges as a facilitator for international displacement of persons from lower social layers and, beyond, as strategy used by these people for migration to central countries.

Keywords: migration; mixed marriage; Brazil-France relations.

Capital social e os fluxos migratórios internacionais de brasileiros

*Wilson Fusco**

O processo migratório que conduz o brasileiro a viver e trabalhar em outros países é um evento que envolve, reconhecidamente, diversos riscos e desafios. As adversidades que surgem são resultantes, essencialmente, da frágil condição em que a maioria das pessoas se coloca, seja por permanecer e trabalhar no país escolhido sem o visto apropriado, pelo traslado arriscado como o da fronteira entre México e Estados Unidos, ou ainda pelas diferenças culturais e linguísticas com o país de destino, igual ao verificado para aqueles que decidem viver no Japão. Por sua vez, uma das principais fontes de recursos para a organização dessas comunidades no exterior, o capital social, tem sido crescentemente utilizado como conceito para ampliar o conhecimento de processos característicos à migração internacional e da maneira como os migrantes lidam com as dificuldades em sua inserção no destino (FAIST, 2000).

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma alguns aspectos da organização social das comunidades brasileiras nos Estados Unidos e Japão condicionam a inserção do migrante nesses países. Particularmente, estamos interessados em verificar determinadas práticas de utilização dos recursos que circulam por meio de laços sociais, em associação aos efeitos de expansão do movimento, adaptação do migrante no destino, e conexão entre pontos muito específicos na origem e no destino. Os dados primários apresentados para esta análise são provenientes de três *surveys*¹ realizados em cidades de origem no Brasil, enquanto que as informações do censo do IBGE realizado em 2000 e os subsídios do Ministério das Relações Exteriores conformam os dados secundários utilizados.

**Demógrafo e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco.*

Concentração no espaço

Um dos efeitos mais visíveis do uso do capital social nas migrações é a concentração espacial dos grupos envolvidos, tanto na origem quanto no destino. Segundo as estimativas do Ministério das Relações exteriores para 2001, os principais países de destino dos brasileiros são Estados Unidos, Paraguai e Japão, que juntos agregavam 78% dos nossos emigrantes. Essa diminuta relação de países de destino tem uma correlação direta com a distribuição dos locais de saída no território nacional, pois cada movimento em direção a um destino particular guarda especificidades que condicionam o novo ingresso de um migrante em potencial no fluxo. Os brasileiros que vão para o Japão, por exemplo, saem principalmente do estado de São Paulo e do norte do Paraná, pois é lá que se encontra a maior colônia de descendentes de japoneses, condição suficiente para poder viver e trabalhar no Japão. O fluxo que leva ao Paraguai, por outro lado, está restrito ao entorno da fronteira com esse país, e está relacionado aos incentivos presentes na política de desenvolvimento agrícola do governo paraguaio (FUSCO e SOUCHAUD, 2008).

O movimento de brasileiros para os Estados Unidos, por sua vez, que não é afetado por recrutamento ativo, como no caso dos *dekasseguis*, e que não tem contiguidade com o território nacional, como os brasiguaios, é o movimento que apresenta a maior concentração de pontos de saída no Brasil. É essa característica tão específica de concentração, não só na origem, mas também no destino, que buscamos associar aos efeitos da utilização dos benefícios e restrições que transitam pelas redes sociais.

Apesar de ainda não podermos contar com o censo do IBGE para capturar informações necessárias à análise da emigração internacional, é possível utilizarmos uma variável associada a este tipo de migração para termos ideia da distribuição pelo território brasileiro dos migrantes que retornaram do exterior. Quando responderam em qual país estrangeiro residiam em sua última etapa migratória, os brasileiros residentes há menos de dez anos na localidade entrevistada configuravam-se como retornados do exterior. Dessa forma, os indivíduos captados no censo serão contabilizados como retornados para determinado município, mesmo que não tenhamos certeza de que tenham partido dali. Apesar dessa margem de incerteza, consideramos razoável a utilização dessa medida como uma aproximação para avaliarmos a participação das cidades brasileiras no movimento de emigração para outros países, particularmente para os Estados Unidos.

Dessa forma, podemos obter a quantidade de retornados do exterior que residia em determinado município em 2000. O número absoluto de retornados é uma boa medida para avaliar o volume de retorno, mas não para hierarquizar as localidades em função do impacto causado pelo volume de retorno na população. Para tanto, utilizamos uma medida que expressa a relação retornados/população total, tanto para municípios como para os estados nacionais. Esse procedimento posiciona, por exemplo, a cidade de São Paulo e seus quase 4 mil retornados no

35º lugar do ranking, enquanto que Governador Valadares, com somente 540 habitantes que voltaram dos Estados Unidos, fica registrado como o município que recebeu maior impacto proporcional de retorno (FUSCO, 2006).

Caso a distribuição de retornados fosse equilibrada, esperaríamos encontrar uma medida desse segmento proporcional à população de cada município, UF ou Região. No entanto, o reduzido número de municípios conectados com a migração para os Estados Unidos é uma característica marcante, evidenciada por diversas perspectivas. Em primeiro lugar, somente 10%, ou 555 dos 5507 municípios brasileiros que existiam em 2000 registraram moradores residentes retornados dos Estados Unidos. A Região Sudeste, apesar de conter 43% da população nacional, contava com 66% daquela categoria de migrantes. O Estado de Minas Gerais, que representava 10,5% da população brasileira, respondia por 21% dos retornados. Esses números confirmam a distribuição espacial desproporcional nos recortes territoriais estudados, o que está de acordo com a noção de circulação restrita dos elementos – positivos e negativos – que são normalmente associados às redes sociais.

Quando mudamos a escala de observação para o limite espacial das Unidades da Federação, constatamos mais uma vez que a grande maioria dos migrantes tem origem em um diminuto grupo de localidades: somente 64 municípios têm índice de retornados superior à média nacional; no estado de São Paulo, somente 17%, ou 110 dos 645 municípios, têm retornados; em Minas Gerais, essa proporção é de 19%. Esta última UF é a que mais se destaca com relação ao impacto da conexão de emigrantes com os Estados Unidos, pois exhibe o mais alto índice dentre os contabilizados. Além disso, a maioria dos municípios com retornados está em Minas Gerais.

Essa concentração de locais de origem na migração para os Estados Unidos contrasta fortemente com a distribuição dos municípios envolvidos com o movimento em direção ao Japão. Apesar de reconhecidamente menor em volume do que o fluxo que leva à América do Norte, o registro de brasileiros retornados do Japão estava associado a 13% dos municípios do Brasil como local de chegada destes migrantes, medida proporcionalmente maior que os locais de retorno dos Estados Unidos. Ademais, outra perspectiva da distribuição espacial dos retornados do Japão amplia a ideia de concentração diferencial: o universo de municípios expostos ao risco de se envolver na migração Brasil-Japão se restringe majoritariamente aos locais onde existem comunidades nipo-brasileiras, e estas se concentram no estado de São Paulo e norte do Paraná, que, somados, respondem por 82% dos retornos. Em São Paulo, quase 50% dos municípios têm migrantes retornados do Japão; no Paraná, essa proporção é de 41%, ainda que não existam comunidades de descendentes de japoneses na totalidade das cidades nesses dois estados, o que aumenta a expressividade desta medida. Esses números revelam uma característica importante deste movimento em particular, associada à distribuição da população nipo-brasileira pelo território nacional: a simples existência de descendentes de japoneses numa localidade determina uma alta probabilidade de encontrarmos retornados do Japão.

Estimativas mais desagregadas sobre os brasileiros vivendo no exterior, elaboradas também pelo Ministério das Relações Exteriores, mostram a distribuição dessas pessoas internamente aos países de destino. Os limites territoriais correspondentes ao posicionamento dos brasileiros foram arbitrados em função da localização dos postos consulares, o que diminui a precisão quanto à distribuição dos imigrantes. Apesar disso, o fato de existirem oito postos nos Estados Unidos permite comparações entre as concentrações de brasileiros nas diferentes regiões desse país. As cidades de Nova Iorque, Miami, Boston e Washington, por exemplo, agrupam quase 90% dos brasileiros nesse país, revelando a costa leste dos Estados Unidos como a preferência nacional.

A maioria dos migrantes brasileiros que decidem viver no exterior, portanto, está distribuída entre bem poucos países e, no caso dos Estados Unidos, os migrantes se concentram na costa leste. Essa característica fica ainda mais evidente quando analisamos os fluxos originados nas cidades que participaram dos *surveys*, pois estas apresentam índices de concentração no destino ainda maiores: os Estados Unidos abrigam 86% dos migrantes valadarenses e 60% dos oriundos de Criciúma; esta cidade também apresenta fluxos relevantes para a Itália (14%) e Portugal (11%), relacionados à presença de descendentes de imigrantes italianos e portugueses em Santa Catarina; o Japão, sem surpresas, é o destino de praticamente todo descendente de japonês maringense.

Os dados que mostram a distribuição dos migrantes nos estados norte-americanos e nas províncias do Japão reforçam nossa afirmação de que a migração de brasileiros para os Estados Unidos apresenta uma conexão muito estreita de algumas cidades na origem com pontos específicos no destino. Os migrantes de Valadares, por exemplo, situam-se principalmente em Massachusetts (52%), Flórida (16%), Nova Jersey (15%) e Nova Iorque (12%), além de uma proporção mínima (6%) que se dispersa pelos outros Estados; os criciumenses exibem uma concentração ainda maior, pois 83% dos que vão aos Estados Unidos ficam em Massachusetts, restando apenas 17% para serem contabilizados nos demais Estados; os migrantes que se dirigem ao Japão, por outro lado, apresentam uma concentração menor: 19% em Shizuoka, 17% em Aichi Ken, 14 províncias agrupando entre 6% e 2% dos migrantes, e todas as 47 províncias japonesas com alguma proporção de maringenses.

A distribuição dos brasileiros pelas cidades dos Estados Unidos e Japão apresenta, também, um padrão de alta concentração para o primeiro país, e certa “diluição” dos migrantes no segundo. Boston agrega 38% dos migrantes de Valadares e 59% dos oriundos de Criciúma, mas se levarmos em conta que Framingham, Somerville, e outras pequenas cidades com índices menores de imigrantes se localizam na região metropolitana de Boston, concluiremos que a concentração de brasileiros nessa região é ainda maior. Os migrantes que vão ao Japão, por outro lado, não se concentram de forma destacada em nenhuma cidade no destino. Ao contrário, encontram-se espalhados por 177 cidades, enquanto que os valadarenses alcançam um máximo de 61 e os criciumenses chegam somente a 35 cidades nos Estados Unidos.

Como fica evidente, o deslocamento de brasileiros para os Estados Unidos tem um padrão muito nítido e particular na distribuição espacial da população migrante, tanto na origem quanto no destino. Encontramos muito poucos municípios no Brasil envolvidos com esse movimento, os quais se localizam, predominantemente, na Região Sudeste. Mesmo no interior de estados onde a emigração é mais intensa, como é o caso de Minas Gerais, a proporção de municípios vinculados a comunidades brasileiras no exterior não chega a 20%. Para os Estados Unidos, os dados do Ministério das Relações Exteriores mostram a grande concentração de brasileiros na costa leste, e os resultados dos *surveys* apontam particularmente para o maior agrupamento de migrantes na Região Metropolitana de Boston, em Massachusetts. Os emigrantes de Governador Valadares evidenciam, com um histórico migratório mais antigo, como a lista de opções no destino diminui com o passar do tempo, concentrando-se em um número cada vez menor de localidades (FUSCO, 2002), e estreitando os laços com comunidades específicas. Como referência para comparação, vimos que os *dekasseguis* estão mais espalhados, tanto pelos municípios brasileiros como pelas cidades japonesas.

Organização Social e Migração

Antes de buscarmos elementos que contribuam para explicar o processo de ampliação da migração internacional, é necessário ressaltar que a maior parte dos recursos do capital social é disponibilizada localmente (FAIST, 2000). O conjunto desses recursos locais está conectado a interesses e normas sociais que, frequentemente, moldam o comportamento mais geral de todos os membros de qualquer sociedade. Tais bens, normalmente não-monetários, como informações importantes, favores, acesso a outros conjuntos de recursos por laços sociais fracos, circulam no interior de grupos sociais e entre esses grupos, cuja coesão, de maneira geral, depende da manutenção dos contatos entre os membros (MASSEY, 1998). Dessa forma, os laços pelos quais circula o capital social funcionam como “âncoras” que contribuem para que o indivíduo permaneça no mesmo ambiente, pois a proximidade espacial é um fator que contribui para a maior frequência de contatos entre os membros de cada grupo.

Quando alguns migrantes pioneiros se estabelecem em outro país, depois de enfrentarem altos riscos e custos, tanto financeiros quanto emocionais, o primeiro estágio na formação de um fluxo maior de saídas é atingido. Para que o processo migratório evolua, no entanto, é necessário que tais pioneiros mantenham e cultivem os laços sociais com a origem. O deslocamento de alguns migrantes e de suas redes pessoais para outra localidade, associado à ampliação dessas redes ao passo em que se estabelecem no destino, inicia o processo que pode levar à expansão da emigração, pois os demais membros do grupo original do migrante passam a ter mais e mais contatos no exterior, que se configuram como potenciais fontes de recursos (TILLY, 1990). Os laços de parentesco e amizade, nesse contexto, restringem a ampliação do movimento aos limites

espaciais, geralmente estreitos, nos quais repousam esses laços. O aumento do alcance das redes sociais relacionadas à migração internacional, portanto, amplia a esfera de inclusão para potenciais migrantes, ao mesmo tempo em que limita esse crescimento ao local onde se encontram os grupos sociais na origem, vinculados aos respectivos membros no destino. Como consequência, somente alguns indivíduos de determinadas cidades podem alimentar e concretizar as expectativas de migrar com ajuda de terceiros para locais específicos, nos quais a clandestinidade é um fator limitante.

O que é necessário para que um indivíduo ingresse em um fenômeno de massa, especificamente no movimento migratório para os Estados Unidos? Por um lado, há que se considerar os riscos envolvidos no processo, como a possibilidade de prisão e deportação. Além disso, também devem ser levados em conta os custos emocionais e financeiros, como o distanciamento da família e dos amigos, e os gastos para financiar a viagem, pagar aluguel, sobreviver, enfim, até a obtenção de um trabalho remunerado. Por outro lado, o conjunto de recursos disponíveis no interior de grupos sociais que extravasam fronteiras nacionais, quando mobilizado eficientemente, atenua significativamente os riscos e custos para quem decide pela migração. Por meio de questões especificamente aplicadas à experiência do migrante, pudemos analisar os procedimentos utilizados para a consecução do plano de viver em outras terras.

O questionário aplicado em Governador Valadares difere levemente do modelo utilizado em Criciúma e Maringá. Em Valadares, por exemplo, foi colocado um quesito sobre quem o migrante conhecia no destino antes de sua primeira viagem. Em Criciúma e Maringá, por outro lado, essa questão foi modificada para apreender as fontes de recursos para hospedagem e obtenção de emprego no país receptor. Em ambos os casos, essa informação revela tanto a extensão dos laços sociais, que ligam origem e destino através das fronteiras nacionais, como a utilização do capital social que circula por esses laços.

Os resultados da pesquisa mostram quem o migrante conhecia no destino antes de sua primeira viagem: enquanto que 20% dos valadarenses declararam não conhecer ninguém no país de destino, mais de 56% tinham parentes e aproximadamente 24% tinham pelo menos um amigo aguardando sua chegada; nos poucos casos em que o migrante declarou ter ambos, parentes e amigos, no país receptor, o registro foi efetuado na conta dos parentes, o que explica parcialmente a maior frequência de respostas nessa categoria. Os laços de parentesco, no entanto, são reconhecidamente os mais importantes na migração a partir de Governador Valadares (ASSIS, 2004; SOARES, 2002; FUSCO, 2005).

A relevância dos grupos familiares na emigração valadarense, além disso, ganha força com o passar do tempo, como pode ser verificado a partir da desagregação dos dados coletados. Pelo histórico migratório mais antigo, o movimento de Valadares pode ser dividido em três períodos distintos: aceleração (de 1961 a 1986), clímax (1987 a 1989) e desaceleração e estabilidade (1990 a 1997). Podemos observar o decréscimo contínuo na proporção de indivíduos

que não tinham nenhum conhecido no exterior, a qual corresponde a quase um terço dos migrantes na fase inicial, reduzindo-se a pouco mais de um décimo no último período. Ao mesmo tempo, a proporção de pessoas que tinham parentes nos Estados Unidos cresce de 45% na primeira fase para mais de dois terços no período mais recente. As conexões familiares aparecem em destaque no processo migratório que se amplia pela cidade, até o momento em que quase todos os potenciais migrantes tivessem pelo menos um parente ou amigo nos Estados Unidos. Essa dinâmica deixa clara, mais uma vez, a associação entre a expansão do movimento e a circulação do capital social entre os membros de determinados grupos de parentesco ou de amizade.

A origem dos recursos financeiros usados pelos valadarenses na preparação da viagem para os Estados Unidos, também foi estudada. Menos da metade dos migrantes contou somente com recursos próprios, enquanto que, dentre os demais, 40% solicitaram e receberam ajuda de parentes, 9% tiveram auxílio dos amigos, 4% recorreram às agências de viagens, e 2% tiveram ainda outra fonte de financiamento. Os serviços oferecidos pelas agências de viagens configuram-se mais como arranjos institucionais do que sociais, porém as informações necessárias para sua utilização passam certamente pelas conexões sociais. Além disso, ressaltamos aqui que o dinheiro obtido dessa forma não é o bem do capital social que levamos em conta, mas o empréstimo na forma de favor, que guarda procedimentos de quitação diferentes daqueles utilizados pelas instituições financeiras.

Essas mesmas informações, agrupadas segundo o período da primeira viagem aos Estados Unidos, permitem uma visão dinâmica do uso do capital social. Ao mesmo tempo em que cai de forma contínua a proporção de pessoas que utilizaram somente recursos próprios, de 49% no primeiro período para 43% no período mais recente, o índice que mostra o auxílio financeiro oferecido por parentes cresce de 36% para 43%. A importância que têm os laços familiares para um indivíduo decidido a migrar para os Estados Unidos é evidente, mas o principal efeito dessa forma de exposição dos dados é o de mostrar a relação entre a ampliação do movimento com o passar do tempo e a crescente utilização do capital social disponível, no processo migratório de Governador Valadares.

As questões sobre fontes de recursos financeiros e sobre ajuda para hospedagem e obtenção de emprego, aplicadas em Criciúma e Maringá, contêm a categoria “agência de recrutamento” entre as respostas. Ainda assim, foi incluída uma questão específica para sabermos se o indivíduo utilizou uma agência de recrutamento como seu principal expediente ao migrar. Os resultados obtidos deixam claro que esse não é o procedimento seguido pela maioria dos criciumenses, dos quais somente 7% se enquadram como agenciados, ao contrário daqueles originários de Maringá, que totalizam 71% nessa categoria.

Também foram incluídas questões que caracterizam os fluxos migratórios de Criciúma e Maringá de acordo com a condição de presença do migrante – retornado ou ausente (vivendo no exterior) – e o tipo de ajuda recebida em sua primeira

viagem ao exterior. Ao declarar quem forneceu os recursos financeiros necessários e as informações sobre hospedagem e emprego, o migrante acaba revelando a teia de relações que liga origem e destino e que sustenta os fluxos migratórios. As categorias registradas indicam se o migrante recebeu a ajuda de parentes, amigos, agência de recrutamento ou se não recebeu qualquer tipo de auxílio.

Um dos mecanismos que promove a circulação do capital social é a reciprocidade como norma de comportamento, a qual pode ser específica ou difusa, conforme observamos em outro estudo (FUSCO, 2005). A ajuda para encontrar hospedagem, por exemplo, não necessariamente é fornecida pelos laços sociais fortes: se um parente fornece essa ajuda, ele pode hospedar o migrante em sua própria residência ou ainda fornecer informações ou indicações de possíveis locais, nos quais outros imigrantes devam algum favor àquele parente, ou ainda a outro imigrante (GRANOVETTER, 1983). O mesmo ocorre para a ajuda na obtenção do primeiro emprego. Essa troca de preciosas informações e favores, que ocorre por meio de laços fortes e fracos, é fundamental para aqueles que se encontram na situação de clandestino em outro país e, eventualmente, sem conhecimento do idioma local.

É justamente nesse momento que podemos perceber as diferentes estratégias dos migrantes de Criciúma e Maringá para realizar o projeto migratório. De acordo com as informações coletadas em campo, somados os migrantes que contaram com recursos financeiros de parentes e amigos, teremos 41% dos retornados e 51% dos ausentes. Pode-se dizer, então, que os migrantes de Criciúma costumavam utilizar os recursos financeiros disponibilizados pelas redes sociais de forma expressiva, em moldes semelhantes com o que também foi verificado no caso de Governador Valadares.

No quesito hospedagem, a utilização dos recursos do capital social é ainda mais intensa: 83% dos migrantes retornados e 92% dos ausentes conseguiram hospedagem graças a parentes ou amigos, enquanto que apenas 10% dos retornados e 8% dos ausentes não obtiveram qualquer tipo de auxílio nesse sentido. As agências de recrutamento estão presentes no projeto migratório de pouquíssimos migrantes criciúmens: 0,7% dos retornados e 1,2% dos ausentes recorreram a este tipo de serviço.

A obtenção do primeiro emprego no destino, no caso do fluxo que parte de Criciúma, é outro aspecto que chama a atenção quanto ao uso do capital social: 81% dos retornados e uma proporção semelhante dos ausentes conseguiram o primeiro emprego por meio de parentes ou amigos. Deve ser ressaltado aqui que, para todas as fontes de favores exibidas, os retornados utilizaram menos os recursos disponibilizados pelos laços sociais que os ausentes. Essa diferença pode indicar uma característica seletiva sobre aqueles que já são migrantes, determinando uma probabilidade maior ou menor de permanecer no destino ou de retornar ao Brasil.

O quadro em Maringá se mostra muito diferente da situação em Criciúma. Nenhum migrante da amostra utilizou recursos financeiros disponibilizados por

amigos quando viajaram pela primeira vez ao Japão. Apenas 18% dos retornados e 16% dos ausentes recorreram ao auxílio de parentes. Em compensação, 52% dos retornados e 64% dos ausentes obtiveram os recursos financeiros necessários para a primeira viagem por intermédio de agências de recrutamento. Nos demais aspectos, é também o auxílio prestado pelas agências de recrutamento que predomina no projeto dos migrantes que partem de Maringá: 59% dos retornados e 71% dos ausentes tiveram a hospedagem no destino providenciada por agências. O índice é ainda maior quando se trata do auxílio para a obtenção do primeiro emprego no destino: 69% dos retornados e 75% dos ausentes utilizaram as agências de recrutamento. Esses números indicam uma configuração oposta a do movimento analisado em Criciúma, onde as redes sociais de parentesco e amizade predominam na oferta de recursos: a ajuda necessária aos migrantes de Maringá tem origem nas agências de recrutamento, que programam desde o financiamento da passagem aérea até o emprego.

Conclusão

O que motivou a realização deste trabalho foi o intuito de reconhecer fatores influentes, de natureza não estritamente econômica, para os efeitos específicos que resultam da dinâmica desse processo particular. A adaptação do imigrante na sociedade norte-americana, as características de ampliação do movimento migratório, e a ligação tão estreita entre locais de origem e de destino, são elementos que estão associados ao modo com que a comunidade migrante se organiza socialmente. Dessa forma, buscamos nas trocas de favores as respostas que nos permitiram prosseguir sobre o terreno que as teorias econômicas não alcançam. O que percebemos é que os indivíduos ingressam majoritariamente no movimento que leva aos Estados Unidos porque pertencem a determinados grupos sociais, sejam de familiares ou de amigos, os quais, excepcionalmente, transplantam um ou mais pontos de suas redes para esse país.

Quando os imigrantes já estabelecidos propiciam a circulação de certos recursos, os quais correspondem às necessidades conjunturais dos que acabam de chegar, as condições adversas são atenuadas, e o novo imigrante se adapta mais facilmente à nova realidade. As informações sobre transferências de recursos mostram claramente que a principal fonte de ajuda para os imigrantes são os favores obtidos por meio de laços sociais. Empréstimos diferenciados, acolhimento ou indicação para hospedagem, e preciosas informações sobre emprego, são benefícios mediados pelos mecanismos do capital social. Além disso, mostramos que as redes de parentesco são as mais importantes nesse aspecto.

Os benefícios obtidos por meio de favores passam por canais muito restritos. Inicialmente, poucas pessoas podem usufruí-los, exatamente porque poucos grupos têm acesso a contatos no exterior. Com o passar do tempo, o aumento do contingente de migrantes proporciona o aumento correspondente de grupos na origem com laços transnacionais. O processo de aceleração do movimento

ocorre de forma gradual, ao contrário do fluxo de *dekassequis*, que se amplia como se estes respondessem a um chamado que atinge a todos. Para o caso dos brasileiros nos Estados Unidos, o extravasamento dos recursos do capital social leva certo tempo para atingir outros grupos, o que confere um fator limitante ao ritmo de expansão do movimento. Cadenciada, a ampliação da migração ocorre localmente, em função da circunscrição da base territorial na qual os laços sociais estão estruturados.

Devido à limitação espacial dos grupos sociais, a expansão do movimento ocorre primordialmente em territórios contíguos, como domicílios de uma mesma vizinhança ou bairro. Os imigrantes nos Estados Unidos, contudo, não pertencem necessariamente aos mesmos grupos em suas cidades de origem. Assim, podemos imaginar vários pontos nessas cidades a partir dos quais algumas manchas se espalham, correspondendo ao aumento do fluxo migratório. Por esse motivo, fica fácil entender porque somente algumas cidades brasileiras apresentam altos índices de migração internacional para os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que um número ainda menor de cidades desse país aparece como local de destino.

Nota

1 - O survey realizado em Governador Valadares-MG, em julho de 1997, fez parte do projeto CNPq (MCT/FINEP/PRONEX) intitulado “Imigrantes Brasileiros nos EUA – Cidadania e Identidade”; os surveys realizados em Criciúma-SC e em Maringá-PR, em junho de 2001, foram financiados pelo projeto FAPESP “As redes sociais nas migrações internacionais: os migrantes brasileiros para os Estados Unidos e Japão”. Todos os projetos foram coordenados pela Profa. Dra. Teresa Sales.

Referências

- ASSIS, Gláucia O. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP, 2004.
- FAIST, Thomas. *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*. Clarendon Press, Oxford. North York-shire, 2000.
- FUSCO, Wilson. *Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares*. Textos NEPO (UNICAMP), Campinas-SP, v. 40, 2002, p. 1-96.
- FUSCO, Wilson. *Capital Cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos*. Tese de doutorado em Demografia, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- FUSCO, Wilson. Conexão origem-destino: migrantes brasileiros no exterior. In: *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006*. Caxambú-MG. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Desafios e Oportunidades do Crescimento Zero, 2006.
- FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain. La continuité migratoire a partir de l'examen de la distribution géographique des retours brésiliens. *Caravelle (Toulouse)*, v. 91, 2008, p. 17-47.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. *Sociological*

Theory, nº1, 1983, p. 201-233.

MASSEY, Douglas S. et al. *Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millennium*. Clarendon Press: Oxford, 1998.

SOARES, Weber. *Da Metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Tese de doutorado em Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, 2002.

TILLY, Charles. Transplanted networks. In: YANS, M. V. (org.) *Immigration reconsidered: history, sociology, and politics*. Nova York: Oxford University Press, 1990.

RESUMO

A migração de brasileiros para o exterior é um processo que se baseia fortemente na organização social dos grupos envolvidos. Utilizando dados primários provenientes de pesquisas de campo por amostragem aleatória e dados secundários de outras fontes, este trabalho pretende evidenciar a importância do capital social entre brasileiros, a partir de uma comparação entre dois locais de destino: Estados Unidos e Japão. Dentre outros aspectos, a análise privilegia a associação entre a disponibilidade e uso dos recursos do capital social e a distribuição dos migrantes brasileiros em território nacional e estrangeiro.

Palavras-chave: distribuição espacial; migração internacional; capital social.

ABSTRACT

The migration of Brazilians to other countries is a process deeply based on the social organization of involved groups. Using primary data from representative surveys and secondary data from other sources, this paper aims to highlight the importance of social capital among Brazilians migrants, comparing the outcomes of two different reception countries: United States and Japan. Among other things, the analysis focuses on the association between the availability and use of social capital resources and the spatial distribution of Brazilian immigrants.

Keywords: spatial distribution; international migration; social capital.

Notas sobre fundadores e povoamento no Brasil: Os casos do sertão pernambucano e do norte mato-grossense

*Ana Claudia Marques**

A ocupação e povoamento do território nacional brasileiro, através de diferentes estratégias e com vários propósitos, têm sido uma preocupação persistente da administração central, sob todos os regimes que assume ao longo da História. O artigo que se segue se debruçará sobre alguns atores de processos de fundação de núcleos de povoação, e mais exatamente sobre elaborações narrativas sob o ponto de vista dos sujeitos desses enunciados, através das quais se propuseram a dar conta desse processo. Os exemplos trabalhados aludem a dois momentos, lugares e processos bastante distintos. Interessam aqui as recorrências e os afastamentos passíveis de serem descortinados no que tange aos métodos e critérios para a consecução desses núcleos deixando de lado a distância de tempo e espaço, da configuração e das proporções alcançadas nos dois casos. No seio dessa aproximação, distingue-se particularmente a reivindicação em nome próprio da empreitada e o consequente privatismo combinado à exclusão de outros agentes. Uma empreitada cuja plena realização não obstante implica a adesão de um contingente de atores, que do ponto de vista daqueles narradores aparecem como objetos, e não sujeitos, do discurso e do projeto. Um contingente impessoal, sob o aspecto de multidões informes, maiores ou menores, deslocadas de pontos de origem vários, mais ou menos distantes, que consagram a obra fundadora de um punhado de idealizadores, na medida mesmo em que dão rumo à própria vida, supostamente até então precariamente governada e desarraigada. O ponto de vista sob enfoque não raro explicita ou sugere ainda uma tensão com um projeto estatal assim como com as perspectivas da pluralidade participantes nesses processos.

* Ana Claudia Marques - Departamento de Antropologia/USP.

As narrativas e depoimentos referidos aqui compõem o material empírico obtido por mim durante períodos de campo que realizei no sertão pernambucano, entre 1999 e 2001, e na região centro-norte do Mato Grosso, em 2008, relacionados a dois diferentes projetos de pesquisas. Tais processos foram considerados pertinentes para a análise tanto das relações políticas e familiares que foram focalizadas no primeiro¹, quanto da paisagem social que se consolidou concomitantemente ao desenvolvimento do agronegócio de grãos, tema do segundo².

Ambos os processos de ocupação se fazem matéria de estudos acadêmicos ou especializados, que se propõem a contextualizá-los em plano mais geral do povoamento do território nacional. Um dos pioneiros nessa tarefa historiográfica, Capistrano de Abreu sugere como as terras do interior de Pernambuco foram sendo desbravadas, da caatinga e dos tapuias, por punhados de homens acompanhados de seus bois, seguindo a via do rio São Francisco e o leito dos rios intermitentes às margens dos quais fazendas de gado se iam fundando. Os requerimentos de sesmarias eram concedidos e mais tarde parcelas eram dadas em arrendamentos anuais. Muitos dos fundadores de povoados no sertão do Pajeú, onde está referida a pesquisa, foram rendeiros da casa da Torre, de Garcia D'Ávila, o maior sesmeiro da Coroa portuguesa, que obteve a concessão de mais de 80 mil léguas em terras situadas em ambas as margens do São Francisco e seus afluentes.

Também no Mato Grosso as vias fluviais tiveram papel fundamental no acesso e comunicação com o território nacional, notadamente com o centro da capitania de São Paulo, de que fazia parte até meados do século XVIII (cf. MORENO, 2007, p. 34). Mas nesse caso, o povoamento teve como impulso inicial a exploração das minas de ouro dos rios Cuiabá e Coxipó. A essa e outras explorações mineiras, que em diversos momentos históricos puderam atrair fluxos migrantes, acrescentaram-se, nos dois séculos seguintes, com diferentes intensidades e durações, a exploração pecuária, açucareira, de borracha e poaia. Mesmo assim, a vastidão territorial do Mato Grosso³ manteve-se escassamente povoada. Em razão de sua localização geopolítica estratégica, em virtude dos limites com Bolívia e Paraguai (se tivermos em conta, nesse momento, o território do Mato Grosso do Sul), antigas colônias espanholas, sucessivos projetos de ocupação de seu território, com resultados em geral duvidosos, foram concebidos por diversos governos desde a Colônia, no sentido de resguardar as fronteiras nacionais através do povoamento e fixação populacional nessas áreas. Sob qualquer desses impulsos, a imensa área do norte e centro do atual estado do Mato Grosso manteve-se muito rarefeitamente ocupada até a década de 1970, quando se renovam projetos de colonização da área, de algum modo esboçados desde os anos 1930, retomados na década de 1950, mas agora com incomparável favorecimento das iniciativas privadas.

Ambos os processos de ocupação aqui delineados deixam em plano secundário populações indígenas ou caboclas que, no entanto, participaram nesses processos. No mais das vezes, elas são subordinadas aos desígnios dos habitantes. Subordinação que pode se traduzir no seu emprego como coadjuvantes

no processo de ocupação, no seu extermínio ou no seu deslocamento, por assim dizer espontâneo ou dirigido para outras áreas, como aldeamentos jesuítas ou o Parque Nacional do Xingu. Por outro lado, o povoamento dessas regiões só se consagra na medida em que consegue atrair novos coadjuvantes no processo, oriundos de locais mais ou menos distantes, que cumprirão diferentes papéis.

Decerto que os três séculos de povoamento do interior Nordeste não podem ser justamente equiparados às três décadas com que contam as novas cidades do Centro-Oeste. O momento histórico e a profundidade temporal das relações fazem variar os vetores socialmente relevantes em atuação em cada arena e momento. Mesmo que nos detenhamos apenas sobre os processos de fundação de lugares, precisamos lembrar que tais processos não se encerram no tempo. No sertão do Pajeú, os núcleos populacionais fundados ao longo do movimento de conquista do território, partidos do litoral e avançando pelos rios tiveram ali início nos meados do século XVIII, mas se multiplicam as notícias de povoados que se erguem durante todo o século XX. No Mato-Grosso, por sua vez, projetos de povoamento e criação de distrito continuam em curso e são testemunhados atualmente (RUMSTAIN, 2009). Nos vários casos em que essa disposição fundadora parece ocorrer de modo deliberado, consciente em boa parte, as narrativas sobre tais projetos podem aparecer e render algumas elucubrações.

No manuscrito de memórias de José Gomes Correia, sob o belo título de “O Canto da Asa Branca. Fatos de minha vida e histórias que ouvi contar”, temos o privilégio de acompanhar uma dessas narrativas, sobre a fundação do lugar Juazeiro Novo.

Nesse mesmo ano, 1947, num dia de sexta-feira, dormiu aqui (no Paraíso) o velho Antonio Pereira, que ia à feira de Floresta. À noite conversamos muito, quando eu falei da minha promessa de fazer uma Capelinha (...)

Em 1948 fiz a moagem de cana e durante aquele mesmo ano fiz a Capela do Sabiucá, bem maior, muita gente ajudou e a festinha foi muito animada. Ainda em 1949 fiz uma casinha no Monte Sombrio [e] também uma casinha, ao lado da Capela do Sabiucá, para receber o padre.

Em 1953, vendo a dificuldade de gente para trabalhar, fiz mais 3 casinhas perto da Capela, para trabalhadores e plantadores. E ainda dei ordens a quem quisesse fazer casa perto da capela, que podia tirar madeira em meu terreno, como linhas, caibros e ripas, como também lenha, para queimar tijolos e telhas. (...).

Antonio Pereira, vendo que já se formava um povoado, disse-me uma vez: “Zé Yoyô, não consinta que muita gente venha morar aqui, porque esse povo só presta para nos dar prejuízo de lenha e madeira, como também para fazer fuxico. Esse

povo é uma imundície”. Eu disse: Antonio Pereira, eu sei que esse povo é uma imundície mesmo, mas precisamos dessa gente para trabalhar; e de hoje em diante, o Padre poderá vir celebrar e pregar, duas ou três vezes por ano, e no futuro poderá ter uma professora para ensinar; e essa imundície ainda poderá ser gente. (...)

(...)

Em 1954, vendo ainda a necessidade de gente para trabalhar e me lembrando que um dia poderíamos precisar de uma cadeira de professora, interessei-me pelo progresso de Juazeiro Novo, construindo 3, 4 casas por ano. (...) Quando Yeyé começou a ensinar, aumentou a procura de casas por pessoas que não tinham casa nem terra e tinham filhos para matricular, pois queriam morar perto da escola. E eu, já pensando em um dia emancipar, pelo menos como distrito, continuei a construir mais casas.

(...)

Em 1966, ouvindo falar que a CHESF ia construir uma barragem em Itaparica e que essa barragem iria inundar Juazeiro do São Francisco, desisti da construção de casas. Nessa época eu já contava 44 casas construídas por mim. Mas quando alguém queria construir casa, eu dava permissão. Hoje, no povoado de Juazeiro do São Francisco, existem mais de 70 casas construídas.

Na narrativa de José Correia, algumas características de seu empreendimento se impõem e se evidenciam. Primeiro, a prioridade da edificação da capela, de um lugar de reza. Para José Correia se tratou de uma promessa a ser cumprida, formulada em circunstâncias de dificuldade, e cuidadosamente aproveitada pelo padre. Em muitos outros relatos sobre o povoamento do sertão aparece a providência essencial de doação de terras e rendas em patrimônio. Assim fez o casal herdeiro de parte da Fazenda Grande, parcela do imenso patrimônio da Casa da Torre. Leonardo Gominho, em suas pesquisas genealógicas encontrou a escritura de doação da renda de seu sítio em patrimônio da capela que pretendiam erguer com “adjuctório do povo, no mesmo lugar e sítio da Fazenda Grande com a invocação do Senhor Bom Jesus dos Aflitos”. “[Em] 16 de fevereiro de 1780 (...). Iniciou as obras de construção nas imediações da vivenda da fazenda (...). Fazenda Grande em pouco tempo se constituiu um povoado onde, em 1801, o Bispo Dom José da Cunha Azeredo Coutinho (...) criou uma freguesia.” (1996, p. 233-239).

No Mato Grosso, o assunto das condições de formação das cidades foi tema também de várias conversas com aqueles que se consideram os pioneiros da

região. No extrato da entrevista que se segue, editada a partir de minhas notas de campo, meu principal interlocutor é um dos “pioneiros” de Sorriso, que ali se identificam como indivíduos oriundos da Região Sul que adquiriram os primeiros lotes de terra postos à venda por um projeto de colonização privada, ao qual alguns vieram se associar. Daquela região, uma das características que desde logo chama atenção vem a ser a recente e intensa ocupação, exploração agrícola e desenvolvimento de núcleos urbanos que resultam na formação de um universo social de características próprias.

... Aqui havia meia dúzia de cabeças estudando, divulgando o nome de Sorriso. Para cá vinham compradores, com dinheiro da colonizadora, para abrir estradas, ruas, dando muito bem-estar. O dinheiro do lucro que entrava era investido. Todo mundo em comum, com a colonizadora como pivô. Mas cada um com uma parte da tarefa.

Porque nós “carregávamos o poder dentro nós mesmo”. Até as nossas leis. “Não precisava de delegado, de polícia. Alguém tem de tomar decisões. Ou leva preso, ou manda embora, ou (...)”. Em Nobres havia dois policiais [então] eles [os primeiros habitantes] resolviam por si mesmos.

(...)

“sempre o nosso interesse foi de compra. Ninguém pretendia se desfazer, não eram vendedores, eram compradores”. Nosso interesse era abrir agricultura. A colonizadora deu suporte, de experiência de agropecuária, hortaliça. O custo desse investimento e suporte era da margem de lucro da venda de terras pela colonizadora. E dava garantia para pegar empréstimo.

.... “O povo do MT é muito... a cultura é outra (...). Aqui tem peixe, caça e mandioca. ‘365 mandiocas e dois pacus, um para comer, outro para comprar sal’ – isso é mato-grossense que diz. E das 11 às 14 horas é a sesteada. Quando os paulistas chegaram aqui espantaram tudo do comércio. Com sua pressa, deixa aberto direto. Mandaram todos os cuiabanos embora”.

Os pioneiros trataram de criar o município o mais rápido que puderam. Em 1984 havia 130 casas e mais de 2000 habitantes. Entre 1984-1994 o número passou para 25.000. Em 2005, 35.000. “E sabe quantos agora? 65 a 67 mil. A cada dez anos a população dobra”.

Em 1982 foi feito o hospital. “Todo o distrito ia visitar no hospital”. Comento que tudo devia ser razão de festa. Ele

completa que em aniversário ia todo mundo, nem precisava convidar. Apareciam 100, 150 pessoas. “Era muita união”.

Havia igreja? Antes da igreja, fizeram a zona. Eu rio, acho graça, mas pergunto se está brincando. Ele diz que não, que está falando sério, que sem zona não parava peão. Mas diz que isso não era para eu escrever. Eu paro de anotar. Ele diz que eu não posso escrever isso que as esposas não vão gostar.

Um ouvinte de nossa conversa, funcionário do entrevistado, intervém. “Você precisa construir uma cidade, não tem ninguém, precisa de contratar mão-de-obra. Os peões ficam uma, duas, três semanas, quando chega dois meses, se não tiver zona o cara vai embora. Diferente dos donos das fazendas, que têm a família aqui, suas mulheres. Esses, chega o domingo, preparam um churrasco, recebe os amigos, passa o domingo em família. Mas os peões ficam sem ter o que fazer e acabam indo embora”.

(...) “Tudo para o bem do desenvolvimento do município”, prossegue sério o entrevistado. “Onde não há mulher, não desenvolve. Para começar tem colonizador, igreja, Bradesco, prostituta, viado, rodoviária, polícia”.

A Igreja, o lugar de oração aparece como um ponto de reunião fundamental também no Mato Grosso, para uma pessoa não “se alongar”, não virar bicho do mato brabo, conforme expressou outro “pioneiro” da vizinha cidade de Lucas do Rio Verde. Tiveram sempre papel muito especial como polo de reunião das famílias deslocadas de suas terras para uma tentativa de novo lar. Os templos ou simplesmente os ofícios religiosos revelam-se uma força centrípeta, senão geradora, sobre as sociabilidades locais. Ao mesmo tempo, revelam também o modo como essa mesma força é manejável pelos atores locais – padres, pioneiros, administradores – de forma a lograrem rendimentos próprios, individuais ou coletivos, desse exercício. O local onde instalar esse equipamento é decerto o mais trivial desses meios de manejo.

Uma população capaz de se fixar em algum lugar parece ser, obrigatória e maciçamente, constituída por famílias. Se nos diferentes processos de fundação os homens, de preferência na plenitude de sua força física e moral, costumam ser apontados como protagonistas, a realização dessa obra impõe a presença, o mais pronta possível e em plano nem tão secundário assim, de mulheres e crianças. Mas essas não devem estar dispersas e sim organizadas em famílias. Não pretendo desqualificar assim o depoimento algo zombeteiro daquele pioneiro de Sorriso, que se fez corroborar por impressões vindas de diferentes fontes ali mesmo no Mato Grosso e que ganha e renova o sentido de um dos velhos clichês dos filmes de faroeste americanos. A presença de prostitutas – tendo a acrescentar

também a do álcool – se comprova em algo mais que supérfluo e por toda parte se reconhece que por meio delas se prolonga por mais tempo a participação dos homens solteiros, responsáveis por toda sorte de trabalhos pesados exigidos no momento da fundação. Contudo, se elas são necessárias, não são suficientes; pontos de abastecimento de uma jornada, mas não de chegada ou de retorno. A necessária força gravitacional para a constituição de um domicílio, um novo domínio e um novo domus é a família, de preferência em fase de formação. Por isso, talvez antes da escola se faça sentir a necessidade da zona, mas a consolidação da empreitada está condicionada à instalação da primeira.

O depoimento de Ivo Raiser, que junto a um cunhado é considerado o primeiro proprietário legal a residir na região de Sorriso⁴, reforça a compreensão da transformação necessária, ao longo processo de ocupação e povoamento, que se opera através da escola e dos ofícios religiosos no processo de povoamento e urbanização. Uma transformação que introduz mulheres e crianças no projeto de fundação e reacomoda as relações sob uma organização familiar.

I.R. – Aí surgiu esse negócio aqui, compramos. Aí, se inventou de fundar uma cidade aqui... Aí vinha a turma [de interessados em adquirir lotes junto à colonizadora] ali... Tinha um barracão ali, botamos uns vinte, trinta colchões de solteiro, cobrimos, todo mundo dormia ali dentro... ninguém dormia a noite inteira. Aí no outro dia saía para o mato. Eu fui tratorista, eu fui patroleiro, eu que abri as picadas no trator, eu era tratorista, aí eu saía para caçar, eles gostavam muito, aí já compravam as terras... Outro já vinha, já chamava outro. E nós falávamos assim, que ia formar uma cidade, mas brincando. Porque formar uma cidade aqui... E olha, deu uma cidadezinha, viu?...E qual é o nome que dá? Sorriso. Foi uma gozação. Muitos dizem que o nome surgiu porque o nome de arroz em italiano é Rizzo. [Mas] aquilo foi gozação.

(...) Até hoje não tem escola na fazenda, só aqui na cidade. Aí começou uma escolinha. Tinha uma casinha que era a escolinha, ali rezava missa. Tudo no mesmo lugar. Daí, por causa disso, o pessoal preferia morar aqui [na cidade] por causa da escola. Tinha que morar aqui, como é que ia criar uma criança lá no mato [onde ficavam as fazendas]?

A.C. – Por que o senhor disse que “abriria” outro lugar, se fosse mais jovem?

Para botar esse povo que tá aí sem trabalhar. Você vê quantos eu coloquei aqui... Essa cidade aqui quem colocou, automaticamente, fui eu, vieram tudo atrás de mim.

Nós vendíamos barato, nós dávamos lote, para construir uma casa [na cidade], dava de graça, dava uma chácara para

aquele que comprava uma fazendinha de dentro, para ele abrir aqui, para ele morar aqui, para criar uma vaca de leite, um porco, uma coisa, uma galinha... nós [da colonizadora] dávamos de presente, muitos nem queriam. (...) Só que em 90 dias ele tinha de começar a fazer uma casa, né, quando nós inventemos de fazer uma cidade, né. Ninguém queria. Agora hoje ninguém pode comprar um lote. Hoje [o preço] está um absurdo isso aí.

A igreja e, na forma moderna oficialmente assumida no Brasil, principalmente a escola constituem uma encruzilhada entre vida doméstica e a vida pública. Para as crianças, a escola decerto significa uma ampliação de seus contatos rotineiros, mas por meio dela, especialmente na medida em que o ensino se torna compulsório, seus grupos domésticos também se veem lançados em novo regime de relações e normas. No que diz respeito ao sertão do Nordeste, até um passado bastante recente e em alguma medida ainda hoje, escolaridade e prestígio são coisas associadas. Dispensável invocar aqui o peso histórico-político dos bacharéis, pois na miudeza do dia a dia, essa associação se demonstra claramente no respeito devotado aos mestres e mestras, no peso político reconhecido às suas posições, nos fatores políticos envolvidos nas nomeações para os cargos do sistema de Educação, no esforço e sacrifício demonstrado pelos pais em favor da formação acadêmica dos seus filhos, às vezes realizada à grande distância.

A impaciência face às freiras expressa por um dos pioneiros de Sorriso não autoriza a supor menor importância conferida à escolaridade no Mato-Grosso. Em diversos sentidos uma política social se executa e concebe através da organização do ensino escolar (ver ARIÈS, 1978 e DONZELOT, 1986, p. 73 ss.). Pouco frequentada pela maioria dos pais que ali foram se radicar, a escola era considerada uma necessidade para os filhos, mas de forma adaptada às condições vigentes nos povoados nascentes. Atualmente, os cursos superiores são muito ambicionados para os filhos dos proprietários de fazendas, e devem, preferencialmente, ser cursados o mais perto possível, para não interferirem tanto nas outras atividades produtivas, especialmente a agricultura, nas quais os rapazes se engajam muito cedo. Genericamente, a escolaridade parece estar ali mais associada à classe social do que ao prestígio. Uma associação que implica, segundo observei, formas mais gerais de gestão das relações entre essas classes. Pois se a escola é um direito e uma obrigação de todos e para todos, a distribuição da população pelas unidades escolares está sujeita a organizações diversas. Mesmo no que se refere às escolas públicas, de onde por suposto se excluem os filhos das camadas mais endinheiradas, o perfil dos usuários das diferentes unidades é amplamente definido pelo perfil social do bairro onde residem nessas cidades planejadas, inclusive do ponto de vista das divisões socioeconômicas, segundo seus diferentes bairros. Através das escolas, sobretudo as que acolhem as populações mais pobres, e em parceria com as Secretarias de Ação Social e com os Conselhos Tutelares municipais, o poder público busca manter sob seu controle o fluxo incessante de migrantes e atuar sobre indivíduos considerados desviantes, potencialmente perigosos ou

desprotegidos, sejam eles estudantes ou seus familiares. Não somente uma parte importante do controle do destino dos filhos é furtada à família como por meio deles os adultos também se submetem às funções potencialmente biopolíticas (condições de nutrição, higiene, saúde, cuidados parentais dentro de padrões definidos pelos governos) assumidas pelas escolas.

Essas funções parecem resultar do desenvolvimento de uma disposição dir-se-ia profilática, que se pode apreender nos relatos dos fundadores. No relato de José Correia vislumbramos novamente o olhar avaliador de seu amigo que agora o aconselha a repelir o povo abusado, fuxiqueiro e imundo, que antes lhe emprestara o braço forte para erguer sua capela. Em seu juízo, contudo, o fundador demiúrgico sonha com transformação da besta em gente. Exclusão, controle, transformação, indulgência são ingredientes usados em doses variadas, atualmente, na administração dessa população que no agronegócio mato-grossense se incumbe do “trabalho braçal”, que se distingue a priori dos migrantes vindos do Sul, por sua “cultura”, seus modos de falar, gostos culinários, ritmos próprios. Objetos essenciais de toda administração pública e privada, esse “povo” torna-se ele mesmo estimulante do espírito pastoral desses líderes e representantes de uma “sociedade”, à qual não pertencem, mas da qual dependem para uma existência humana. Por eles, o sacrifício, as proverbiais dificuldades indissociáveis do pioneirismo sempre grifadas nas narrativas que o descrevem, vale a pena.

Mesmo porque a intensidade do sacrifício parece só encontrar paralelo na da alegria dos festejos, comemorativos talvez mais que tudo de si mesmos, da vitória da própria empreitada. E, de alguma forma, a nomeação do povoado evoca a singularidade de suas características e a das circunstâncias de sua fundação, sempre em meio a festas. Para além desse ponto comum, as distinções entre os diferentes casos não são menos significativas. No caso de José Correia, a festa sacraliza e comemora um nome que desde então se divulga rapidamente. Sorriso, a exemplo das outras novas cidades do Centro-Oeste, evidencia uma disposição fundamentalmente profana do empreendimento. A festa que o comemora é a mesma que o concebe, em pura “gozação”. As cidades vizinhas que deram origem a município, nenhuma delas com nome santo, nomearam-se de acordo com o projeto empresarial e de colonização em que tiveram origem. Isso não faz jus à religiosidade de seus habitantes, que se atesta de pronto e sem dúvida se relaciona com a circunstância de fronteira agrícola de sua fundação. Mas essa mistura tão memorável do sacrifício e da farra, que se associou ao nome de Sorriso o torna índice de um modo de envolvimento com essa empreitada que sempre combinou interesse e objetivo de vida.

A própria cidade parece a Ivo Raiser uma invenção, uma das muitas ideias formuladas no intuito de atrair compradores de terras naquela região. Terras em quantidade abundante e topografia muito favorável, porém naturalmente inférteis; compradas a preços muito baixos, mas desprovidas de toda infraestrutura e de comunicação mais do que precária com os centros regionais, cuja grande distância era indeterminadamente prolongada pelos atoleiros no período das

chuvas. Toda uma precariedade que se acrescentaria a uma imagem de selva que todo sulista tendia se produzir a respeito da região. Então, se tratou desde sempre de convencer eventuais clientes e futuros vizinhos que dessa luta contra a natureza, cujos ecos se fazem ressentir fortes ainda hoje, os homens podiam sair vencedores. A inclusão do Mato Grosso no mapa produtivo da nação se deu às custas, também, de doses de destruição, controle, transformação e indulgências, portanto, de humanização da natureza e sobre ela era a vitória que comemoravam com festa. Primeiro era preciso “abrir” as áreas, derrubando a mata ali muito densa. Em seguida era preciso preencher o vazio resultante, erguendo casas, montando acampamentos e, principalmente, transformando a terra aberta e estéril em campos produtivos. Mas se a perspectiva de enriquecimento pelo empreendimento agrícola foi desde sempre o principal motor do deslocamento para o Centro-Oeste, principalmente desde a Região Sul, a radicação na nova região exigia muito mais de seus aventureiros. E esse parece ser o contexto daquela “invenção de formar uma cidade” que veio a se tornar realidade. Para boa parte desse contingente de “gaúchos”, quando oriundos de famílias de pequenos produtores, sem grandes recursos de reserva e em regra vivendo um momento de consolidação econômica, a aventura da fronteira exigia sua presença pessoal. Por mais habituados que estivessem ao trabalho braçal, à precariedade das instalações, as dificuldades precisavam ser vencidas se quisessem manter-se ali com suas esposas e filhos e atrair mais pessoas que se juntassem aos esforços em que se envolveram. A formação das cidades não era apenas um pretexto ou mera propaganda para atrair compradores. Escolas, igrejas, hospitais, equipamentos de lazer, bancos (crédito agrícola, mais precisamente), serviços, foram sempre instrumentos de valorização imobiliária, ao mesmo tempo que condição de realização de um novo modo de vida para esses protagonistas da empreitada.

O projeto teve enorme e inesperado sucesso. As novas cidades produtoras de soja do Mato Grosso, emancipadas há cerca de vinte anos, atingem os melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, de que seus cidadãos muito se orgulham. Malgrado os incentivos de crédito, os licenciamentos, as diretrizes para os planos diretores, a abertura de estradas, a ligação de linhas telefônicas até as cidades, toda uma série de ações viabilizadas e postas em prática por instâncias governamentais, aqueles cidadãos sentem-se os únicos responsáveis pelo êxito do projeto, no qual depositaram muitos recursos pessoais. Mais ainda, consideram que foi necessário superar todas as dificuldades impostas pelos governantes, de um lado, e pela escassez de recursos humanos locais, por outro. Segundo os “sulistas”, os “cuiabanos” só se interessavam em plantar mandioca, pescar pacu e gerenciar pequenos comércios (botecos) e para eles era inconcebível uma exploração agrícola intensiva naquela área de terrenos inférteis.⁵ Superados aqueles obstáculos, os cidadãos preocupam-se e temem agora que lhes escape ao controle os rumos das cidades tão crescidas e desenvolvidas às custas de seu suor. Atualmente, o alvo de suas preocupações são as levas de migrantes, sobretudo nordestinos, que acorrem àqueles municípios em busca de trabalho.

Esse fluxo migratório mais recentemente iniciado, muito intensificado nesta primeira década do século XXI, foi gerado pela própria demanda de mão-de-obra que ali se configurou através de empregos “braçais” pouco especializados, na construção civil e na exploração agrícola, sendo comparativamente bem pagos, nos parâmetros salariais brasileiros e nordestinos, em particular. Os cidadãos presumem que diante das comodidades que foram capazes de gerar, parcelas dessas levas vão se fixar, sem, contudo, disporem de recursos mais especializados para contribuir com o bem-estar geral. Rumstain (2009) mostra, entretanto, que esse temor é infundado no que concerne a uma porção maciça de migrantes sazonais que mantêm por propósito o retorno às suas terras de origem. Trata-se de um contingente de trabalhadores que combinam, em idas e vindas, atividades produtivas na terra de origem a empregos por salários favoráveis em lugares distantes. Por outro lado, aqueles que se fixam não reproduzem, sem dúvida, os padrões habitacionais e de vida almejados pelos seus empregadores.

Aqui observamos uma forte peculiaridade dessas novas cidades do Centro-Oeste face àquelas do sertão nordestino. Neste também emergiram cidades projetadas a partir de objetivos empresariais, de que Delmiro Gouveia (antiga Pedra de Delmiro), em Alagoas, é decerto o melhor exemplo (ROCHA, 1970; PERNAMBUCANO DE MELO, 1998). Mas uma vez que a cidade adquiriu vida própria no sertão, seus rumos passam a pertencer a todos e a ninguém em particular, embora o impulso industrial inicial tenha seus efeitos econômicos repercutidos até hoje. As iniciativas, embora pessoais, adquirem no Mato-Grosso um caráter de protagonismo coletivo daqueles que pretendem estender a gestão de suas vidas e seus negócios para todo um município. Ali, se pretende que o impulso inicial se perpetue ad infinitum e o processo de criação da cidade não cessa de se reproduzir. Sob o ponto de vista do grupo “pioneiro”, a obra talvez permaneça inacabada, embora as muitas apropriações a que estará para sempre sujeita a revelem antes como uma obra aberta.

Notas

1 - O trabalho de campo realizado em Pernambuco durante aquele período decorria de pesquisa de doutorado que resultou na publicação de *Intrigas e Questões*. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco e uma série de outros artigos. Embora se tratando de um projeto individual, ele estava integrado ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), entre 1995 e 2005 formalizado como projeto de núcleo de excelência (Pronex) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 - A pesquisa de que faço nesta oportunidade uma circumscreta comunicação faz parte de um projeto financiado pela Ford Foundation e com apoio do CNPq, iniciado no princípio do ano de 2007, coordenado por pesquisadores de três diferentes instituições universitárias (Beatriz Heredia – IFCS/UFRJ; Moacir Palmeira MN/UFRJ; Sérgio Leite, Leonilde e Rosângela Cintrão (CPDA/UFRRJ), que tem por tema “A sociedade e a economia do agronegócio”. Trata-se de um projeto em andamento e não caberia fazer coincidir a presente discussão com os focos definidos para o projeto como um todo. Detenho-me, então, em algumas de minhas observações e em parte do material reunido durante e previamente ao trabalho de campo que realizei recentemente no centro-norte do estado do Mato Grosso.

3 - Em 1748 foi fundada a capitania do Mato Grosso, transformada em província, em 1821 e estado, em 1889. Em 1977 a porção sul de seu território foi desmembrada dando origem ao estado do Mato Grosso do Sul.

4 - Antes deles, apenas alguns empregados de grandes fazendas voltadas para criação de gado e eventuais – mas basicamente não mencionados – posseiros residiam ali.

5 - Essa radical diferença de percepção e objetivos parece marcar a generalidade dos encontros, no Brasil, entre populações oriundas do Sul em busca de terrenos para a agricultura intensiva de grãos em áreas consideradas, pelas populações locais, impróprias ao cultivo.

Referências

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- ARIËS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.
- CORREIA, José Gomes. “O Canto da Asa Branca – Fatos de minha vida e histórias que ouvi contar”. Mimeo, s/d.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- GOMINHO, Leonardo F. Floresta. *Uma terra, um povo*. Floresta: Centros de Estudos Municipais/ Prefeitura de Floresta, 1996.
- MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2007.
- PERNAMBUCANO DE MELO, Frederico. Delmiro Gouveia. *Desenvolvimento com impulso de preservação ambiental*. Recife: CHESF/FUNDJ/Editora Massangana, 1998.
- ROCHA, Tadeu. *Delmiro Gouveia*. O Pioneiro de Paulo Afonso. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- RUMSTAIN, Ariana. “*Peões no Trecho*: estratégias de deslocamento e trabalho no Mato-Grosso. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 2009.

RESUMO

Algumas narrativas históricas de fundação de novos povoados no sertão pernambucano e na porção norte do estado do Mato-Grosso são elaboradas como resultantes de iniciativas pessoais, por parte de um indivíduo ou um pequeno grupo de fundadores. O artigo propõe uma aproximação entre processos de fundação de lugares muito distantes no tempo e no espaço, no intuito de sublinhar seus pontos comuns e especificidades. Uma tensão entre o privatismo desses empreendimentos e os modos de intervenção estatal na esfera local subjaz a essas narrativas e se relaciona em parte com um propósito civilizador comum, reivindicado por esses fundadores. Embora por vezes elidido, enuncia-se o caráter coletivo e, sobretudo, familiar desses projetos.

Palavras-chave: povoamento; família; Estado.

ABSTRACT

Some historical accounts on the founding of new towns in the interior of Pernambuco and in the northern state of Mato Grosso are produced as resulted from personal initiatives, by individuals or small groups of founders. The article proposes a rapprochement between processes of founding of places far distant in time and space, in order to emphasize their commonalities and specificities. A tension between privatism of these businesses and the modes of state intervention in the local sphere is subsumed in these narratives and relates in part to their common civilizing purpose, claimed by these founders. Although sometimes elided, the collective character and focusing on the family of these projects is set out.

Keywords: pionerism; family; State.

Migrações em áreas de agronegócio

*Moacir Palmeira**

*Beatriz M. A. de Heredia***

Nas últimas três décadas, a produção de commodities agrícolas no Brasil, até então restrita a áreas do Sul e do Sudeste, expandiu-se em direção ao norte, ocupando as áreas de cerrado¹ em várias frentes, atingindo o extremo norte do país, inclusive alguns pontos da floresta amazônica. Hoje, as modernas plantações de soja, algodão, cana-de-açúcar ou do café certificado (o chamado “café do cerrado”) estão, sobretudo, nos estados que se estendem de Minas Gerais ao Pará, chegando já ao Amapá e a Roraima, e a moderna fruticultura para exportação divide-se entre a borda oriental da faixa de cerrado e algumas áreas de caatinga² no Nordeste, onde a irrigação tornou possível o seu cultivo.

Até os anos 1970, as terras dos estados do Centro-Oeste, hoje cobertas pela soja, eram consideradas inadequadas para agricultura e eram ocupadas por populações indígenas e pequenos posseiros, além de algumas fazendas de pecuária extensiva dispersas ao longo de um vasto território. Já regiões como o Triângulo Mineiro e o Oeste Baiano eram áreas tradicionalmente ocupadas pela criação de gado, praticada principalmente em grandes fazendas, e cultivos ligados à pequena produção agrícola destinada ao consumo local e regional. Se, nas suas chapadas, usadas para o criatório, havia uma população rarefeita, seus vales, ao contrário daqueles do Centro-Oeste, abrigavam uma população de certa monta, no caso do Triângulo cidades de importância econômica, sendo a região ela própria cortada por estradas que ligavam o Sul e o Sudeste ao centro e ao norte do país.

* Prof. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ e Pesquisador CNPq.

**Prof^o. PPGAS/IFCS/UFRJ e Pesquisadora do CNPq.

Os programas governamentais de ocupação dos cerrados desencadeados, com algumas variações, em diferentes estados, nos anos 1970, levariam a soja, uma espécie de produto estratégico nessa empreitada, a estados como Goiás, Minas Gerais (oeste e norte, além do Triângulo), Bahia (oeste baiano), Maranhão (sul) e Mato Grosso e estimulariam o cultivo, nessas áreas, de outros produtos para a exportação, sobre bases tecnológicas novas³. A soja, por uma série de razões, daria resultados muito favoráveis em termos de produção no Mato Grosso. Inicialmente experimentada em municípios do sudeste do estado atual⁴ como Rondonópolis e Primavera do Leste (hoje transformados em produtores de sementes) expandiu-se para o norte ao longo do eixo da rodovia BR-163, que liga a capital Cuiabá a Santarém, no estado do Pará. Essa área que hoje é considerada como área de soja “consolidada” (BERNARDES, 2005), coexiste com pelo menos duas importantes áreas de expansão: a Chapada dos Parecis e o vale do rio Xingu. (Vide Tabela 1).

* * *

Como pode ser observado, não se trata da transferência do produto de uma região para outra. A produção da Região Sul, que em 1965 representava a quase totalidade da produção do país, continuaria a crescer ao longo das décadas em que o produto se dissemina por outras regiões. Apenas em 2005 sua área colhida será superada pela do Centro-Oeste. No Centro-Oeste, o grande produtor da soja será o estado de Mato Grosso, que concentra mais da metade da produção de toda a região, seguido de perto pelos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. (Vide Tabela 2)

* * *

Em Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, o sucesso da soja, produto ainda hoje dominante em municípios como Irai de Minas, Uberaba e Uberlândia, coexistiria com os bons resultados de outros produtos, como o café na sub-região do Alto Paranaíba.⁵ O café tem uma história mais longa e conhecida. O Brasil segue como seu primeiro produtor mundial e até o início dos anos 2000 aquele produto liderava a pauta de exportações agrícolas do país e, mesmo depois de superado por outros produtos, sua produção continua crescendo (SAES, 2004).

Produto cultivado há mais de um século no estado, que, na última metade do século XX teria a região montanhosa sul de Minas entre as maiores produtoras do país, o café seria introduzido na área de Araguari em 1972 (OLIVEIRA, 1991, p. 41). As novas condições de produção geradas pelos programas de ocupação das terras planas do cerrado – correção de solos, irrigação, uso de defensivos e adubos químicos, máquinas – abririam perspectivas muito favoráveis ao cultivo do café certificado para exportação que assumiria o rótulo “café do cerrado”. Impondo-se rapidamente na região, já apresentava resultados animadores nos anos 1970 nos municípios em torno de Patrocínio e Araguari, atingindo seu ápice em 1990-2000. Hoje enfrenta na região a concorrência de produtos como a cana-de-açúcar, mas continua a ter uma posição importante na economia, movimentando capitais expressivos e apresentando um crescimento populacional marcante.

Essas áreas de expansão do que passou a ser rotulado, no Brasil, de agronegócio, são áreas de forte expansão demográfica. Mesmo que em termos absolutos o volume das populações que as ocupam na atualidade não configurem, como advertia George Martine nos anos 1980 (MARTINE, 1984) para as fronteiras agrícolas de então, uma espécie de válvula de escape demográfico aos que procuravam as grandes cidades, em termos relativos há uma transformação significativa, sem que isso signifique homogeneidade entre as diferentes regiões e, muito menos, uma expansão linear.

O objetivo deste artigo é tentar entender o significado dessa dinâmica populacional, através da comparação entre duas áreas associadas exemplarmente ao cultivo dos dois produtos que mencionamos – soja e café – por ambos terem um lugar importante no conjunto das commodities agrícolas: a área de produção de soja em torno da rodovia BR 163, no Mato Grosso, e aquela do chamado “café do cerrado” no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Minas Gerais⁶. Sendo a primeira uma área de ocupação tida como recente e de cultivo quase exclusivo da soja, e a segunda uma área de ocupação secular e cultivos diversificados, a comparação pode ser ainda mais rica⁷.

* * *

O contraste entre as taxas de crescimento populacional do país, de dois dos estados em que o agronegócio se desenvolve e das regiões que escolhemos estudar dá uma ideia das transformações demográficas associadas a tal empreendimento. (Vide Tabela 3).

* * *

As coisas se tornam ainda mais nítidas quando consideramos o nível local, os municípios em torno dos quais concentramos nossa pesquisa. Podemos ver, por exemplo, como Sorriso e Lucas do Rio Verde, núcleos urbanos gerados pela produção de soja nos anos 1970 e 1980 e transformados em municípios no começo dos anos 1990, apresentam taxas de crescimento anual da população muito superiores às do estado e do país. (Vide Tabela 4).

* * *

Esse crescimento demográfico deve-se, basicamente, à migração. Se no caso de Mato Grosso isso é, por assim dizer, autoevidente, considerando a quantidade mínima de pessoas que, no início dos anos 1970, habitavam a região que viria a ser ocupada pela soja, no caso do Triângulo Mineiro, região de ocupação antiga e de atividade econômica diversificada, isso não é tão explícito. Mas quando restringimos o nosso foco de comparação às atividades agrícolas e, especificamente, ao café, nos defrontamos, sobre uma base territorial bem menor, com populações do mesmo porte das que encontramos nos municípios do Alto Teles Pires, em que os migrantes têm um peso significativo. Em Araguari, por exemplo, 60% das 2.718 pessoas que trabalhavam em 2000 no cultivo do café eram de fora do estado de Minas Gerais. (Vide Tabelas 5 e 6).

* * *

O manejo dos dados estatísticos mostra que, em ambos os casos, esse acréscimo de população não só resulta de movimentos migratórios, mas de movimentos migratórios originados em grande parte, em outras regiões do país, em especial na Região Sul. Os naturais do Paraná, seguidos pelos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na região mato-grossense, e pelos paulistas, nos municípios estudados no Triângulo Mineiro, são majoritários em ambos os casos. A presença de migrantes vindos de estados de outras regiões, de outros municípios, do Mato Grosso inclusive, em Sorriso e Lucas do Rio Verde só crescerá a partir dos anos 1990, com o estabelecimento de um número importante de pessoas provenientes do Nordeste, em especial do Maranhão. Nos municípios do Triângulo, a migração de paranaenses e paulistas anda *pari passu* com a de nordestinos, onde os baianos se destacam (embora menos hegemônicos que os maranhenses em Mato Grosso) e ambas têm o seu pico nos mesmos anos 1990 (IBGE, Censo Demográfico, 2000).

Não parece, pois, casual que o “mapa social” elaborado pelos que vivem nessas regiões remeta ao local de nascimento efetivo ou suposto das pessoas a quem estão se referindo: “gaúchos” e “maranhenses” na área de soja em Mato Grosso; “paulistas” ou “paranaenses” e “baianos”, além dos “mineiros” na área cafeeira do Triângulo Mineiro.⁸ É valendo-se desse tipo de classificação que as pessoas dos lugares estudados reportam a pesquisadores a história dos lugares onde vivem, que elas se localizam no cotidiano (“falei hoje com um maranhense”; “na festa só tinha gaúcho” ou “a fazenda é de um paranaense”; “encontrei um baiano na rodoviária”) ou mesmo classificam os espaços de sua cidade (“bairros de gaúcho”, os mais valorizados, e “bairros de maranhense”, os de condições mais precárias, para ficarmos apenas com o exemplo de Mato Grosso), estabelecendo ou confirmando uma segregação geográfico-social que tem impressionado visitantes. Essa segregação se manifesta também nas imagens que os sulistas elaboram a respeito dos maranhenses (ou em Minas, os paranaenses acerca dos baianos) que concentram a seus olhos todos os vícios e são responsabilizados pela violência que estaria se instaurando nas cidades da região, sem que haja acusações tão contundentes na direção oposta. O trabalho de campo nessas regiões, todavia, mostra que não há coincidência perfeita entre as classificações locais e as classificações estatísticas oficiais. Assim, ser considerado gaúcho não significa ter nascido no estado do Rio Grande do Sul e muito menos ter nascido nos pampas, como nos ensinam os dicionários. Se a maioria absoluta dos que vivem na área de soja que estudamos em Mato Grosso vem do Sul do Brasil, entre estes predominam, desde os primeiros momentos da ocupação, os nascidos no estado do Paraná e há também um grande volume de nascidos em Santa Catarina. “Gaúcho”, às vezes, é intercambiável com “sulista”, mas identidades associadas a outros estados específicos, como os majoritários paranaenses, não são socialmente correntes. Referências ao estado do Paraná e aos paranaenses aparecem, vez por outra, em placas singularizando casas comerciais – “Armazém Paraná” ou “Restaurante O Paranaense” –, no entanto, o proprietário continua a ser classificado como “gaúcho”.

No Triângulo Mineiro, em áreas predominantemente sojicultoras, como Iraí de Minas, município onde primeiro se estabeleceriam colonos do sul, apoiados por programas governamentais nos anos 1970, “gaúcho” opera como termo classificatório de modo semelhante a Mato Grosso. O mesmo parece ocorrer em municípios mais ao norte, onde, associados ao cultivo da soja ou de outros produtos, migrantes do sul são assim identificados⁹. Todavia, no conjunto do Triângulo Mineiro, onde os paranaenses, como no Alto Teles Pires, são migrantes majoritários e, em especial, nas áreas cafeicultoras, “paranaense” e/ou “paulista” é o termo que designa os que vêm do Sul¹⁰. O primeiro tende a prevalecer, ainda que, especificamente na área do café; os próprios paranaenses passam a se declarar “paulistas” de origem – se dizem de famílias cafeicultoras paulistas que teriam se deslocado para o Paraná e que, mais recentemente, teriam inaugurado o cultivo do café do cerrado no Triângulo – assinalando certa “tradição” de produtores de café, que seria a sua marca.

Uma explicação concebível para essa dissociação entre identidade vinculada à origem e a natalidade efetiva seria a de se estar confundindo o local de procedência com o local de nascimento. Mas nem em termos estatísticos, nem em termos das formulações locais isso se sustenta. Mesmo que uma grande quantidade de migrantes, nos dois casos estudados, tenha provindo de estados ou municípios diferentes daqueles de origem, os censos separam, com clareza, estado e município de origem de estado e município de nascimento. E, quando se trata das representações das populações estudadas, fica claro que as pessoas, na maior parte das vezes, englobam sem problemas um paranaense ou um catarinense na categoria “gaúcho”, mesmo sabendo que ele não é nascido no Rio Grande. O que parece estar em jogo são certos atributos sociais, que, por sua vez, não são fixos, variam¹¹.

A primeira impressão que se tem é que essas classificações servem para agrupar, em dois conjuntos distintos, proprietários rurais e outros agentes sociais ligados ao mundo do agronegócio em oposição a migrantes nordestinos vinculados ao mundo do trabalho. Afinal de contas, a confirmar essa aproximação estariam as estatísticas que nos mostram que, nos dois municípios de Mato Grosso, todos os proprietários rurais são provenientes da Região Sul e que, naqueles de Minas Gerais, onde os mineiros representam a maioria deles, há um percentual expressivo de proprietários de terras do sul do país enquanto são pouquíssimos os nordestinos em tal condição. Mas essa nitidez se desfaz quando verificamos nessas mesmas estatísticas que os sulistas também são majoritários entre os empregados na agricultura, tanto entre os que têm carteira de trabalho assinada, quanto entre os que não têm contratos de trabalho formalizados, identificados, via de regra, como os trabalhadores com piores condições de vida e trabalho. Por outro lado, a observação direta das áreas evidencia uma grande diversidade no interior das categorias sociais “produtores” e “trabalhadores”. Entre os “produtores”: “empresários”¹², “agricultores”, “chacareiros”, “assentados”. Entre os trabalhadores: “braçais”, “operadores de máquinas” e o “pessoal das oficinas”,

dentro das fazendas; além da massa dos trabalhadores fixos ou temporários, que, em boa parte, escapa ao filtro das classificações estatísticas, que circulam entre os bairros periféricos das cidades e as fazendas, entre atividades agrícolas e o emprego nos silos e indústrias de beneficiamento nos núcleos urbanos. Complexificando mais ainda esse quadro, a constatação de que “assentados” e “chacareiros”, que são proprietários de lotes de terra relativamente pequenos¹³, trabalham diretamente suas terras com suas famílias, mas também “agricultores” com superfícies de terra expressivas¹⁴ não apenas gerenciam suas propriedades como também “sobem no trator”, quando não executam outros trabalhos junto com membros da família e alguns empregados. E, no outro extremo, a constatação de que os que migram do Maranhão para Mato Grosso, para trabalhar nas plantações de soja, não são os que nos lugares de origem se encontram em pior situação econômica, havendo casos de proprietários de terras com trabalhadores fixos em suas fazendas naquele estado que descem para o último, buscando, através do trabalho assalariado nas plantações de soja, recursos monetários para expandir seus negócios no estado de origem (RUMSTAIN, 2009)¹⁵

A consideração dessa complexidade leva-nos a questionar a ideia de que esse encontro de populações possa ser explicado simplesmente em torno de conexões causais lineares, como a suposição de que o agronegócio, abrindo perspectivas de lucro para uns e de emprego para outros, estaria atraindo excedentes populacionais de outras regiões. Pelo menos nas áreas que estudamos os “fluxos migratórios” não parecem ser exatamente complementares. Os próprios grandes conjuntos em que a sociedade se vê dividida não preexistem à sua convivência, ainda que algumas oposições entre as categorias que são acionadas e os atributos positivos ou negativos que a eles se associam pudessem existir previamente (como chamamos a atenção em nota sobre o estudo de Pierre Monbeig sobre São Paulo na primeira metade do século passado).

Um fato comum aos que vieram do sul do país é que esse deslocamento para Mato Grosso ou outros estados não representou uma primeira experiência. A grande maioria deles, para não dizer a quase totalidade, tinha experiência própria, à frente de suas famílias ou, no caso dos mais jovens, acompanhando a sua família de origem, de deslocamentos anteriores dentro da região sul e/ou deslocamentos ocorridos no interior do próprio estado onde hoje vivem, antes de chegar ao seu local atual de moradia. Esses deslocamentos, coletivos ou individuais, mas sempre geridos pela família, fizeram com que alguns dos atuais residentes na região estudada tenham deixado parentes mais ou menos próximos (pais, filhos, irmãos, tios, primos, etc.) nos locais de origem e também em regiões por onde passaram; estendendo-se essas redes, por vezes, a áreas mais à frente, ainda em processo de incorporação à produção agrícola “moderna”. As relações com esses parentes são atualizadas de várias maneiras, uma delas sendo as visitas no período da entressafra ou nas festas de final do ano. Esses mecanismos que funcionaram no passado continuam a ser acionados e a condicionar as decisões de mudança. A perspectiva de deslocamento parece ser tão essencial ao planejamento da

reprodução social dessas famílias quanto a existência de terra para exercer a sua atividade produtiva. Longe de ser alguma coisa que só se coloca em situações-limite, a possibilidade de deslocamento para outro lugar, onde, sendo os primeiros a chegar, possam ter acesso a uma parcela de terra ou a uma parcela maior, é avaliada cotidianamente (DESCONSI, 2009). Mesmo os que se deslocam como trabalhadores assalariados, em sua maioria, obedecem a uma estratégia familiar e têm a propriedade de uma parcela de terra, seja no mesmo local ou em locais mais distantes onde o preço da terra é menor, em seu horizonte.

Mesmo que também orientados por estratégias familiares, os deslocamentos de maranhenses para Mato Grosso e de baianos para Minas Gerais oferecem uma dinâmica distinta. Nem os municípios do Alto Teles Pires, nem aqueles do Triângulo Mineiro representam um ponto de chegada para uns e outros, nem a obtenção de terra nessas regiões, um objetivo maior. Para muitas famílias, fundamentalmente, a infraestrutura rodoviária aberta nas áreas de agronegócio é um meio de acesso ao mercado de trabalho em áreas agrícolas ou agroindustriais no centro, no sudeste e no sul do país. Essas famílias perfazem um trajeto que passa pelo trabalho temporário em diversas regiões do país, conforme a safra de diferentes produtos, retornando ao final a seus locais de origem. Assim, há maranhenses que trabalham na colheita de soja em Mato Grosso, dali seguem para a apanha de café no Triângulo Mineiro, deslocando-se posteriormente para São Paulo ou Paraná, para o corte de cana-de-açúcar ou para a colheita do algodão, retornando, ao final ao Maranhão, repetindo esse ciclo anualmente. O mesmo acontece com os baianos que trabalham, com alguma regularidade, na colheita de café em Minas Gerais, e que, uma vez acabado o ciclo agrícola desse produto, seguem roteiro similar ao dos maranhenses, antes de retornar a seus roçados no Nordeste. Tanto no caso dos “maranhenses” quanto no caso dos “baianos”, mesmo que alguns acabem se estabelecendo nos lugares para onde se deslocam em busca de trabalho, com emprego na construção civil ou no pequeno comércio, prevalece o modelo de sua casa continuar sendo no estado de origem. Assim, a perspectiva de trabalho em uma região mais próxima da família e/ou a oferta de salários mais altos pode transformar aquele longo percurso em um movimento de idas e vindas entre a área de residência e área escolhida como local de trabalho, como parece estar acontecendo hoje em Mato Grosso. Os recursos obtidos no trabalho nas fazendas de Mato Grosso não são, neste caso, utilizados para a compra de terra ou de outros bens que permita aos maranhenses estabelecerem-se nesse estado, mas são canalizados, pelo menos idealmente, para o reforço da posição de suas famílias no Maranhão, o que pode incluir compra de terra ou gado, ou simplesmente o incremento do padrão de consumo dessas famílias (RUMSTAIN, 2009).

Se pudermos falar de conflito ou de disputa entre “gaúchos” e “maranhenses” no Mato Grosso da soja ou entre “paranaenses”, “paulistas” e “baianos” no Triângulo do café do cerrado, diremos que estamos diante de uma “disputa imperfeita”. Não se trata de uma disputa entre grupos assimétricos (como efetivamente são) por um mesmo objeto. Há sim uma disputa de “território”, como assinalado na

segregação espacial, mas de territórios que as estratégias familiares de uns e outros recortam de modo diverso. As modalidades de presença são distintas. Os sulistas, nos dois casos, querem estabelecer-se, e o estão fazendo, como em seu mundo. Sintomaticamente, em Mato Grosso eles se definem como os “do lugar”, os “da terra”, e, no Triângulo do café, se essa identificação continua sendo própria aos mineiros, há exemplos de disputa dessa condição por paranaenses (SOUZA JUNIOR, 2009). Mas o mundo e o lugar dos nordestinos é outro, é onde estão suas famílias. As fazendas de soja e de café são territórios de passagem, mesmo quando essa passagem se prolonga. São dois grupos em permanente movimento (maranhenses e baianos não são mais sedentários que os sulistas) que esbarram.

Tabela 1 - Área colhida (ha) de Soja em grão - Brasil, Grandes Regiões

	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2007
Brasil	431.834	1.318.809	5.824.492	8.774.023	10.153.405	11.487.303	11.675.005	13.656.771	22.948.874	20.565.279
Centro-Oeste	804	13.693	249.880	1.130.093	2.844.222	3.810.153	4.531.856	5.530.455	10.854.209	9.014.157
Nordeste	511	16	757	1.986	72.217	376.814	571.085	847.076	1.441.161	1.452.880
Norte	-	-	-	85	39.137	30.920	24.617	71.960	514.246	454.285
Sudeste	6.349	63.731	467.197	723.156	944.156	1.119.587	1.130.655	1.135.064	1.900.077	1.360.955
Sul	424.170	1.241.369	5.106.658	6.918.703	6.253.673	6.149.829	5.416.792	6.072.216	8.239.181	8.283.002

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 2 - Área colhida (ha) de Soja em grão – Principais Estados

Estados	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2007
Mato Grosso	804	5.809	344	70.431	795.438	1.527.754	2.322.825	2.906.448	6.106.654	5.075.079
Paraná	34.306	304.211	1.631.897	2.410.800	2.196.370	2.267.638	2.206.249	2.857.968	4.154.667	4.007.323
Rio Grande do Sul	386.452	871.202	3.113.286	3.987.502	3.637.173	3.516.048	3.006.535	3.001.836	3.733.822	3.890.183
Goiás	-	7.884	55.600	245.981	695.884	972.430	1.121.511	1.491.066	2.663.380	2.168.441
Mato Grosso do Sul	-	-	193.936	806.559	1.307.640	1.256.469	1.043.689	1.099.359	2.025.155	1.718.031
Minas Gerais	262	1.579	75.781	162.389	445.603	558.387	600.655	600.054	1.118.867	884.982

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 3 - Variação da População Total: Brasil, Estados e Microrregiões - 1970-2000

Brasil, Estados, Meso e Microrregiões	População Total				Taxas Anuais Crescimento		
	1970	1980	1990	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	157.070.163	2,5%	1,9%	0,8%
Mato Grosso	598.849	1.138.918	2.027.231	2.505.245	6,6%	5,4%	2,4%
Mesorregião Norte Mato-Grossense	14.195	164.472	530.699	709.128	27,8%	11,2%	3,3%
Microrregião de Alto Teles Pires	5.692	13.441	50.839	101.937	9,0%	12,9%	8,0%
Minas Gerais	11.485.663	13.380.105	15.743.152	17.905.135	1,5%	1,5%	1,4%
Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1.095.164	1.337.305	1.595.648	1.871.237	2,0%	1,6%	1,8%
Microrregião de Uberlândia	271.741	408.844	564.691	702.074	4,2%	3,0%	2,4%

FONTE: IBGE – Censos Populacionais de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 4 - Variação da População Total: Estados, Microrregiões e Municípios – 1970-2000

Estados, Microrregiões, Municípios	População Total				Taxas Anuais Crescimento		
	1970	1980	1990	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Mato Grosso	598.849	1.138.918	2.027.231	2.505.245	6,6%	5,4%	2,4%
Microrregião de Alto Teles Pires	5.692	13.441	50.839	101.937	9,0%	12,9%	8,0%
Lucas do Rio Verde	*	*	6.693	19.316	*	*	12,5%
Sorriso	*	*	16.107	35.605	*	*	9,2%
Minas Gerais	11.485.663	13.380.105	15.743.152	17.905.135	1,5%	1,5%	1,4%
Microrregião de Uberlândia	271.741	408.844	564.691	702.074	4,2%	3,0%	2,4%
Araguari	63.368	83.519	91.283	101.974	2,8%	0,8%	1,2%
Microrregião de Patrocínio	114.239	126.293	155.905	183.869	1,0%	1,9%	1,8%
Patrocínio	35.578	44.376	60.753	73.278	2,2%	2,9%	2,1%

FONTE: IBGE – Censos Populacionais de 1970, 1980, 1991 e 2000.

(*) – O município ainda não tinha sido criado.

Tabela 5 - Origem de migrantes nos municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde/MT 1995-2000

Estado de Residência em 31/07/2000	Lucas do Rio Verde		Sorriso	
População total	19.316	100%	35.604	100%
Nascidos depois de 1995	2.168	11%	4.016	11%
Residentes no estado em 1995	13.458	70%	24.563	69%
Não residentes no estado em 1995*	3.690	19%	7.026	20%
Estado de residência anterior				
Paraná	1.148	.	1.554	
Rio Grande do Sul	728		866	
Santa Catarina	440		969	
Mato Grosso do Sul	167		768	
São Paulo	157		443	
Rondônia	105		176	
Pará	113		251	
Goiás	78		145	
Maranhão	82		208	
Outros Estados	39		306	
Ignorado	633		1.332	

FONTE: IBGE - Censo Populacional 2000

*- Inclui os que migraram antes de 1995

Tabela 6 - Origem de migrantes nos municípios de Araguari e Patrocínio/MG 1995-2000

Estado de Residência em 31/07/2000	Araguari	Patrocínio
População Total	101.974	73.278
Nascidos depois de 1995	8.089	7.165
Residentes no estado em 1995	93.885	66.113
Não residentes no estado em 1995 *		
Estado de Residência Anterior		
Goiás	1.109	281
São Paulo	863	686
Paraná	611	382
Ceará	495	37
Pará	217	6
Distrito Federal	179	178
Santa Catarina	135	20
Rio de Janeiro	106	33
Mato Grosso do Sul	103	40
Tocantins	101	18
Maranhão	77	
Mato Grosso	63	98
Pernambuco	50	14
Bahia	49	307
Rio Grande do Sul	43	42
	39	

FONTE: IBGE - Censo Populacional 2000

*- Inclui os que migraram antes de 1995

Notas

1 - O Cerrado está distribuído, principalmente, pelo Planalto Central Brasileiro, nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte de Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, abrangendo 196.776.853 ha. Há outras áreas de Cerrado, chamadas periféricas, que são transições com os biomas Amazônia, Mata Atlântica e Caatinga.

O Cerrado contém, basicamente, dois estratos: um superior, formado por árvores e arbustos dotados de raízes profundas que lhes permitem atingir o lençol freático, situado entre 15 e 20 metros; e um inferior, composto por um tapete de gramíneas de aspecto rasteiro, com raízes pouco profundas, no qual a intensidade luminosa que as atinge é alta, em relação ao espaçamento. Na época seca, este tapete rasteiro parece palha, favorecendo, sobremaneira, a propagação de incêndios.

2 - A Caatinga é uma cobertura vegetal brasileira endêmica, uma vez que as suas espécies não são encontradas em outra parte do mundo. É uma cobertura vegetal típica do clima tropical semiárido e, devido à escassez de água, as plantas que integram a Caatinga são xerófilas, espécies que se adaptam a essas condições. As cactáceas, por exemplo, possuem espinhos no lugar de folhas, para que haja uma diminuição no processo de evapotranspiração. Já as caducifólias, isto é, espécies vegetais que perdem as folhas em determinados períodos do ano, realizam esse processo para não perder água.

3 - Essas áreas foram objeto de diversas políticas públicas orientadas ao desenvolvimento de uma agricultura empresarial no cerrado brasileiro, através de diferentes programas do governo federal e estadual no início dos anos 1970 e que foram se sucedendo e substituindo ao longo da década. O POLOCENTRO, programa criado em 1975, que tinha como objetivo incentivar a ocupação racional das áreas de cerrado, em 1979 cederia lugar ao PRODECER que se impõe com vários programas subsidiários (OLIVEIRA, 1991).

4 - Nos anos 1970, o antigo estado de Mato Grosso não havia ainda sido segmentado em dois estados: Mato Grosso, correspondente ao norte do estado primitivo e, Mato Grosso do Sul, à sua parte sul, o que aconteceu em 1º de janeiro de 1979.

5 - Nos últimos dez anos tem aumentado significativamente a importância de outros produtos em outros municípios da região. Às experiências de reflorestamento já existentes, soma-se, entre outras, os cultivos de hortifrutigranjeiros, o cultivo da cana-de-açúcar, além do tradicional milho, agora cultivado em novas bases, ao lado da modernização da também tradicional pecuária.

6 - A pesquisa de que este artigo é um dos resultados é parte de projeto maior – “Sociedade e economia do agronegócio” - desenvolvido pela UFRJ e pela UFFRJ, coordenado por Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Sergio Pereira Leite, contando com a participação de 19 pesquisadores. O projeto tem suporte financeiro da Fundação Ford, do CNPq e da FAPERJ. Além de estudos etnográficos, a pesquisa comporta um estudo socioeconômico em nível macro e micro e a análise das instituições e atores políticos envolvidos.

7 - O estudo realizado cobriu exaustivamente essas regiões, mas, para efeito deste artigo, usaremos, sobretudo, dados referentes aos municípios que sediam seus principais núcleos urbanos: Sorriso e Lucas do Rio Verde para a soja, na microrregião de Alto Teles Pires, em Mato Grosso; e Patrocínio e Araguari para o café, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em Minas Gerais.

8 - Esta classificação social das pessoas de acordo com o seu local de nascimento ou origem já havia sido assinalada por Pierre Monbeig nas áreas de expansão do café no estado de São Paulo no final dos anos 1930, onde à contraposição entre “paulistas”, identificados com o cultivo do café e “mineiros”, associados à “agricultura de autossustentação” e à criação de suínos, que

antecediam o plantio de cafezais, iria somar-se aquela entre “paulistas”, tomados como tais os grandes produtores de café, e “baianos”, termo usado para designar os que trabalhavam nos cafezais, em sua maioria vindos do Nordeste (MONBEIG, 1984).

9 - A categoria “gaúcho” já foi objeto de atenção de alguns pesquisadores. Maristela Andrade (2008) para Maranhão; Rogério Haesbaert (1997) para Bahia; Christine Chaves (2003) para Minas Gerais e, antes, José Vicente Tavares dos Santos (1993) e Luis Roberto Cardoso de Oliveira (1993) para Mato Grosso.

10 - O que estamos afirmando, vale principalmente para os municípios sobre os quais estamos centrando nossa análise. Como, em termos numéricos, há variações importantes entre municípios do Triângulo, onde é notável, além da grande presença de pessoas nascidas em municípios de outras regiões de Minas Gerais, a frequência de nascidos no vizinho estado de Goiás, seria preciso refinar essa análise para podermos fazer afirmações mais genéricas.

11 - Parece importante no entendimento desse ponto (algo que não pode ser desenvolvido plenamente nos limites deste artigo) considerar que esses migrantes vêm das chamadas “áreas coloniais” do Rio Grande do Sul. Via de regra, são descendentes dos imigrantes italianos e alemães que, a partir de meados do século XIX, se instalaram naquele estado, como também em outros da Região Sul. Localmente e em certos tipos de situação não se dizem e não são vistos como “gaúchos”, mas sim “de origem”, opondo-se a “brasileiros” ou “caboclos”. Mas, sobretudo, são famílias que, antes da soja e dos cerrados, já se espalhavam pelos estados vizinhos (Santa Catarina e Paraná) sempre como colonos enfrentando a fragmentação de suas propriedades, operando sobre um território que não respeitava (e que parece continuar a não respeitar hoje, tanto lá quanto nas áreas de expansão da soja ou de outros produtos) a divisa entre estados da Federação.

12 - Eles próprios incluindo desde representantes de grupos econômicos mais amplos até os que operam com “empresas familiares”.

13 - Em assentamento na área pesquisada em MT, os assentados consideravam como pequeno produtor quem possuía uma área de 350 ha.

14 - Pensamos em ex-colonos gaúchos que ascenderam economicamente como produtores de soja em Mato Grosso, mas que se recusam a ampliar seu negócio por considerarem que as necessidades da família já estão contempladas.

15 - Não dispomos até agora de informações desse tipo para os baianos do Triângulo Mineiro, por terem as pesquisas se restringido até o momento à própria região, não tendo sido visitados os municípios de origem dos “baianos”. Mas encontramos pelo menos um caso de sucesso econômico e social de um baiano que de safrista do café e recrutador de mão-de-obra em seu estado natal para os cafezais do Triângulo tornou-se proprietário e figura de destaque em um dos municípios estudados. Cf. Souza Júnior, 2009.

Referências

- ANDRADE, Maristela de Paula. *Os Gaúchos descobrem o Brasil*. Projetos Agropecuários contra a Agricultura Camponesa. São Luiz: EDUFMA, 2008.
- BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A e FREIRE FILHO, O. L. *Geografias da Soja BR-163*. Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro: Ed. Arquímedes, 2005.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis R. *Colonização e diferenciação*: os colonos de Canarana. Dissertação de Mestrado, PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.
- CHAVES, Christine. *Festas da Política*. Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis-M).

Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

DESCONSI, Cristiano. *A Marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir da trajetória de migrantes do sul do Brasil para a microrregião de Alto Teles Pires*. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade*. A rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: Ed. UFF, 1997.

IBGE 2004 - Produção Agrícola Municipal, Censos 1970-2000. www.ibge.gov.br

IBGE - Censos Populacionais de 1970, 1980, 1991 e 2000. www.ibge.gov.br

MARTINE, George. O significado demográfico da fronteira agrícola. *Espaço e Debates*. Ano IV, nº 13, 1984.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

OLIVEIRA, Celia R. G. *A frente cafeicultora em Araguari-MG*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

RUMSTAIN, Ariana. *Peões no trecho: estratégias de deslocamento de trabalhadores no Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA JÚNIOR, Haiton Pinheiro. *O lugar do progresso: famílias, trabalho e sociabilidade em uma comunidade de produtores de café do Cerrado Mineiro*. Dissertação de Mestrado, PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos Exclusão e Luta*. Do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SAES, Maria Sylvania Macchione. O agronegócio café do Brasil no mercado internacional. *Revista FAE Business*, nº 9, setembro, 2004.

RESUMO

No Brasil, as áreas de expansão do chamado agronegócio são áreas de forte expansão demográfica. Como mostram as estatísticas, há na base desse processo fluxos migratórios de outras regiões do país. A pertinência dessas informações estatísticas pode ser constatada num contato mesmo que superficial com essas áreas, quando observamos que o “mapa” de posições sociais elaborado pelos que aí vivem remete ao local de nascimento efetivo ou suposto das pessoas ou grupos a que estão se referindo: “gaúchos” e “maranhenses”, na área de soja, em Mato Grosso; “paulistas”, “paranaenses” e “baianos”, na área de expansão do café, no Triângulo Mineiro.

Tal constatação tem levado os estudiosos a estabelecer conexões causais lineares: abrindo perspectivas de lucro ou de emprego, o agronegócio estaria atraindo excedentes populacionais de outras regiões, repetindo o que já se passara, em outros momentos históricos, noutras partes do país. Pesquisas de campo, integradas em um projeto comparativo que vimos realizando naqueles dois estados, apontam para uma realidade mais complexa. Os fluxos migratórios não são necessariamente complementares. Entender essa movimentação constante e esse cruzamento de fluxos passa, a nosso ver, por entender as estratégias de reprodução social operadas pelas famílias envolvidas nesses diferentes movimentos, evitando as classificações convencionais que separam migrações sazonais e migrações definitivas; migrações de curta distância e migrações de longa distância; etc., bem como as interpretações que, procurando estabelecer grandes elos explicativos, acabam simplesmente repetindo e consagrando, através da ideologia do “pioneirismo” ou similares, as formulações dos que controlam o chamado agronegócio.

Palavras-chave: fluxos migratórios; migrações; sociedades do agronegócio.

ABSTRACT

The expansion areas of the so called agribusiness in Brazil have strong demographic growth. In the root of this process, accordingly to the statistics, are the migration fluxes from other regions of the country. The coherence of these statistical data can be easily observed in any contact, even superficial, with these areas when we see that the social position “map” elaborated for those who live there refers to the actual birth place or supposed by the people or groups to which they are referring: “gauchos” (from Southern Brazil, more specifically from the state of Rio Grande do Sul) and “maranhenses” (from the state of Maranhão) in the soybean area of Mato Grosso; “paulistas” (from the state of São Paulo), “paranaenses” (from the state of Paraná) and “baianos” (from Bahia) in the expansion area of coffee in the Triângulo Mineiro.

This conclusion has led researchers to establish linear causal connections: opening profit and job perspectives, the agribusiness would attract population excess from other regions, repeating what had already happened in other historical moments and other parts of the country. The performed fieldwork, integrated in a comparative Project, in those two states including the soy region of Mato Grosso and the coffee region of the Triângulo Mineiro-Alto Paranaíba in Minas Gerais, indicates a more complex reality. The migratory fluxes are not necessarily complementary. To understand this constant movement and crossing of various streams goes through, in our mind, understanding the strategies of social reproduction practiced by the involved families in these various movements, avoiding conventional classifications, which separate seasonal and definitive migrations, short- and long-distance migrations, and so on, as well as interpretations that, searching to establish wide explanatory links, simply end up by repeating and consecrating, through the ideology of “pioneerism” or similar, the formulae of by those who control the so-called agribusiness.

Keywords: migratory fluxes; migrations; agribusiness society.

Presença cultural francesa no Brasil

*Marcio Rodrigues Pereira**

Raízes históricas

A presença da cultura francesa no Brasil se desenvolve no século XIX. Antes, existem apenas vestígios de uma França que, por algumas vezes, tenta ocupar a colônia portuguesa do Novo Mundo, ou ao menos parte dela - como na tentativa, em meados do século XVI, de criação da França Antártica, onde a *posteriori* é fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; antes batizada pelos franceses como Henriville.

Esse primeiro infortúnio dos franceses não os impede de continuar insistindo. Em 1590, eles buscam se estabelecer em Viçosa, no Ceará. Entre 1612 e 1615, fundam a França Equinocial, a partir da cidade que nomeiam de Saint Louis, futura São Luís do Maranhão. São novamente expulsos pelos portugueses, restando-lhes, por fim, no continente sul-americano, a Guiana Francesa.

Como se observa, as frustradas tentativas dos colonizadores franceses nos privou de desenvolvermos uma cultura diretamente entrelaçada à deles. Como o fluxo migratório francês em direção ao Brasil sempre fora irrelevante e as relações comerciais entre os dois países pouco importantes (apesar de não negligenciáveis), podemos afirmar que as razões da influência preponderante – em relação às demais culturas europeias, exceto, evidentemente, a portuguesa – da cultura francesa sobre a elite brasileira não podem ser explicadas nem pela migração, nem pela relação comercial (ROLLAND, 2000b).

* Marcio Rodrigues Pereira / Mestrado (DEA) em História Contemporânea, Université Paris 4-Sorbonne; doutorado em História Contemporânea, Université de Strasbourg 3. Ex-professor na Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

PS: Todas as citações foram traduzidas por mim.

Mas, tal preponderância também não pode ser explicada por nenhuma crença ou retórica que possa vir a justificar a ideia de que a cultura francesa represente alguma espécie de particularismo superior às demais culturas europeias, também presentes na América Latina no século XIX. Por outro lado, devemos nos deter ao fato de que a influência preponderante da cultura da França sobre a elite brasileira está diretamente ligada à dinâmica do capitalismo, ou seja, à mobilização do capital e do comércio no espaço geográfico e temporal (BRAUDEL, 1987).

A França, como outros impérios europeus do século XIX, disputava terras e comércio; em resumo, riqueza e poder no continente americano. A partir do último decênio do século XVIII, todo o continente latino-americano passa a viver uma forte ebulição, que conduz à independência e à consequente criação dos novos Estados nacionais na região. Para a França, como grande potência imperial, a independência das colônias espanholas e portuguesa significa antes de tudo um ganho (sem falar da América do Norte, onde os franceses lutam, entre 1776 e 1883, ao lado dos americanos pela independência, contrariando, assim, os interesses da sua maior concorrente, a Inglaterra). Certamente, esses novos Estados, livres do constrangimento do sistema colonial, e particularmente do monopólio metropolitano, podem passar a comercializar diretamente com a França; ao menos em teoria, já que na América Latina, economicamente falando, o império inglês torna-se o principal favorecido.

No que concerne aos aspectos políticos e ideológicos, a procura de paradigmas passíveis de alimentar as lutas de independência leva os chefes libertadores da América Latina a se inspirarem na filosofia Iluminista, na Revolução Francesa e na guerra de independência dos Estados Unidos; ou seja, boa parte do que, nesse período, fustiga a consciência pela independência e luta pela liberdade relaciona-se direta e indiretamente à França e à sua cultura, particularmente literária. Além disso, podemos ainda acrescentar a invasão napoleônica sobre a Península Ibérica, no primeiro decênio do século XIX, como uma ação que enfraquece consideravelmente as coroas portuguesa e espanhola e acaba, indiretamente, por reforçar as lutas pela independência na América Latina - lutas dirigidas, cabe novamente enfatizar, contra os impérios atacados pelas armas francesas na Península Ibérica.

Assim sendo, a influência preponderante da cultura francesa na consciência das elites do Brasil e da América Latina em geral explica-se a partir da constatação de um contexto histórico-social favorável à França: enquanto a França participa direta e/ou indiretamente nas lutas pela independência na América Latina, a Inglaterra, noutro fronte, luta desde 1776 para conservar suas colônias na América do Norte, e, se nos limitarmos somente ao Brasil, também protege a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808.

Consequentemente, dentre os impérios que disputam o continente americano, somente a França poderia despertar simpatia e admiração. Ao contrário, Inglaterra, Espanha e Portugal, por razões evidentes, são percebidos como inimigos da liberdade e da independência.

No Brasil pós-independência, ficou gravada na consciência da elite a imagem da França como «farol» da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, da filosofia Iluminista, que apesar de por vezes coagir ideologicamente a monarquia e mesmo a Primeira República, continua sendo a principal matriz ideológica na formação dos republicanos, sem falar, curiosamente, nos monarquistas – uma vez que republicanos e monarquistas aos quais faço alusão confundem-se em uma mesma elite econômica e política.

Essa matriz ideológica ligada à cultura francesa alimenta os espíritos de boa parte da *intelligentsia* brasileira, assim como a historiografia que contribuiu para o mito da «grande França», e sua «grande cultura». Enquanto consequência lógica, tal imagem positiva incita a elite brasileira a convidar intelectuais e artistas franceses a contribuir para a criação de várias instituições no país; sendo que, mais tarde, já no século XX, intelectuais e artistas franceses passam a ser subvencionados e instrumentalizados pelo Estado francês, através da sua política cultural exterior, e, com isso, começam a participar amplamente das pesquisas destinadas a compreender e descrever o Brasil e sua cultura, sendo, então, integrados à *intelligentsia* que pensa o Brasil. Consequentemente, boa parte dos intelectuais brasileiros passa a ver o Brasil a partir de uma ótica parcialmente francesa, colaborando, portanto, para o *status quo* da preponderância cultural da França no país, ao menos até a década de 1960.

A França agrada a todos os matizes ideológicos

Falta explicar o porquê da preponderância da cultura francesa, entre os mais diversos matizes ideológicos que compõem a elite brasileira do século XIX.

Como nos ensina Norbert Elias, o conceito de «civilidade» se aprimora na nobreza de corte francesa, desde o século XVII. Ele se caracteriza pelas «*convenções de estilo, pela educação da sensibilidade, pela importância atribuída à cortesia, pelo belo linguajar e pela arte da conversação*» (ELIAS, 1973, p. 63) ; ou seja, pelos aspectos humanos superficiais, que exatamente por serem superficiais, são mais fáceis de ser adotados e percebidos.

No decorrer do século XVIII, à medida que parte da burguesia francesa enriquece, a nobreza de corte passa a assimilá-la, ocorrendo, nesse processo, uma espécie de simbiose, particularmente francesa, entre a nobreza de corte e a alta burguesia, que faz com que esta última adquira os hábitos da «civilidade». Sendo a França um país bastante centralizado, desde o século XVII, Paris passará a reunir a riqueza e a *intelligentsia* intelectual e artística oriundas tanto da aristocracia quanto da burguesia nacional, bem como a atrair as demais nobrezas de corte e *intelligentsias* europeias.

Como o pensamento e os hábitos de «civilidade» da corte francesa são desvinculados grosso modo da realidade social nos espaços geográficos (inclusive, do próprio território francês), em função de sua superficialidade, já que são centrados nos aspectos humanos externos, eles puderam ser adotados pelas

mais diversas nobrezas de corte da Europa, inclusive a de Lisboa – assim sendo, a transferência da corte lisboeta para o Rio de Janeiro em 1808 é também a transferência e afirmação do conceito de «civilidade» *à la française*.

Portanto, independentemente das divergências ideológicas no interior da elite brasileira, os elementos culturais oriundos da França, principalmente aqueles a reboque de hábitos comportamentais superficiais, ligados à ideia de «civilidade», podem agradar revolucionários em luta pela independência (final do século XVIII e início do XIX), monarquistas e mesmo membros expulsos da corte de Portugal pelas tropas francesas (!), republicanos (que ascendem ao poder em 1889), sejam escravagistas ou não.

Momentos relevantes da presença cultural da França no Brasil do século XIX

Vemos que, desde o fim do século XVIII, os elementos culturais originários da França (maneira de se comportar, filosofia, literatura, artes, etc.) reúnem as vantagens necessárias para serem os preferidos pela elite brasileira. Os iluministas inspiram a Inconfidência Mineira, em 1789. Em 1816, por desejo de Dom João VI, a influência francesa se faz através das artes, da arquitetura, da engenharia e das técnicas de manufaturas com a chegada dos dezesseis membros da missão francesa, encarregados de inaugurar no Brasil a sistematização do ensino das artes e das técnicas de manufaturas, com a inauguração em 1826 da Academia Imperial de Belas Artes. A partir do Segundo Reinado, em meados do século XIX, a relação brasileira com a cultura francesa torna-se ainda mais estreita. Nessa época, a elite brasileira já adquirira o hábito de viajar para a França, buscando ter a sua formação embasada na cultura do país. Durante o reinado de Dom Pedro II, desenvolve-se a tradição – iniciada por Dom João VI - de convidar franceses ilustres para dirigir a criação de instituições de ensino no Brasil, como é o caso do cientista Emmanuel Lias, que assume a direção do Observatório Nacional, e também de Garceix, que é um dos fundadores da Escola de Minas de Ouro Preto, sem contar que o Ministério da Educação nacional impõe o idioma francês como segunda língua no Brasil, «*pelo número de ilustres professores e pela norma de serem adotados, nos estudos, os livros vindos da França, vendidos nas grandes livrarias do Rio e São Paulo*» (TAVARES, 1979, p. 229).

A filosofia positivista, apreciada no Brasil desde os anos de 1840, desenvolve-se no decorrer da década de 1870, e tem grande influência sobre os republicanos brasileiros. Por isso, é o pensamento de um francês que sela não somente a nossa primeira Constituição republicana, mas também a divisa da bandeira nacional, com *Ordem e Progresso* (ideia expressa por Augusto Comte, em 1848, em Paris, na circular que divulga a criação da *Société Positiviste* (ROBINET, 1864, p. 439).

Durante o último terço do século XIX e início do século XX, a influência cultural francesa é tanta que por vezes se manifesta de maneira um pouco caricata. A Academia Brasileira de Letras, criada em 1897, além de instalada no *Petit*

Trianon carioca, em 1923 (prédio construído pelos franceses em homenagem ao centenário da Independência do Brasil, e réplica do *Petit Trianon*, de Versailles), reproduz quase que identicamente, desde a sua fundação, várias características da Academia Francesa: o número de cadeiras (40), o sistema de eleição, os chás que precedem as sessões, a indumentária (igual ao *habit vert* francês, etc.). Tais exageros despertam a atenção até mesmo de estrangeiros, como é o caso do escritor austríaco Stefan Zweig, exilado no Brasil durante a Segunda Guerra, e que diz que «*tudo o que é francês age como um estimulante sobre os parlamentares brasileiros [...] e a cópia de tudo o que é francês vai tão longe que dois políticos brasileiros tomaram ridiculamente os nomes de Lafayette e Benjamin Constant*» (ZWEIG, 1992, p. 92).

Política cultural internacional francesa

No século XIX, em decorrência do crescimento industrial e o consequente aumento da concorrência pela expansão comercial entre as nações, desenvolvem-se os nacionalismos europeus. Essa disputa é a principal responsável pelo surgimento de uma nova modalidade nas relações internacionais no início do século XX, pois é em seu bojo que nasce a política cultural internacional, uma espécie de quarta dimensão nas relações internacionais - sendo as outras três: a comercial, a militar e a política -, cujas funções primordiais são as de criar, ou desenvolver, no estrangeiro, a admiração pela cultura do país que a pratica, e, desse modo, incentivar a demanda por seus produtos, além de simpatias políticas em caso de necessidade.

A diferença essencial entre os conceitos de «ação cultural internacional» e «política cultural internacional» reside no fato de que a primeira ocorre de forma espontânea entre os povos e/ou como fruto de iniciativas privadas, enquanto a segunda é um apanágio do Estado. A referida distinção entre esses dois conceitos nos ajuda a melhor compreender a presença cultural francesa no Brasil; tanto é que podemos afirmar que até o começo do século XX ela se manifesta espontaneamente, mas, a partir dessa época, o Estado torna-se paulatinamente o principal tutor dos elementos culturais franceses exportados para o Brasil.

A França é geralmente vista como país pioneiro na política cultural internacional. Costuma-se definir a Aliança Francesa como embrião e marco histórico desse gênero de política, mesmo tratando-se de uma instituição privada. Fundada em Paris em 1883 por um grupo de intelectuais, religiosos e políticos de alto escalão, essa associação foi reconhecida como de utilidade pública pelo Estado, em 1886. Em seu primeiro estatuto, de março de 1884, consta que a «*Associação nacional [serve] à propagação da língua francesa nas colônias e no estrangeiro*», e que, para esse fim, ela deve «*fundar e subvencionar escolas francesas, ou introduzir cursos de francês no interior das escolas*» (BRUEZIERE, 1983, p. 11).

Com o fim da Primeira Guerra e a consequente perda de hegemonia dos impérios francês e britânico, em função do surgimento dos EUA como principal

potência política mundial, a França percebe a necessidade de fortalecer a sua presença cultural no estrangeiro, e assim, cria em 1920, junto ao seu *Ministère des Affaires Etrangères* (Ministério das Relações Exteriores), o *Service des Œuvres Françaises à l'Étranger* – SOFE (Serviço das Obras Francesas no Exterior).

No interior do SOFE, o Estado conta com uma verdadeira «tropa» de intelectuais, que têm como tarefa divulgar mundo afora as ciências, as letras, as filosofias e as artes do país, com o fim de criar demandas por produtos desenvolvidos pela indústria, pelas ciências e pela cultura francesa em geral.

Política cultural francesa no Brasil

O SOFE trabalha com especialistas nas diversas partes do mundo, e o grupo que deve definir e dirigir a política cultural a ser implantada na América Latina reúne personalidades, como George Dumas, Paul Rivet, Ernest Martinenche, etc. A ideia é a de criar relações de amizade com as elites da região, e a partir daí desenvolver os seus interesses. Por isso, a ênfase deve ser dada na formação das elites, desde a educação básica até a universidade; portanto, nos cursos de língua francesa e nos cursos universitários.

É a partir dessa matriz teórica, que George Dumas desenvolve as bases da política cultural francesa no Brasil. De 1920 a 1938, ele efetua 17 missões na América Latina, onde cria várias instituições, cabendo mencionar aqui somente as criadas no Brasil: em 1922, é fundado no Rio de Janeiro o Instituto de Alta Cultura Franco-Brasileiro; em 1923, a Sociedade dos Liceus Franco-Brasileiros (Liceu de São Paulo; sendo que o do Rio de Janeiro existe desde 1915); a partir de 1934, é organizada a primeira das cinco missões destinadas à fundação da Universidade de São Paulo, e, posteriormente, três missões para a Universidade do Distrito Federal, e, em seguida, duas missões para a Universidade do Brasil, e, finalmente, duas missões para a Universidade de Porto Alegre (SUPPO, 1998, p.130).

Comparativamente a outros países, a política cultural francesa aplicada no Brasil se desenvolve com relativa facilidade, pois diferentemente das outras nações, a França encontra aqui um secular «solo fértil». Mesmo que exista consenso entre os especialistas quanto à constatação do declínio da preponderância cultural francesa no país, desde o início do século XX, o fato é que os primeiros cinquenta anos da República brasileira são marcados por acontecimentos que continuam a testemunhar a relevante frequência da cultura francesa. Mencionamos aqui somente alguns dos mais significativos:

Pouco antes da República, em 1885, é criada a primeira Aliança Francesa no Brasil, no Rio de Janeiro; a fundação de Belo Horizonte em 1894 é resultado de um projeto ligado diretamente ao conceito de urbanismo francês; e as grandes reformas urbanas realizadas por Pereira Passos, no Rio de Janeiro, no primeiro decênio do século XX, preconizam traços similares aos criados pelo Barão Haussmann, em Paris, no final do século XIX.

No domínio militar, o presidente Epitácio Pessoa, através de seu ministro da Guerra, projeta modernizar a organização das Forças Armadas, construindo casernas e criando escolas e serviços, em conformidade com o modelo francês. Para tanto, ele contrata uma missão militar francesa, a partir da qual «*estabeleceu-se uma orientação doutrinária de base nas Forças Armadas Brasileiras*» (TAVARES, 1979, p. 270), e foram criadas várias escolas-modelo: a Escola do Estado-Maior, a de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Aviação do Campo dos Afonços, no Rio de Janeiro – tendo sido esta última realizada pelos próprios oficiais da missão francesa.

No domínio das artes, a influência francesa é relevante nesse período. O Movimento Modernista brasileiro, além das características nacionais, está diretamente ligado aos modernistas europeus, principalmente franceses, e à ebulição que ocorre na Paris da *Belle époque* e dos *Années folles*, em particular no que concerne à estética e às ideias que a guiam: valorização de «primitivismos», bem como da ingenuidade, pureza e infantilidade, e também do inconsciente.

Segunda Guerra: duas França, duas imagens

A partir da década de 1940, acentuam-se as mudanças no olhar do Brasil sobre a Europa e sobre si mesmo. Em decorrência das duas Grandes Guerras, ao mesmo tempo em que se constata a decadência dos velhos impérios, desenvolve-se o orgulho nacional brasileiro.

Em 1939, o embaixador francês no Rio de Janeiro é pessimista quanto às comemorações dos 150 anos da Revolução Francesa no Brasil. Em carta enviada ao seu governo, ele esclarece que «*existem poucas chances de que a sugestão [da França] de associar o governo [brasileiro às comemorações] encontre no Brasil uma boa acolhida na imprensa por três razões: o caráter resolutamente conservador e anti-liberal do Estado Novo, suas tendências nacionalistas e a posição de princípio que o governo brasileiro tem contra toda ideologia de origem estrangeira*» (Citado por ROLLAND, 2000b, p. 315).

Realpolitik brasileira à parte, a ambígua imagem da França no Brasil, a partir do Armistício de 1940, é assimétrica; afinal, sua imagem tradicional, a secular, é a que fica selada na história das mentalidades. Portanto, durante longo período histórico, é ela que permanece, após a Segunda Guerra. Já a aliança franco-nazista está fadada à história política, portanto à de curta duração, pois os brasileiros sempre tiveram uma imagem idealizada da França, que, no início, acontecia de maneira espontânea, mas, a partir dos anos de 1920, é trabalhada pela política cultural francesa; para os brasileiros dos anos quarenta, Vichy representa um hiato na história da França no país.

No Brasil, ao menos até a ruptura com o Eixo, em 1942, a política cultural francesa é dirigida pela embaixada vichysta no Rio de Janeiro; o que mesmo assim não impede que se difunda, fora dos meios diplomáticos oficiais, a imagem da França resistente, a partir de Londres – uma situação assaz complexa, visto que

a priori antagônicas, elas apresentam, em muitos momentos, a convergência de suas prioridades: um bom exemplo, neste sentido, é a defesa e o esforço em salvaguardar a imagem positiva do «gênio» francês, no domínio das artes e do pensamento - o que interessa evidentemente a vichystas e resistentes. A turnê teatral dirigida por Louis Jouvet (ator e diretor de teatro francês, dentre os mais reputados na época), no Rio de Janeiro, em 1941, é subvencionada pelo governo de Vichy, e se beneficia do apoio dos representantes da Resistência francesa no Brasil. Quanto ao referido diretor, cabe dizer que em suas numerosas conferências e entrevistas dadas no Brasil, ele jamais assumiu ser representante do governo de Vichy, ou simpatizante da Resistência, definindo-se, isso sim, como um porta-voz da arte teatral francesa (ROLLAND, 2000a).

Já no que se refere ao tabuleiro do jogo geopolítico internacional do pós-guerra, a importância econômica, bélica e política da França se reduz, e como a ela se atrelava sua relevância cultural, pode-se dizer que a preponderância da cultura francesa no Brasil passa a periclitar. Por outro lado, a sua relativa debilidade, nesses três níveis das relações internacionais, pode ser atenuada pela sua tradicional brilhante reputação cultural. Consciente desse fato, mais do que jamais em sua história, o Estado francês dispenderá um grande esforço em sua política cultural internacional.

Presença cultural francesa no Brasil a partir de 1945*

Ao contrário do que ocorreu com a França, a América Latina e, particularmente, o Brasil ganharam peso político com o fim da Segunda Guerra. Rapidamente os franceses constataram essa nova realidade, como nos mostra um trecho do plano – ultra secreto – da sua política cultural definida para a região, em 1947 : «*Desde 1939, o Brasil [...] tem nitidamente se industrializado. Os recursos minerais, sobretudo em ferro, prometem ao Brasil um futuro industrial de primeiro plano [...] Todos (os países da América Latina) são representados na ONU, onde contam 20 votos sobre 51. Sem exagero, podemos dizer que nenhuma decisão importante pode ser tomada na Assembléia da ONU sem o acordo da América Latina. [...] Fazer desse continente, além de um grande lar da língua francesa, um centro de irradiação de nossas artes, ciências e idéias [...] seria dar à nossa cultura no mundo uma possibilidade de expansão infinitamente maior.*

A decisão de adotar nas grandes conferências a língua francesa como língua de trabalho, em pé de igualdade com o inglês, e também de instalar em Paris a organização intelectual mundial (UNESCO), não seria possível sem o apoio das Repúblicas latino-americanas. Mesmo ao olhar das grandes potências, sobretudo os EUA, nossa posição pode ser infinitamente reforçada, se nós dispusermos de uma influência cultural sólida nessas Repúblicas» («Plan d'action pour l'Amérique Latine » (très confidentiel). Paris : DGRC, MAE, AMAE, 1947).

*Todas as citações a seguir referidas foram retiradas de minhas dissertações de mestrado e doutorado.

A nova política cultural francesa para a América Latina começa a ser elaborada em 1945, a partir do relatório feito pela missão dirigida por Pasteur Vallery Radot e Raymond Ronze. Essa missão tem como função «*avaliar a situação da imagem da França e suas instituições nos países latinos da América*». Ela conclui que «*a acolhida calorosa que a missão recebeu, s'explica pela afeição das nações latino-americanas pela França e pelo desejo que elas têm em lutar contra a expansão intelectual dos EUA*». (*Rapport de la Mission en Amérique Latine*. Paris: DGRC, MAE, AMAE, 01/07/1945).

Já em 1945, imediatamente após a Liberação, a França envia ao Brasil o seu primeiro *attaché* cultural (responsável junto à embaixada pela incrementação e organização dos acontecimentos culturais). No ano seguinte, ela organiza uma mega exposição no Rio de Janeiro para mostrar o que é a «*Nova França*», nos espaços do Museu de Belas Artes, do eminente prédio do Ministério da Educação (atual edifício Gustavo Capanema), e do Cassino de Copacabana. São expostos pinturas, esculturas, artes decorativas (cerâmicas, bijuterias, mobílias...), discos, livros e filmes; além de produtos, como vinhos, champanhe, perfumes, alta-costura, etc. Também foram planejados grandes concertos para Cassinos ou *Music Hall*, e, para fechar com chave de ouro, uma turnê da Comédia Francesa. (Carta do Embaixador d'Astier ao MAE. Rio, 30/03/1945. Service des Œuvres, MAE, AMAE).

Expansão geográfica da política cultural francesa no Brasil

Após a Segunda Guerra, acentuam-se as lutas por independência nas colônias da França, e como a Guiana Francesa tem fronteira com o Brasil (aliás, o Brasil é o país que tem a maior fronteira terrestre com a França: 730 km), o Estado francês, através da sua política cultural, aumenta a subvenção na região norte do Brasil. O Colégio Notre Dame de Nazaré, em Belém do Pará, dirigido por uma congregação religiosa francesa, transforma-se em pequeno centro estratégico, onde os padres e missionários são aconselhados a inculcar nos estudantes uma consciência de grande admiração pela França metropolitana, ao mesmo tempo em que devem impedir que se desenvolva qualquer espécie de simpatia por movimentos separatistas que, por ventura, venham a ocorrer na vizinha Guiana Francesa (Nota interna da DGRC, MAE. Paris, 22/09/1948. AMAE). No outro extremo do país, a França também aumenta a sua atuação cultural, pois é no sul do Brasil que se concentram as colônias italiana e alemã; sem contar o fato de que a despeito do declínio que se seguiu à derrota na Segunda Guerra, a Alemanha sempre representara, durante a industrialização brasileira, um dos nossos principais parceiros comerciais.

Por outro lado, como o projeto elaborado para política cultural francesa possui como condição *sine qua non* para o seu êxito – a expansão da língua de Molière no país –, a educação recebe atenção particular. Assim, a França passa a ajudar financeiramente, e de modo sistemático, os colégios dirigidos por congregações religiosas de origem francesa (em 1946, existem 23 dessas congregações atuando

por todo o Brasil). Além disso, como a cultura norte-americana, que atinge mais diretamente as massas, tornara-se, desde então, a principal concorrente da cultura francesa no Brasil, os franceses passam a se empenhar na criação de filiais da Aliança Francesa em todas as cidades importantes do país: em relatório interno do *Ministère des Affaires Étrangères*, de 1945, define-se que a Aliança Francesa no Brasil deve servir «*como um grande centro de estudos, um lar de irradiação do pensamento francês, onde os futuros professores de língua devem estudar a história da arte francesa, das ciências, da geografia, etc.*». Já no que se refere à difusão de revistas e livros franceses, o Ministério é taxativo (ao menos por um período): «*Não se deve traduzi-los. Que os brasileiros se habituem novamente a ler em francês* (em contraposição ao avanço da língua inglesa), *que eles compreendam que, sabendo francês, todos os tesouros do espírito lhes são abertos*» (Carta da embaixada francesa no Rio à DGRC, MAE, 1945 (data ilegível). AMAE).

Essas informações contêm as razões pelas quais cresceu enormemente o esforço da política cultural francesa no Brasil, a partir de 1944. Se até esta data existem somente as unidades da Aliança Francesa do Rio, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre (essas duas últimas criadas no final dos anos trinta, inclusive para se contrapor às línguas italiana e alemã), já no ano seguinte são criadas as de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Fortaleza e Santos; e, posteriormente, as de Recife, Salvador, Belém, Natal, Florianópolis e Pelotas. Assim, em 1983, contam-se 31 Alianças no Brasil; algumas delas com várias filiais, como as do Rio de Janeiro com 6, e as de São Paulo com 8, contabilizando, à época, 34 mil estudantes em todo o Brasil.

A França também implanta dois importantes centros culturais, que fazem bastante sucesso entre as classes média e alta: no Rio de Janeiro, é criada a Maison de France, que tem o seu teatro inaugurado em 1956; e, em São Paulo, o Centro Cultural da Aliança Francesa abre as portas do seu teatro em 1963. Como o teatro francês sempre tivera excelente acolhida no Brasil (ao menos até os anos 1960), a França passa a enviar a cada dois anos, a partir de 1945, renomadas trupes teatrais em turnê por todo o país; sendo que entre 1960 e 1970, essas turnês tornam-se anuais. Além disso, desde a segunda metade dos anos 1950 e até os anos 1970, o Estado francês sustenta financeiramente dois grupos teatrais franco-brasileiros: *Les Comédiens de l'Orangerie*, instalados no Rio, e *Les Strapontins*, em São Paulo; ambos com sucesso de público e crítica durante os anos 1970.

É também importante lembrar que esses dois centros culturais, assim como as Alianças Francesas das outras capitais, possuem bibliotecas, discotecas, videotecas e salas de exibições de filmes, por meio das quais a França propagandeia a sua cultura literária, musical e cinematográfica.

Sempre com o intuito de incrementar a sua presença no meio acadêmico brasileiro, para através da elite intelectual e científica, canalizar aos outros grupos da sociedade a sua cultura, os franceses do pós-Guerra aumentam o número de bolsas de estudos para estudantes e pesquisadores brasileiros na França, empenhando-se em assegurar, para intelectuais e cientistas de seu país, postos de

professores e pesquisadores nos centros de pesquisas e universidades brasileiras. Para esses mesmos fins, são assinados dois importantes acordos entre Brasil e França: o *Acordo Cultural Franco-Brasileiro*, em 1948, e em 1967, o *Acordo de Cooperação técnica e científica entre a República Francesa e os Estados Unidos do Brasil*. Cabe ainda lembrar a criação, em meados dos anos 1970, da Escola Francesa de Brasília, hoje Liceu François Mitterrand.

Algumas considerações finais

O mais importante a reter é o fato de que a presença cultural francesa no Brasil se desenvolve a partir do final do século XVIII, e avança de maneira espontânea até o início do século XX, sendo que principalmente a partir dos anos de 1920, o Estado francês passa a instrumentalizar a cultura do seu povo no Brasil.

O curioso nesse longo processo é constatar que a relevância da cultura francesa no Brasil diminui, principalmente a partir dos anos de 1960, na mesma medida em que o Estado francês passa a utilizá-la como instrumento da sua política internacional. Contudo, que fique claro que essa diminuição não tem nenhuma relação com a intervenção do Estado; aliás, não fosse por ele, a presença cultural francesa no Brasil provavelmente seria menor do que é hoje.

Siglas: AMAE: Archives du Ministère des Affaires Étrangères / DGRC: Direction Générale des Relations Culturelles / MAE: Ministère des Affaires Étrangères / SOFE: Service des Œuvres Françaises à l'Étranger.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987.
- BRUEZIERE, M. *L'Alliance Française, histoire d'une institution*. Paris: Hachette, 1983.
- EDWALDO, Cafezeiro e GADELHA, Carmem. *História do teatro brasileiro: Um percurso de Anchieta a Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: ADUERJ, UFRJ, FUNART, 1996.
- ELIAS, Norbert. *La civilisation des mœurs*. Paris: Hachette, 1973.
- IGLÉSIA, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- RODRIGUES PEREIRA, Marcio. *Histoire du théâtre français au Brésil, de 1945 à 1970*. DEA (dissertação de mestrado), Paris 4-Sorbonne, dir. Luiz Felipe de Alencastro, 2001.
- RODRIGUES PEREIRA, Marcio. *La politique culturelle française au Brésil de 1945 à 1970: Un défi au recul de l'influence culturelle de la France*. Doutorado (em andamento), Université de Strasbourg 3, orientação de Denis Rolland.
- INET, Jean François E. *Notice sur l'œuvre et la vie d'Auguste Comte*. Paris: Lib. Richelieu, 1864.
- ROLLAND, Denis. *Louis Jouvet et le Théâtre de l'Athénée*. Promeneur de rêves en guerre de la France au Brésil. Paris: L'Harmattan, 2000a.
- ROLLAND, Denis. *La crise du modèle français*. Marianne et l'Amérique Latine. Culture, politique et identité. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2000b.
- SUPPO, Hugo Rogélio. Le Brésil pour la France... In: ROLLAND, Denis (org.). *Le Brésil et le Monde*. Pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes. Paris: L'Harmattan, 1998.
- TAVARES, Lyra. *Brasil-França. Ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1979.
- ZWEIG, Stefan. *Brésil, terre d'avenir*. Paris: Éditions de l'Aube, 1992.

RESUMO

A presença cultural francesa no Brasil se desenvolve no decorrer do século XIX e se estende, como cultura estrangeira preponderante na consciência da elite brasileira, até os anos de 1960, quando é suplantada pela avassaladora presença da cultura norte-americana e, antes disso, pelo nacionalismo brasileiro. Até o início do século XX, sua influência sobre a elite brasileira se faz de maneira espontânea, como consequência da dinâmica do capitalismo. Porém, desde os anos de 1920, ela se faz, em boa parte, em função da política cultural internacional do Estado francês.

Palavras-chave: Brasil; França; cultura.

ABSTRACT

The French cultural presence in Brazil develops during the XIXth century and extends, as dominating foreign culture in the consciousness of the Brazilian elite, until the years of 1960, when is supplanted by the strong North American cultural presence and before that for the Brazilian nationalism. Till the beginning of the XXth century, its influence on the Brazilian elite took place in a spontaneous way, as consequence of capitalism's dynamics. However, since twenties, it occurs, mainly due the French State's international cultural policy.

Keywords: Brazil; French; cultural.

FRANCESES NO BRASIL

Séculos XIX – XX

Laurent Vidal e Tânia Regina de Luca (orgs.)
São Paulo: Ed. UNESP, 2009, 487p.

Os grandes eventos podem criar o ensejo para despertar a atenção para temas em princípio pouco conhecidos, como a existência de imigrantes franceses no Brasil. De fato, não é de se estranhar que alguém pergunte: houve uma imigração francesa para o Brasil? Para abordar essa questão, é mais do que oportuna a iniciativa da UNESP, por ocasião das celebrações do “Ano da França no Brasil”, ao lançar um livro que pretende apresentar um amplo painel dos estudos históricos sobre a presença de franceses no Brasil ao longo do século XIX e início do XX. Ao lado deste marco comemorativo, que pretende realçar a importância da colaboração de imigrantes de origem francesa, como grupos ou individualmente, na construção da nação brasileira, o que se pretende é a exposição de diferentes estudos que se realizaram, ou estão em andamento, ou ainda que sugerem pistas novas de desenvolvimento, sobre os franceses no Brasil. O seu intuito inicial é mostrar que, para além da influência política e cultural marcante da França sobre a jovem nação brasileira, a presença real de imigrantes franceses, seja lá qual for a forma com que se pode defini-los, teve um peso fundamental no intercâmbio entre os dois países.

Considerando esse quadro, este livro, como uma coletânea de artigos, nos dá como primeira impressão uma imagem de um todo desigual, em que alguns trabalhos surgem como bem acabados, enquanto outros passam a sensação de que estão ainda avançando no andamento da pesquisa. Por outro lado, o todo do projeto inicialmente também parece um pouco improvisado, pois não se consegue facilmente identificar o que pode definir o que seria esta imigração francesa para o Brasil. A sensação de fragmentação, se de um lado pode vir justamente desse contexto de publicação e do fato de ser uma reunião de artigos de origens e motivações diferenciadas, por outro parece revelar o estado da arte nesse campo de estudos e o que realmente foi, historicamente, esse contato entre as duas nações, inclusive através da presença de cidadãos franceses no território brasileiro. Os organizadores da obra, no prefácio, parecem querer dar conta desses limites, salientando o objetivo principal que se busca alcançar: “A

proposta deste livro coletivo é justamente incentivar a formação de um campo de estudos sobre a presença dos imigrantes franceses no Brasil, tarefa que demanda a união de esforços de especialistas dos dois países”. (p.17)

Nesse sentido, tendo em conta esses limites, um dos grandes méritos da publicação, como várias vezes é explicitado ao longo dos textos, é apontar para novas possibilidades de pesquisa ou sugerir novos enfoques para a compreensão da formação histórica brasileira. Acrescentaríamos também, do ponto de vista dos estudos sobre as migrações, que ela abre novas perspectivas para o estudo da história das migrações para o nosso país. A própria maneira como os textos foram distribuídos pelo volume já indica uma forma de classificação desses temas de estudo, embora talvez não seja a única possível, nem a mais interessante. A primeira parte, “Imigrar para o Brasil: imagens e realidade”, traz textos que tentam fazer um levantamento sobre os possíveis significados atribuídos à imigração francesa no Brasil, além de um trabalho de descrição da população que imigrava do Porto de Bordeaux em direção ao Brasil. O texto mais interessante é aquele que trata da proibição, pelo Estado francês, da imigração contratada para o Brasil, de 1875 a 1908, e todo o esforço diplomático brasileiro na tentativa de levantar essa proibição.

A segunda parte, intitulada “Terra de refúgio e terra de utopia”, trata do movimento individual ou coletivo de franceses que se deslocaram para o Brasil por motivações políticas, ideológicas, ou simplesmente na fuga de algum tipo de perseguição na terra de origem. O que se depreende é que existia uma verdadeira multiplicidade de motivos que poderiam levar grupos esparsos de franceses tentarem uma nova sorte num país recém-independente, oferecendo oportunidades desconhecidas para se reconstruir a vida. Na verdade, era a própria instabilidade social e política da França que levava esses grupos inquietos a se aventurarem fora do país. De um lado, houveram grupos de franceses que vieram ao Brasil por ocasião da queda de Napoleão Bonaparte, unidos ou não pelo mesmo ideal político, e que souberam aproveitar a grande carência de profissionais nas mais diversas áreas técnicas para fazer carreira no Brasil imperial. Por outro, temos um grupo de socialistas, seguidores de Fourier, que tentaram criar uma experiência de Falanstério em Saí, em Santa Catarina, e que fracassou desde os seus primórdios. Por fim, existe todo um grupo de judeus oriundos da Alsácia Lorena que, suportando uma condição de párias no país de origem, vindo ao Brasil, souberam aproveitar diversos ramos do comércio de luxo, sobretudo em cidades como o Rio de Janeiro. Mais do que outros, souberam usufruir da notoriedade da cultura francesa para intermediar o comércio de bens importados na capital do império e em outros centros urbanos.

A terceira parte justamente procura colocar em destaque a importância da inserção de grupos de imigrantes franceses na formação do espaço urbano em

algumas das emergentes cidades brasileiras no século XIX: “O amplo leque das atividades urbanas”. Essa inserção se apoiou fortemente numa “imagem de marca” da cultura francesa, associada à sofisticação, *glamour*, prestígio social, desenvolvendo a vida noturna e os prazeres da boemia. Assim, numa cidade como São Paulo, que estava saindo do ambiente colonial em que permanecera até então estagnada, e começando a se enriquecer com o ciclo do café, em seu centro instalava-se todo um comércio de moda francesa, apoiado em atividades ligadas à perfumaria, cabeleireiros, vestuário, etc. Na capital do Império, a vida noturna ganhou ares de sofisticação com a aparição de artistas e *cocottes* francesas, o que de certa forma maquiava a introdução da prostituição também no seu nível mais degradante, em que também eram maioria as mulheres europeias de diferentes origens, embora a imagem da prostituta “francesa” predominasse. Em Fortaleza, por outro lado, criaram-se as condições para o estabelecimento de uma grande rede de comércio de importação-exportação, em que se sobressaíam famílias francesas de origem judaica, como os “*Boris Frères*”. A trajetória dessas famílias, o modo como souberam se aproveitar das condições da economia nordestina – a produção do algodão, a seca de 1878, o financiamento político das elites locais – são um exemplo de como certas camadas da burguesia europeia se enriqueceram em torno do intercâmbio com países herdeiros do colonialismo europeu. Na Manaus que se enriquecia com o ciclo da borracha, a elite local se serviu abundantemente do imaginário de uma “Paris das selvas” para estruturar seu meio urbano e formar seu ambiente social, tanto através da cultura material como da vida literária e boêmia. Por fim, o pequeno, mas ativo grupo de franceses na cidade do Rio de Janeiro alimentava uma intensa vida associativa, em que se destacava uma imprensa que opinava sobre as questões europeias da época, mas também estava atenta à sociedade local.

A quarta parte volta-se para o lado talvez mais obscuro da imigração francesa para o Brasil, a dos poucos projetos de imigração contratada para colonização rural que chegaram a envolver grupos de franceses imigrados: “As experiências das colônias agrícolas”. Com efeito, o fracasso desses projetos, a situação de precariedade em que muitos desses imigrantes retornaram à França, deve ter servido como principal justificativa para a proibição da imigração contratada para o Brasil alguns anos depois. As informações remanescentes dos projetos de colonização de “Valão dos Veados” (RJ) e de “Benevides” (PA) demonstram a distância entre a proposta dos empresários brasileiros que financiavam tais projetos com o apoio do governo imperial, e a realidade em que eles de fato vieram a se concretizar. Por outro lado, o exemplo do projeto de Carangola (MG), levado à frente pelo francês Alexandre Bréthel, serve de interessante contraponto ao modelo dos projetos da imigração contratada idealizados pela elite do Império brasileiro.

A quinta parte, de certa maneira, explicita o caráter multifacetado já presente nas outras partes do livro, ao mesmo tempo em que demonstra outro modo de se entender os deslocamentos de franceses para o Brasil, ao confrontar trajetórias individuais com o contexto social e político mais amplo em que se inserem: “Trajetórias individuais e memória”. Ao recuperar a passagem de algumas personalidades francesas marcantes por Minas Gerais, levantaram-se aspectos importantes da ocupação do território, sua exploração econômica, a pacificação de tribos indígenas e a formação de escolas de mineralogia. Ao retomar a figura de Auguste François-Marie Glazieu e suas relações com a elite da capital do Império, é a história do paisagismo do Rio de Janeiro, de seus parques e da remodelação de seu espaço urbano que se destaca. O capítulo sobre os livreiros Garnier no Rio de Janeiro, e Garraux em São Paulo, traz luzes sobre a formação cultural dessas cidades, ao mesmo tempo em que expõe os diferenciais de seu perfil socioeconômico, através da própria trajetória de vida desses dois imigrados. Porém, nada se compara com a extraordinária história de vida de Hercule Florence, seja como naturalista que participou da expedição Langsdorff ainda durante o I Império, em que descreveu e retratou em detalhes as várias regiões por que passou, seja pelas suas relações com as elites liberais da Província de São Paulo, desenvolvendo atividades como cientista, educador, humanista, na imprensa, na iconografia, em projetos de colonização rural. Por fim, recuperar essa memória fragmentária, entre a projeção de personalidades individuais e a inserção de grupos de imigrantes, sempre toma caminhos condicionados pela busca de afirmação identitária na atualidade, como a dos descendentes da colônia de Saí em Santa Catarina em fins do século XX.

A riqueza desse conteúdo, inclusive devido à sua heterogeneidade, pode também ser explorada por meio de outras perspectivas, abrindo para outras temáticas e sugerindo outras intuições sobre o significado dessa inserção de franceses na história brasileira. Do ponto de vista do estudo da história das migrações, numa leitura transversal, podem-se vislumbrar diferentes alternativas de compreensão da mobilidade humana em nosso país por meio de outros eixos de análise. O confronto, por exemplo, entre as razões de Estado que motivaram o Brasil em seus projetos de imigração contratada, com aquelas que conduziram a França em sua expansão colonial e comercial, pode ganhar uma nova luz quando consideramos a experiência vivida por esses diferentes grupos de franceses no Brasil do século XIX. O próprio estudo da grande imigração, para substituir o braço escravo ou ocupar o território das fronteiras agrícolas, pode ganhar outra percepção se comparado e inter-relacionado com esses fluxos segmentados de grupos e indivíduos de origem francesa aqui estudados. Se o estudo do processo decorrente da proibição, pelo governo francês em 1875, da imigração contratada para o Brasil, e os esforços contínuos do Brasil para reverter essa decisão trazem à tona as contradições inerentes aos intercâmbios

entre os dois países, entre seu ideário e sua realidade política, não deixa de ser impressionante a influência que os franceses presentes no país exerceram na produção de um imaginário social, cultural e político que modelou a formação de nossa sociedade.

Entre as muitas leituras possíveis sobre a participação dos imigrantes no processo histórico da formação da sociedade brasileira no século XIX, as contribuições desse livro apontam para a importância do cotidiano vivido por esses imigrantes, e em particular, suas relações interculturais e o uso ideológico de um determinado imaginário sobre a “cultura francesa”. Interessava às elites políticas de uma nação recém-independente e ainda escravocrata, a utilização desse imaginário para se fazer respeitar internacionalmente, pela ostentação de um padrão de vida “civilizado”, que se refletiria em suas relações sociais, num espaço urbano e num estilo de consumo burguês. À França interessava o uso dessa “imagem de marca”, não só para ampliar o mercado de seus produtos, mas também para estender sua influência econômica e política para além das fronteiras de seu império colonial. No entanto, também para os imigrantes franceses interessava esse reconhecimento da cultura francesa como padrão de civilização. Esse é um aspecto amplamente ressaltado em vários estudos reunidos neste livro. Foram os imigrantes que, localmente e no cotidiano de nossas cidades ainda provincianas, desenvolveram todo um arco de atividades comerciais e culturais que ajudaram a modelar o espaço urbano, imprimindo outros costumes e outras rotinas, além de despertar outras aspirações sociais. Eles souberam usar, inclusive como estratégia de sobrevivência, elementos materiais e ideológicos da cultura francesa para desenvolver o que se aspirava então como um padrão de vida burguês. Nesse sentido, embora reduzidos em número, esses franceses tiveram um papel decisivo na constituição histórica do cotidiano vivido pelos brasileiros.

Outro veio de análise pelo qual seria possível fazer uma leitura alternativa da experiência desses imigrantes no Brasil, encontra-se em suas relações interculturais, em outras palavras, no tipo de relacionamentos em que eles se apoiavam e mobilizavam em sua inserção no território brasileiro. Basta assinalar que, ao contrário dos projetos de imigração contratada, parece que os casos de inserção bem sucedida de imigrantes no meio rural foram intermediados por redes estabelecidas entre os próprios imigrantes franceses. Não se trata apenas do exemplo de Carangola, mas também de outras iniciativas como as de Hercule Florence ou Monlevade. Ou então, quando alguma personalidade francesa soube usufruir de um contato privilegiado com a elite brasileira, laços de confiança eram estabelecidos no emprego de recursos que o clientelismo político dispunha, favorecendo a ascensão social, como foi o caso de Jean Etienne Seraine, ou mesmo dos irmãos Boris. De resto, as redes estabelecidas pelos franceses, nas diferentes vertentes sociais e políticas, permitiram que

eles tivessem uma importância decisiva na formação do espaço urbano de São Paulo e do Rio de Janeiro, ou na ocupação de um grande território, como foi a colonização da região do Rio Doce, em Minas Gerais.

Enfim, não há como deixar de ressaltar que um livro como esse, através de seus vários estudos de casos individuais, apresenta um horizonte amplo para a pesquisa sobre o cotidiano dos migrantes. Isso porque, diante das muitas lacunas dos registros oficiais, o uso abundante de fontes, como diários e cartas, favorece um olhar atento para suas representações e o modo como se davam as relações no dia a dia entre os estrangeiros e os povos nascidos no país. No caso dos imigrantes franceses, o uso frequente da escrita entre seus pares permite algo muitas vezes difícil, isto é, a recuperação da palavra do próprio migrante no interior dos processos históricos nos quais está envolvido. A alteridade do imigrante francês, no caso desses estudos, permite um olhar alternativo à visão hegemônica sobre a construção da nação brasileira, sobre o fenômeno migratório no século XIX e sobre os processos sociais e políticos que então se desenrolavam.

Sem dúvida, trata-se de uma grande contribuição ao estudo das migrações. Teríamos apenas que sinalizar para alguns equívocos com datas, como, por exemplo, aquele que aponta 1879 como o ano do centenário da queda da Bastilha (p.11). Nada que uma revisão mais atenta não pudesse corrigir ou que venha prejudicar o conjunto do trabalho. Ressalte-se que o livro tem uma apresentação muito bem acabada, cheia de ilustrações e que se deixa ler com prazer. Porém, acima de tudo, possui sua grande relevância na abertura de novos campos de pesquisa histórica, bem como na sugestão de novos olhares para o cotidiano dos migrantes. Nem que seja só por isso, o evento do “Ano da França no Brasil” terá valido a pena.

Por: *Sidnei Marco Dornelas*
Centro de Estudos Migratórios

PASTORAL DO MIGRANTE

Relações e Mediações

Ana Cristina Arantes Nasser e Sidnei Marco Dornelas
São Paulo: CEM; Loyola, 2008. 367p.

O livro é organizado em duas partes. A primeira delas é resultado de trabalhos independentes dos dois autores, mas que se assentam sobre fontes, objeto e metodologia comuns de pesquisa. A segunda é escrita por Sidnei Marco Dornelas. Trata-se de sua dissertação de Mestrado em Teologia Pastoral. Seguem-se dois fartos anexos, também cotejados com uma análise que poderia constituir uma terceira parte.

A tese central dos autores é que o SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes, enquanto representante da Pastoral do Migrante – Setor Urbanos, tece um diálogo desencontrado nas suas relações de mediação junto aos migrantes e a Igreja. A fonte desse desencontro teria um duplo caráter: a) a crescente funcionalização, racionalização e opção do SPM em converter uma agenda pastoral teológica em uma agenda global de temas políticos e sociais – mais característica dos movimentos sociais – desarticulada do cotidiano e da “condição social do migrante”; b) uma ação pastoral teologicamente estéril, socialmente enviesada, sem revelar um “lugar hermenêutico seminal”. Esta tese é o fio condutor de todo o texto.

Antes de aprofundar esta resenha, avalio ser pertinente explicitar algumas noções conceituais chaves na abordagem dos autores.

A “condição social do migrante” se caracteriza pelo duplo deslocamento do migrante

como emigrante-imigrante, a fidelidade às suas redes de relacionamento, o latente conflito com as outras instituições sociais, os usos dos fragmentos de sua herança religiosa e cultural em função de seus interesses de grupo, e toda relação dúbia e enviesada com os agentes institucionais inclusive aqueles oriundos da Pastoral do Migrante (DORNELAS: 2008, p.236).

Essa condição altera-se conforme as origens, as gerações, as várias formas de inserção na cidade, o intenso cruzamento de influências culturais e o coloca sempre numa situação de provisoriedade na qual as experiências vividas por ele no seu cotidiano são decisivas para a sua permanência e formas de vida social, cultural e religiosa na cidade.

A condição social do migrante também pode ser apreendida como um “lugar teológico” a partir do encontro do agente de pastoral com o migrante. Por sua vez, o encontro do agente de pastoral ancorado em um diálogo interativo com o migrante se transforma em um “lugar hermenêutico seminal” fértil na descoberta e produção de novos saberes que podem reorientar a ação teológica pastoral e a Igreja.

Para desenvolver essas noções e sua tese principal, os autores analisam depoimentos coletados junto a agentes de pastoral e funcionários do SPM; a trajetória do SPM a partir de documentos como o seu Livro de Atas (1985-2003) e os principais subsídios (texto-base, cartaz e círculos bíblicos) que orientam a Semana do Migrante e a mística da Pastoral do Migrante, além da observação participante em atividades como celebrações, encontros de grupo e atividades de campo da Pastoral do Migrante – Setor Urbanos.

Ana Cristina e Sidnei Dornelas estruturam sua análise sobre esse material tendo como ponto inicial a concepção da migração como um “fato social total”. Isto é, articulada a grandes transformações sociais e culturais e que exige um conhecimento eficaz da ação do migrante na sua multiplicidade de significações sociais, culturais e religiosas.

Além disso, eles desenvolvem uma abordagem de caráter bidimensional que vai da micro a macro sociologia e da micro a macro teologia. Este caráter analítico permite, então, transitar de uma reflexão sobre a Pastoral do Migrante/Setor Urbanos a uma reflexão sobre a Pastoral do Migrante abarcando seus três Setores de atuação (Urbanos, Imigrantes e Temporários), e, mais do que isso, descortina problemas estruturais da ação pastoral da Igreja e possibilita fazer uma reflexão sobre o conjunto das Pastorais Sociais.

PARTE I - A Pastoral do Migrante e os migrantes internos na cidade de São Paulo

O primeiro capítulo aborda o cotidiano do migrante e o diálogo com a Pastoral do Migrante. A autora aponta uma dificuldade de definição do migrante na problemática urbana que o dissolve no cotidiano fragmentado da cidade e suas questões socioculturais. A dificuldade de definição implica em dificuldades de se desenvolver um trabalho pastoral com o migrante, de encontrá-lo e estar próximo a ele. De acordo com a autora, a Pastoral do Migrante encontra dificuldades de definir com clareza o migrante e não consegue ir ao seu encontro. Haveria, então, um descompasso entre a proposta de ação pastoral e a efetiva prática do

SPM enquanto representante da Pastoral do Migrante – Setor Urbanos.

O segundo capítulo apresenta uma abordagem sobre as relações dialéticas na atuação da Pastoral do Migrante a partir da análise de quatro pares dialéticos.

1 - Clero e leigos – este par explicita a clivagem e a presença da estrutura hierárquica da Igreja nos locais onde a Pastoral do Migrante atua. Embora o apoio da Igreja seja formal e retórico, é a figura do padre que aparece como referência de organização da ação pastoral, já que ele é o detentor da “produção” e do monopólio dos “bens sagrados” no campo religioso.

2 – Pastoral e Movimento Social – aqui aparecem uma ambiguidade e uma tensão na identidade social da Pastoral que se apresenta como Igreja de CEBs, mas assume uma agenda de temas globais e se comporta com o pragmatismo e racionalidade do movimento social.

3 – Cúpula e Base – aqui é apontado um descompasso entre as dinâmicas e estruturas do SPM e as necessidades e contingências de seus grupos de base. Isto se expressaria no distanciamento entre a cúpula e a base, bloqueando as possibilidades de renovação da primeira e tornando pouco acessível a participação dos grupos de base nas instâncias decisórias.

4 – Mística e Ideologia – aqui haveria um diálogo enviesado entre o agente de pastoral e a visão de mundo do migrante. Orientado pela definição de temas sociais que extrapolam as carências cotidianas do migrante, o agente de pastoral instrumentaliza a cultura popular em função de uma movimentação política. Ao fazer isto, ele se descola do migrante que utiliza a cultura e a religiosidade popular como meios pelos quais ele se adapta a um ambiente hostil.

Ao final, os dois autores concluem que, vivendo na tensão permanente desses quatro pares dialéticos, o SPM não implementa uma ação pastoral elementar, a escuta ao migrante. Esta ação seria contingenciada por um recrudescimento ideológico da visão de mundo do agente sobre o migrante e sua condição social. Esse recrudescimento gera um diálogo desencontrado nas relações de mediação da Pastoral do Migrante entre a Igreja e o migrante.

PARTE II - O Agente de Pastoral e o Diálogo entre a Igreja e os Migrantes: Abordagem teológico-pastoral

Expresso já no título, esta parte é a que tem uma dimensão analítica mais teológica que sociológica, muito embora esta última não se faça ausente. É também nesta parte que o caráter analítico bidimensional se expressa mais nitidamente. Além de problematizar as relações de mediação da Pastoral do Migrante, o autor elabora uma proposição de revisões teóricas e práticas dessa mediação que poderiam viabilizar a construção de um “lugar hermenêutico seminal” a partir do encontro do agente de pastoral com o migrante em sua condição social apreendida como um “lugar teológico”. Este “lugar hermenêutico seminal” viabilizaria que a Igreja se aproximasse mais do migrante

em sua condição social e se renovasse em uma nova *Ecclesia* cuja ação pastoral e teológica estaria emparelhada com a cultura popular e a religiosidade do migrante. Desatar-se-ia o nó do diálogo desencontrado.

No primeiro capítulo - O diálogo desencontrado entre a condição social do migrante, a Igreja e a Pastoral – o autor procura enfocar três campos distintos nos quais as relações de mediação da Pastoral do Migrante se desenvolvem – as práticas culturais dos migrantes; o cuidado pastoral da Igreja pelos migrantes; a experiência do Serviço Pastoral dos Migrantes.

A partir da análise desses três campos, procura-se mostrar que o diálogo desencontrado entre a condição social do migrante, a Igreja e a Pastoral está relacionado a uma crescente funcionalização, sistematização e pragmatismo de uma agenda que sistematicamente perderia seu caráter pastoral para buscar maior incidência sociopolítica. No entanto, essa incidência estaria desgarrada de questões locais, como a cultura, a religiosidade popular e a condição social do migrante que constitui um lugar teológico para o trabalho pastoral. No encontro do agente de pastoral com o migrante na sua condição social há a possibilidade de se criar um “lugar hermenêutico seminal”. Como não ocorre esse encontro entre agente de pastoral e migrante com enfoque sobre o cotidiano deste último, o “lugar hermenêutico seminal” torna-se uma “possibilidade contingenciada”.

No segundo capítulo “O Agente de Pastoral e suas Mediações” elabora-se um diálogo entre a perspectiva sociológica e a teologia pastoral tendo as mediações do agente de pastoral como foco da objetivação. O autor observa que a forma de atuação pensada para o agente de pastoral num contexto de CEBs – Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação que estavam presentes no nascimento da Pastoral do Migrante, embora também estivessem presentes formas de atuação política, se baseava numa interação entre o educador e o educando constituída numa relação de diálogo em que nenhuma das partes possui todo saber ou está completamente esvaziada dele. Elas procuram se educar mutuamente tendo como lugar comum o mundo a partir do qual interagem para a produção do saber, de uma consciência comum e também no sentido de uma ação comum para transformá-lo.

No entanto, o autor observa que, à margem do campo místico religioso, o agente militante não consegue dialogar com a mística religiosa do migrante que se apoia nas suas redes e condição social. Assim, a mística do agente se torna estéril teologicamente e encontra dificuldade de explicitar para o migrante a dialética da “produção da crença” na qual a fé de cada indivíduo e a crença coletiva se produzem e se condicionam simultaneamente.

O terceiro capítulo – “Em busca do diálogo entre a Igreja e os Migrantes” se apresenta como propositivo de ações teológico-pastorais. O núcleo das proposições é o “encontro” entre o agente e o migrante. Para o autor, esse

encontro funda a Pastoral do Migrante e pode propiciar uma nova contribuição teológica para o pensamento e ação da Igreja.

A ação de escuta ao migrante permite apreender a condição social do migrante a partir de sua história de migração, seus valores e símbolos culturais e também permite apreender a definição que o migrante faz de si mesmo tornando pública sua identidade diante do interlocutor disposto a ouvi-lo. Diante disso, Sidnei Dornelas aponta que é no cotidiano das comunidades que a dinâmica do diálogo entre agentes de pastoral e leigos se realiza, que uma nova forma de experimentar a fé caminha de mãos dadas com uma nova consciência de se reconhecer como sujeito de direitos, pela possibilidade de exprimir sua palavra, seu entendimento sobre a realidade e suas condições de vida.

Todavia, a escuta não ocorreria em um espaço neutro e seus interlocutores estariam expostos a condicionamentos sociais que geram uma sensação de permanente “estranhamento” entre agentes e migrantes. Esse estranhamento poderia ser minorado a partir do respeito à irredutibilidade das alteridades dos migrantes.

Isto permitiria o surgimento de uma proposta de teologia “inter-multi-cultural” que toma por princípio a experiência cultural dos migrantes como um “campo” de relações em conflito. Para o autor, é no encontro entre o agente de pastoral e o migrante em sua “condição social” que a “teologia inter-multi-cultural” pode se desenvolver e viabilizar um “lugar hermenêutico seminal” a partir do qual a Igreja possa se renovar sob novas orientações e ações teológico-pastorais apreendidas na interação entre o agente e o migrante no seu universo cultural e religioso. Se o agente de pastoral não vai ao encontro do migrante, a condição social deste como “lugar teológico” não pode ser percebida. Por conseguinte, o “lugar hermenêutico seminal” não se constrói, a Pastoral do Migrante não realiza a mediação entre os migrantes e a Igreja e esta, por conseguinte, não se transforma em nova *Ecclesia*.

Chegado aqui, caberia fazer três considerações a este trabalho desafiante, corajoso e polêmico:

1 - A abordagem bidimensional proporciona aos autores uma análise audaciosa, fértil e sistemática do problema proposto. Mas, também os expõe a mirar sobre largos horizontes em que aspectos relevantes da análise proposta escapam ao olhar mais inquietante, ou, nos quais os pesquisadores mais argutos são mordidos pelo objeto analítico;

2- Concebendo sociologicamente a migração como um “fato social total”, a dimensão político-ideológica, característica do movimento social, não poderia ser suprimida da ação pastoral, pois o político e ideológico, juntamente com a cultura popular e a religiosidade, estão imbricados na condição social do migrante, no seu “lugar teológico”. O problema não seria a concepção de uma agenda política, mas a subordinação desta agenda a uma mística teológica

bloqueando e contingenciando as possibilidades de uma prática teológico-pastoral;

3 – Na segunda parte do livro, passa-se da categoria sociológica “migração” para outra categoria sociológica “mobilidade humana” que, indubitavelmente, reporta à migração, mas necessariamente não traduz as particularidades próprias desta como um “fato social total”. Nessa perspectiva, as categorias “migração” e “mobilidade humana” reclamam um discernimento teológico, sociológico e político em vista da consistente e acertada proposta de uma ação teológica “inter-multi-cultural” com o migrante a partir de sua condição social.

Por: *José Carlos Alves Pereira*
Doutorando em Sociologia pelo IFHC-UNICAMP

Normas para apresentação de textos

Artigos

Tamanho máximo de 400 linhas, fonte Times New Roman, 12;

Faça constar dois breves resumos, um em inglês (obrigatório) e outro em português ou espanhol, bem como três palavras-chave nos dois idiomas.

Lembramos que a Travessia publica textos em português e espanhol;

Siga as normas da ABNT, ex: MELO, José. *O imigrante*. São Paulo: Cortez, 2008. Nas referências, relacione apenas as fontes citadas, em ordem alfabética e, quando da repetição de um autor, obedeça a ordem cronológica;

Não transforme em nota o que é fonte bibliográfica, insira no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação); não utilize nota no título;

Para a breve identificação acadêmico-institucional, utilize asterisco; sempre que houver mais de um autor, a Travessia reproduzirá a ordem constante no texto recepcionado;

Evite o uso de linguagem rebuscada e, na medida do possível, inclua alguns intertítulos;

No caso de fotos, envie em arquivo separado, acompanhadas dos devidos créditos e autorização para divulgação na Travessia e com resolução não inferior a 250 dpi; mapas, gráficos, figuras também devem ser enviados como arquivos separados, em preto e branco, informando sua localização no texto;

Todos os textos devem ser inéditos e seu envio à Travessia implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações;

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição, para tanto envie seu endereço postal completo.

Resenhas

Devem conter cerca de 50 linhas, fonte Times New Roman, 12.

Contos, relatos, textos divulgativos e de caráter militante

De preferência, breves, não superiores ao tamanho dos artigos; dispensam apresentação de resumos.

ADQUIRA NÚMEROS ANTERIORES

&

ASSINE TRAVESSIA – Revista do Migrante

TRAVESSIA – Revista do Migrante, agora semestral e com novo formato, está na estrada desde maio de 1988. Na trilha desses anos todos, pesquisadores das mais diversas áreas focaram seus diferentes olhares na complexa e desafiadora realidade que envolve os migrantes. Outras vezes foram os próprios migrantes e agentes sociais que registraram o seu olhar.

Trabalho
Memória
Identidades
Redes
Fluxos
Fronteira
Retorno
Preconceitos
Brasileiros no exterior

Estes são apenas alguns dos tantos temas e abordagens que se encontram à sua disposição no CEM, através dos mais de 60 números já publicados. Para assinar e/ou solicitar números anteriores, navegue pela nossa página

www.cemsp.com.br

Nela você encontra:

- Os números publicados,
- O sumário de cada número,
- Os preços de um exemplar ou da coleção completa,
- A forma de pagamento
- A opção de assinatura por um ou por dois anos.

Confira e entre em contato conosco!

MATO GROSSO: Do sonho à utopia

João Carlos Barrozo (org.)

EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, Cuiabá, 2008, 336 p.

Este livro é fruto de iniciativa do Programa de Pós-Graduação da UFMT, que tem uma linha de pesquisa voltada para o processo recente de (re)ocupação da fronteira amazônica de Mato Grosso. Tendo como questão central a questão agrária, os textos apresentam um território percorrido por grupos sociais vindos de diversas regiões (do minifúndio do Sul-Sudeste e de áreas de seca e latifúndio do Nordeste), que instigados pela propaganda e pelo sonho da terra migraram para a região a partir dos anos de 1970. As abordagens foram agrupadas em quatro unidades temáticas: a) Políticas de colonização; b) Construção de territórios; c) Posse e conflito; d) Memória da luta pela terra.

A COLONIZAÇÃO OFICIAL EM MATO GROSSO: “A nata e a borra da sociedade”

Sueli Pereira Castro, João Carlos Barrozo, Marinete Covezzi e Oreste Preti

EdUFMT, Cuiabá, 2002, 290 p.

Resultado de um estudo de avaliação dos projetos de colonização oficial ao norte de Mato Grosso, este livro abarca os projetos Peixoto de Azevedo, Braço Sul, Carlinda, Terranova, Lucas do Rio Verde e Ranchão, todos situados no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém. A colonização oficial dirigida visava explicitamente ocupar a terra com pequenos produtores e, ao mesmo tempo, ampliar a acumulação do capital em âmbito regional e, principalmente, nacional. Desvendar a articulação que vigorou entre as propostas e os programas, bem como os resultados efetivos da sua execução é o que constitui o foco deste estudo.

DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DO PEQUENO PRODUTOR NO PROJETO RANCHÃO *Marinete Covezzi e João Carlos Barrozo*

In: Cadernos do NERU, nº 1, UFMT, 1993, 16 p.

Os colonos do PAC Ranchão foram assentados em duas áreas, dentro do mesmo projeto, com características diversas; uma área de mata, com lotes menores, e uma área de cerrado, com lotes maiores. Na primeira foram assentados agricultores com menos recursos, e na segunda os mais capitalizados.

Em cinco anos a diferenciação entre os dois grupos se acentuou. No cerrado desenvolveu-se a monocultura da soja, mecanizada, com uso de mão-de-obra assalariada. Na mata, são produzidos alimentos básicos, insuficientes para a manutenção das famílias, o que exige, acessoriamente, a venda de força de trabalho por parte das mesmas.

TRABALHO ESCRAVO NAS AGROPECUÁRIAS DE MATO GROSSO

João Carlos Barrozo

In: Cadernos do NERU, nº 2, UFMT, 1993, 36 p.

A política de ocupação atraiu, nas últimas décadas, grandes empresários para a Amazônia. As empresas empregaram trabalhadores, denominados peões – arregimentados pelos “gatos” –, utilizando mecanismos de exploração que não são especificamente capitalistas. O peão não é um trabalhador livre, pois ele não vende a sua força de trabalho, ele mesmo torna-se uma mercadoria através do sistema da dívida. Na realidade ele é um escravo.

ISSN-0103-5576

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXII, nº 64, Maio - Agosto/2009

64



REMESSAS

REFUGIADOS

PENDULARIDADE

PAPÉIS

FLUXO

DIRETIVA

Sumário - nº 64

Apresentação
Helion Póvoa Neto

Análise do deslocamento pendular para o trabalho
do município de Colombo para Curitiba / PR
Gislene Santos

(Des)caminhos da migração pendular na metrópole
do Rio de Janeiro: uma perspectiva a partir
dos eixos de transporte
Luciano Ximenes Aragão

Emigração de argentinos para a Espanha:
fluxos e composição
Fernando Osvaldo Esteban

Refugiados: o reassentamento solidário
no território brasileiro
César Augusto Silva da Silva
Viviane Mazine Rodrigues

Migración internacional, remesas y desarrollo:
del mito a la realidad
Rodolfo García Zamora

A Diretiva Europeia de retorno
João Carlos Jarochinski Silva

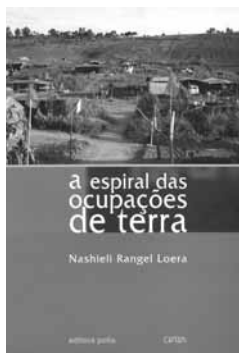
Resenha

Cem papéis (conto)
Catitu Tayassu

www.cemsp.com.br

Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



Este estudo de Nashieli R. Lóera toma como objeto de análise as ocupações de terra e as examina levando em conta o ponto de vista dos homens e mulheres que se encontram nos acampamentos. Faz uma etnografia do mundo constituído pelo acampamento Terra Sem Males, promovido pelo MST, no interior de São Paulo. E o acampamento revela-se como um espaço de encontro de histórias singulares e, ao mesmo tempo, encontro de vidas marcadas por situações comuns, entre as quais, a itinerância entre campos e cidades.

Este livro, sob a organização de Maria de Nazareth B. Wanderley, é resultado do trabalho coletivo de pesquisadores que se propõem a conhecer as múltiplas dimensões sociais das formas contemporâneas de incorporação das populações rurais e dos recursos naturais à sociedade globalizada. Os textos sintetizam os principais resultados dos estudos sobre as recentes transformações do mundo rural nordestino, em que estão implicadas diferentes concepções sobre o uso da terra.



Os autores desta publicação, coordenada por Aldenor Gomes, abordam a modernização da agricultura, os camponeses, o meio ambiente, projetos alternativos, mudanças sociais e os movimentos sociais no campo, através de artigos que buscam analisar as transformações por que vem passando atualmente o mundo rural. Os textos encontram-se distribuídos em blocos: gestão participativa nas políticas públicas; sociabilidade e pluralidade camponesa; geração de emprego e renda; mudanças tecnológicas e alterações no processo de trabalho.

O livro de Cristiano W. N. Ramalho é, acima de tudo, um testemunho dos pescadores artesanais do litoral de Pernambuco, em sua lida diária para manter seu modo de vida e sua identidade, apesar da degradação dos ambientes estuarinos e do impacto das atividades urbanas. As práticas tradicionais de pesca, amparadas nas relações de parentesco, de amizade e numa ética de cooperação possibilitaram a reprodução social e a continuidade dessa atividade ao longo do tempo.



Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia*!

Pensou diferente, pensou *Travessia*!

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não minguia nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

cemsp@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Sumário

Apresentação: Migrações e
interculturalidade no Brasil e na França
Sidnei Marco Dornelas

Migrações internacionais e políticas migratórias:
França e Brasil
Rossana Rocha Reis (entrevista)

Entre a Igreja do Brasil e da França:
uma experiência com os portugueses em Paris
Sidnei Marco Dornelas

Casamento misto & migração: a união com um estrangeiro
como estratégia para ganhar os países centrais
Marina Alves Amorim.

Capital social e os fluxos migratórios internacionais de
brasileiros
Wilson Fusco

Notas sobre fundadores e povoamento no Brasil: os casos do
sertão pernambucano e do norte-matogrossense
Ana Claudia Marques

Migrações em áreas de agronegócio
Moacir Palmeira
Beatriz M. A. de Heredia

Presença cultural francesa no Brasil
Marcio Rodrigues Pereira

Resenhas

www.cemsp.com.br

ISSN 0103-5576

